

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Departamento de Ambiente

**Contributos para uma Comparação de Metodologias entre a Agenda**

**21 Local e a Rede Social**

Por

Carlos Manuel Figueiredo Arieiro

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de

Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento

Ambiental

Orientador Dr. Prof. João Muralha Farinha

Lisboa, 2008

## Agradecimentos

A ajuda prestada pelos amigos que me apoiaram para que levasse este trabalho até ao fim e ultrapassar algumas dificuldades na vida. Por esta razão agradeço com todas as minhas forças, deixando um grande Obrigado a quantos comigo colaboram, nomeadamente:

- A Professor João Farinha, meu orientador e que me encorajou e acompanhou na estruturação, pelos esclarecimentos a abertura e disponibilidade;
- Á Elisabete Pinto pelo apoio e ajuda dada na elaboração deste trabalho;
- A todos os entrevistados que com o seu interesse e disponibilidade colaboram para este estudo.

## INDICE

1	INTRODUÇÃO .....	8
1.1	Considerações Iniciais .....	8
1.2	Objectivos e Metodologia .....	11
1.3	Fases de Estudo.....	14
2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E A AGENDA XXI .....	15
2.1	Definições do Desenvolvimento Sustentável .....	15
2.2	Evolução dos conhecimentos ao Debate.....	18
2.3	Agenda XXI.....	31
2.4	Agenda 21 Local .....	34
2.4.1	Origem .....	34
2.5	Agenda 21 Local em Portugal .....	39
3	POLITICAS SOCIAIS e REDE SOCIAL.....	44
3.1	Definição.....	44
3.2	Evolução dos Conceitos e Marcos Históricos da Rede Social.....	47
3.3	Conceito “Rede Social” em Portugal .....	51
4	ESTUDO CASO .....	65
4.1	Caracterização do Concelho de Cascais .....	65
4.2	AGENDA 21 LOCAL (Cascais) .....	71
4.2.1	Estádios de Evolução .....	71
4.2.2	Metodologia .....	76
4.2.3	Situação actual da Agenda 21 Local de Cascais.....	82
4.2.4	SWOT A21L.....	85
4.3	Acção Social .....	87
4.3.1	Rede Social de Cascais .....	87
4.3.2	Metodologia .....	90
4.3.3	Rede Social na Actualidade .....	98
4.3.4	SWOT Rede Social .....	100
4.4	Análise de Questionário.....	103
5	Considerações Finais .....	106
6	BIBLIOGRAFIA .....	114
7	ANEXOS .....	127

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2,01 - Evolução do Conceito de Desenvolvimento e as suas Dimensões.....	17
Figura 2,02 – Desenvolvimento Sustentável como Sistema de Relações.....	18
Figura 2,03 - Índice de Desenvolvimento Humano.....	20
Figura 2,04 - Crescimento da Pegada Ecológica Mundial.....	
Figura 2,05 - Pegada Ecológica por Região.....	21
Figura 2,06 – Critérios de Decisão para um Desenvolvimento Sustentável.....	27
Figura 2,07 – Declínio do Numero de Pessoas Pobres.....	31
Figura 2,08 - Total Global de Processos Ligados a Agenda 21 por País.....	39
Figura 2,09 – Membros do ICLEI na Europa.....	42
Figura 2,10 – Signatários da Carta de Aalborg.....	42
Figura 3.01 - Exemplo de um Diagrama de uma Rede Social.....	46
Figura 3.02 – Metodologia da Rede Social.....	54
Figura 3.03 - Mapa da Distribuição dos Concelhos Piloto do Projecto Rede Social.....	55
Figura 3.04 – Mapa dos Concelhos Abrangidos pela Rede Social.....	62
Figura 4,01 - Concelho de Cascais.....	66
Figura 4,02 - Evolução das Pirâmides de Idades de 1970 a 2001.....	69
Figura 4,03 – Vertentes da Sustentabilidade da Agenda Local 21.....	75
Figura 4,04 – Sistematização do Processo da Agenda 21.....	76
Figura 4,05 – Estrutura organizativa e constituição do fórum dos actores locais.....	77
Figura 4,06 – Sistematização do Processo da Agenda 21.....	78
Figura 4,07 – Quadro programático de acções para a sustentabilidade.....	79
Figura 4,08 – Eixos Estratégicos da Agenda Cascais 21.....	80
Figura 4,09 – Exemplo de Relatório de Evolução, extracto do Projecto ecoBudget (Bolonha, Itália).....	81
Figura 4,10 – Participação Pública da Agenda Cascais 21 na Freguesia de Carcavelos.....	82
Figura 4,11 – População Participante na Agenda Cascais 21.....	84
Figura 4,12 – Guia e Implementação da Rede Social.....	91
Figura 4,13 – Matriz SWOT.....	91
Figura 4,14 – Síntese das Etapas do Processo de Diagnóstico.....	92
Figura 4,15 – Plano de Acção da Rede Social.....	93
Figura 4,16 – Funcionamento de um PDS.....	97
Figura 4,17 – Eixos e Objectivos Gerais do PDS de Cascais 2008-2011.....	100
Figura 4,18 – Gráfico resposta às questões 8 e 15 do questionário.....	104
Figura 4,19 – Nível de importância da RS/A21L.....	105
Figura 4,20 – Estratégias para a implementação da RS/A21L.....	105

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2,01 – Cronograma Sumário do Desenvolvimento Sustentável.....	28
Quadro 2,02 – Orientações Macroeconómicas, Orientações Microeconómicas, Orientações sobre o Emprego da Estratégia de Lisboa.....	30
Quadro 2,03 - Número de Agendas Locais Implementadas no Mundo.....	37
Quadro 3.01 - Número de Concelhos por Região.....	61
Quadro 4,01 - População Residente no Concelho de Cascais.....	68
Quadro 4,02 - Divisão Litoral / Interior.....	69
Quadro 4,03 - Divisão Ocidente / Oriente 1.....	70
Quadro 4,04 - Recensamento da População no Concelho de Cascais.....	70
Quadro 4,05 - Número de Participantes nas Sessões Públicas da Agenda Cascais 21.....	83
Quadro 4,06 – Análise SWOT A21L.....	86
Quadro 4,07 - Cronologia da Rede Social de Cascais.....	88
Quadro 4,08 - PDS Plano Operacional.....	95
Quadro 4,09 – Análise SWOT RS.....	102

## ABREVIATURAS

- AML – Área Metropolitana de Lisboa
- ANMP – Associação Nacional de Municípios de Portugal
- CESUR - Centro de Sistemas Urbanos e Regionais
- CLAS – Conselho Local de Acção Social
- CNADS -Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
- CNMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNUAD – Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento
- CSD – Commission on Sustainable Development
- CSF – Comissão Social de Freguesias
- DCEA – Departamento Ciências e Engenharia do Ambiente
- DVA – Departamento de Valorização Ambiental
- ECOSOC – Economic and Social Council
- EITO - Observatório Europeu das Tecnologias da Informação
- ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- FCT – Faculdade Ciências e Tecnologia
- GTL – Gabinete Técnico Local
- ICLEI - Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais
- IDS - Instituto de Desenvolvimento Social
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- INETI - Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P.
- IST – Instituto Superior Técnico
- OMC – Open Method of Coordination
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PDM – Plano Director Municipal
- PDS – Plano Desenvolvimento Social
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão
- PNI – Plano Nacional Igualdade
- PRAUD - Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas
- RAN – Reserva Agrícola Nacional
- RCM – Resolução Concelho de Ministros
- REN – Reserva Ecológica Nacional
- UE – União Europeia
- UNCED - United Nations Conference on Environment and Development
- UNL – Universidade Nova de Lisboa

## **Resumo**

A globalização mundial é uma realidade a que todos temos que estar atentos, já que, indiscutivelmente, se reflecte no nosso espaço.

As Nações Unidas em 1992, tiveram uma iniciativa que alterou todo o panorama do desenvolvimento (a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento), que ficou conhecida por Conferência do Rio 92, em virtude desta se ter realizado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Um dos documentos foi a Agenda 21, que no seu Capítulo 28 dirige um desafio para que as autarquias locais elaborem as suas próprias Agendas 21. Também na década de 90 o governo português deu origem a um projecto a que chamou “Rede Social”. O seu objectivo era poder desenvolver programas sociais de uma forma participativa. Estas são duas perspectivas que se pretendem aprofundar aqui e compreender para retirar ensinamentos.

Analisando-se as metodologias aplicadas na “Agenda 21 Local” e na “Rede Social” desenvolvidas no concelho de Cascais. Visa-se verificar os pontos em comum e quais as consequências das interligações entre ambos.

Para tal utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a aplicação de um questionário efectuados a actores chave dos dois processos (Agenda 21 Local e Rede Social).

O município de Cascais foi um dos primeiros a iniciar tanto a Rede Social como a Agenda 21 Local. Qualquer dos dois processos já referidos envolveu entidades governamentais e não governamentais, assim como associações e sociedade civil em geral.

Os programas foram ambos inovadores, com um início muito vigoroso, com participação e interesse de todos. As metodologias de ambos os instrumentos apresentavam algumas características diferentes mas ambas desenvolviam o trabalho em equipas e envolveram a população através de processos de participação ou de questionários.

A um nível mais político, o governo central em funções (1997), criou condições para que os municípios portugueses desenvolvessem todo o programa da Rede Social. Ao contrário na área do ambiente e desenvolvimento sustentável tal não foi feito. Este apoio foi fundamental para o início do processo da Rede Social. Em termos de trabalho é fundamental que estes dois programas se interrelacionem até mesmo na partilha da plataforma de trabalho.

Este estudo vem mostrar a importância de uma definição de metodologias comuns para uma sinergia de esforços para que se possa vencer a inépcia existente actualmente, caminhando no único sentido possível, o do desenvolvimento sustentável, e como dizia Baden Powel “Procurai deixar o mundo um pouco melhor de que o encontraste..”.

## **Abstract**

The world globalization is a reality we need to pay attention to as it obviously reflects in our life and society.

In 1992 the United Nations had an initiative (The Environment and Development Conference) that became known as Rio92 Conference (Rio de Janeiro, Brazil) and that changed the development panorama.

Also in the 90's the Portuguese Government started a program called "Social Network". Its aim was to develop similar programs in a participative form. These are the two perspectives that we want to show with our work.

The methodologies applied in the "Local Agency" and the "Social Network" were first bibliographic research, then documental research and finally the application of a questionnaire on the main actors of both programs.

This work was developed in the Cascais council and it aims to verify the common points and the consequences of the connections between them.

The Cascais borough was one of the first to initiate the "Social Network" and the local "Agency 21". Both projects involved Governmental and non-governmental associations and also the local community.

The programs were innovative and with a high level of participation and interest from all involved. Although the methodologies used in the programs had different characteristics, both developed team work and involved the population through participating processes and questionnaires.

At a political level the government of the time (1997) created conditions for the Portuguese boroughs to develop Social Network programs but did not do the same to the environmental and sustainable development programs. The government support was essential to start the Social Network, what makes it even more urgent to apply similar measures to the sustainable development programs and especially to local Agencies boroughs' projects.

The relationship between the two programs is essential even in the sharing of the work platform.

This study aims to promote the importance of a common methodology and the need to concentrate efforts to overcome the inertia that exists nowadays. This way we will take steps into the only possible direction, an environmental sustainable society. As Baden Powell once said "Try to leave the world a little better than you found it".

# 1 INTRODUÇÃO

*“Ensinem aos vossos filhos que a terra está enriquecida com as vidas dos nossos semelhantes, para que saibam respeitá-la. Ensinem aos vossos filhos aquilo que nós temos ensinado aos nossos, que a terra é nossa Mãe. Tudo quanto acontecer à terra acontecerá aos filhos da terra” Chefe Seattle*

## 1.1 Considerações Iniciais

Após a IIª Guerra Mundial, e um pouco por toda a Europa, foram criados os “Estados-Providência”, em que a face mais predominante foram as políticas sociais da segurança social, saúde e educação.

Em Portugal com o 25 de Abril de 1974 as políticas sociais passaram a ter um outro protagonismo, no entanto para uma Europa industrializada e já com um grande nível de desenvolvimento, este tipo de políticas e implementação dos programas sociais seriam tardias e que comprometeriam pelo ritmo do crescimento da económica e quase uma missão impossível de assegurar o volume crescente de recursos públicos necessários, ficando esta situação conhecida por “fatalismo do crescimento fraco” (Fitoussi, 1997)

Foi em meados da década de 60 que se deu início à “revolução verde”, com a publicação do livro de Rachel Carson “The Silent Spring”. Desde então e até aos dias de hoje, os problemas ambientais e as políticas sociais tem vindo agravar-se. Cria-se muita legislação. Fala-se muito mas os resultados demoram a aparecer “Não se tratando de problemas novos, a resolução e a inversão das tendências insustentáveis exige uma vontade política forte e a adopção e implementação de um conjunto de linhas de acção, privilegiando os interesses do bem comum das sociedades sobre os interesses sectoriais e privados, uma maior integração e coerência de todas as políticas, uma acção coordenada a todos os níveis” (ENDS, 2005/2015, p.11). Para



Fernando Nunes da Silva (Silva, 2001) “Em matéria de AL21, tal como, infelizmente, em muitos outros domínios, Portugal continua a preferir ser um país do "faz de conta" que enfrentar corajosa e decididamente os desafios que o novo século coloca, se quisermos que as gerações futuras possam continuar a satisfazer as suas necessidades num território diversificado e ecologicamente rico, numa sociedade plural e cada vez mais plenamente humana.”

È pois necessário obter resultados robustos, não sendo suficiente processos interessantes e discursos sem consequência. Estamos perante a necessidade de passar do planeamento ao acontecimento e dos desejos à implementação.

As décadas de 70 e 80 foram profícuas em matéria ambiental, como se sintetiza no Quadro 2.01. Mas foi nos finais da década de 80, mais exactamente 1987, que o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou uma nova perspectiva com a publicação do Relatório elaborado por um conjunto de peritos liderados pela Primeira-Ministra da Noruega, a Sra. Gro Harlem Brundtland , “O Nosso Futuro Comum” (ONU, 1987) ficou mais conhecido por Relatório Brundtland. Define o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”; o que leva a um respeito pelos limites do sistema natural.

De acordo com Maria da Saudade Baltazar (Baltazar, 2004), da Universidade de Évora, podem-se identificar duas ideias claras: “i) a necessidade em particular é máxima prioridade que deve ser conferida às necessidades essenciais dos mais pobres à escala mundial ii) e a das limitações que a organização social aliada à tecnologia provoca ao meio ambiente, impedindo-o de satisfazer as necessidades presentes mas essencialmente as futuras”.

Em Maio de 2007 na Carta de Leipzig para as Cidades Sustentáveis, adoptada durante a Presidência Alemã da EU, os Ministros dos Estados-Membros, acordaram as bases de uma política urbana europeia visa a concertar esforços na resolução dos problemas decorrentes da exclusão social, do envelhecimento, das alterações climáticas e da mobilidade. Sublinha a necessidade de considerar o impacto que as políticas sectoriais, tais como as dos transportes, ambiente e políticas sociais, tem ao nível das cidades.

Com a entrada no novo século, tem-se assistido a uma escalada no consumo de recursos que são usados a uma velocidade vertiginosa e com fortes consequências para o ambiente. Vai provocar desequilíbrios económicos e sociais, e constata-se já que os ricos tendem a ficar mais ricos e os pobres mais pobres.

Vivemos numa sociedade onde o paradoxo é uma realidade, e entre o intervir e o não intervir é apenas uma questão política. O bem e mal sempre existiram e sempre existirão mas é importante descobrir o meio para equilibrar as forças. O progresso económico e tecnológico não são tudo e não podem vir a derrotar a humanidade, devendo ainda existir esperança numa mudança de atitude nas políticas e formas de trabalhar.

A necessidade de uma nova forma de desenvolver um processo que tenha estas premissas é por demais evidente, cabe a todos a participação no esforço para a mudança, com a partilha de responsabilidades ao nível ambiental económico e social.

Por vezes os municípios, não têm actuado da forma mais adequada. Mas, “entre os caminhos democráticos e a vivência democrática, há ainda muitos caminhos a percorrer”

(Mozzicafreddo e al.,1998). Sendo este compromisso a longo prazo, torna-se difícil tomar iniciativas com uma perspectiva transversal, participativa e integrada, em termos de políticas e decisões políticas.

De acordo com um estudo efectuado pelo CESUR sobre a realidade de AL21 a nível nacional Silva (Silva e tal 1999) diz que “o processo de implementação da Agenda Local 21 está (...) muito atrasada em Portugal e não existe qualquer definição estratégica para alcançar um desenvolvimento sustentável”. Estas afirmações têm vindo a manter-se actuais como é descrito no artigo “Estamos a caminhar para os objectivos do Desenvolvimento Sustentável?” (22/10/2007) contido no site agenda21local da Universidade Católica, que refere “Segundo um estudo recente, o desafio para aumentar desenvolvimento sustentável está a falhar apesar dos objectivos de sustentabilidade nacionais e internacionais. Na realidade, quase todas as tendências nacionais e regionais afastam-se da sustentabilidade, principalmente nos países mais ricos”.

A consciência para uma integração dos problemas já existe, estando só a faltar a motivação política para fazer o de forma correcta e operativa.

## **1.2 Objectivos e Metodologia**

Em termos gerais, esta investigação pretende-se contribuir para a melhoria na escolha de um método de trabalho para a sustentabilidade e assim, poder dar uma maior eficácia na escolha das metodologias aplicadas a projectos com as características daqueles que se encontram em estudo.

Em termos mais específico, o principal objectivo é analisar as principais características dos processos da Agenda 21 local e da Rede Social, detectar aspectos comuns, retirar elações sobre formas de articular e robustecer os dois processos, nomeadamente através de uma maior articulação entre eles.

O trabalho realizado, recorreu a questionários e entrevistas, assim como à comparação e análise de dados referentes aos dois processos e a indicadores relativos à participação da população em geral, nos diversos fóruns de discussão realizados pelo concelho de Cascais.

Para se poder elaborar este trabalho foi necessário recorrer a uma extensa bibliografia, desde livros, artigos, relatórios, pesquisa na Internet a decretos-lei e directivas comunitárias. Utilizou-se também informação decorrente de um questionário efectuado a alguns parceiros da Agenda 21 Local e da Rede Social.

Sob o ponto de vista tradicional e cartesiano, esta pesquisa pode ser caracterizada como sendo explicativa exploratória pois, além de registar, analisar e interpretar as relações existentes, aprofundando o conhecimento da realidade, identificando as razões das dificuldades e facilidades envolvidas, foi também analisado um estudo caso de uma Agenda 21 Local bem como uma Rede Social.

No nosso entender as instituições, nomeadamente as administrações locais, não podem ser entendidas como meras estruturas formais, a sua existência só faz sentido, tendo como principal objectivo zelar pelo território e os interesses dos munícipes. Existe a necessidade de resultarem interacções de diversos conjuntos de forças vivas da região que promovam inovação e possam ajudar na consolidação democrática.

Se a consciência do sistema não nasce de cima para baixo, se ela resulta da expressão das vontades dos próprios actores locais de desenvolvimento, então estes têm de ser ouvidos, sejam associações, população em geral, industriais, etc.

Recorrendo ao facto da Agenda 21 Local de Cascais e a Rede Social de Cascais estarem numa fase de avançada, foram entrevistadas pessoas que estavam directamente ligadas a elaboração e implementação destes programas. Este facto enriquece o trabalho, tendo sido avaliado todo o processo até então realizado, nomeadamente a metodologia de participação, ao envolvimento da comunidade local e aos objectivos delineados.

Os constrangimentos para a realização da presente investigação prendem-se sobretudo com o método de recolha de dados escolhido, pois em Portugal existe ainda uma grande lacuna quanto à disponibilização de dados relacionados com as áreas em estudo, quer sejam ao nível nacional quer mesmo ao nível local.

Este estudo apresenta duas partes: na primeira, analisam-se os conceitos subjacentes ao desenvolvimento sustentável às políticas sociais às escalas mundial, europeu e nacional. Na segunda parte, temos como base um estudo de um caso onde se analisam as metodologias aplicadas na Agenda 21 local e na Rede Social de Cascais e suas interligações. Espera-se que através destes processos de aprendizagem se possa contribuir para a mudança de atitudes e maior operacionalização dos quatro pilares para o desenvolvimento sustentável: a governança, o social, o económico e o ambiental.

### **1.3 Fases de Estudo**

As duas partes do estudo compreendem 5 capítulos.

Capítulo 1 - introdução ao tema em estudo, apresentando uma reflexão sobre a crise ambiental e social analisando as suas causas. Definem-se também os objectivos a metodologia, e a forma como este trabalho é organizado.

Capítulo 2 - Retrospectiva genérica das questões relativas ao desenvolvimento sustentável, e à Agenda 21, mencionando algumas das principais características das Agendas 21 Locais.

Capítulo 3 - Importância das políticas sociais a nível mundial, europeu e nacional, mencionando algumas das principais características das Redes Sociais Locais.

Capítulo 4 - Estudo de caso. Neste capítulo existem três subcapítulos: no primeiro faz-se caracterização sintética do concelho de Cascais, no segundo apresenta-se da Agenda 21 Local de Cascais e a sua metodologia, etapas e ponto de situação. O terceiro foca-se no processo da Rede Social de Cascais e seus processos de elaboração, ponto de situação.

Capítulo 5 - Considerações finais elaboração de sugestões para um caminho com vista à sustentabilidade tendo em conta os ensinamentos recolhidos ao longo do trabalho.

## **2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E A AGENDA XXI**

“ A globalização é um processo, ou um conjunto complexo de processos, relativos às forças e influências responsáveis por essas mudanças” Giddens, Anthony, A Europa na Era Global

### **2.1 Definições do Desenvolvimento Sustentável**

A definição mais em voga para desenvolvimento sustentável no âmbito dos ambientalistas “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

A procura de um modelo de desenvolvimento sustentável eficaz e eficiente já vem de várias décadas atrás e sempre alicerçada numa visão crítica da sociedade, tendo sempre por base os problemas de carácter ambiental e social.

Para Britton (Britton E. e tal, 1996) o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser visto como a capacidade de um sistema ou um conjunto social sobreviver na sua esfera ecológica económica, social e política, sem que essa capacidade seja minada por contradições internas ou por comportamentos auto destrutivos.

Para Gudmundsson, o desenvolvimento sustentável deverá guiar-se por quatro princípios fundamentais (Gudmundsson e Hojer, 1995):

1. A preservação dos recursos naturais para as gerações futuras;
2. A preservação do valor do capital humano para as gerações futuras;

3. A promoção da qualidade de vida dos indivíduos;
4. A disponibilização de uma distribuição harmoniosa da qualidade de vida por todos.

Uma outra proposta para a definição de desenvolvimento sustentável que pode ser encarada como interessante, é a apresentada pelo Observatório Europeu das Tecnologias da Informação (EITO), na qual o desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico que permite a todas as pessoas efectivar o seu potencial e melhorar a sua qualidade de vida de uma forma que simultaneamente proteja e melhore o sistema de suporte à vida do planeta.

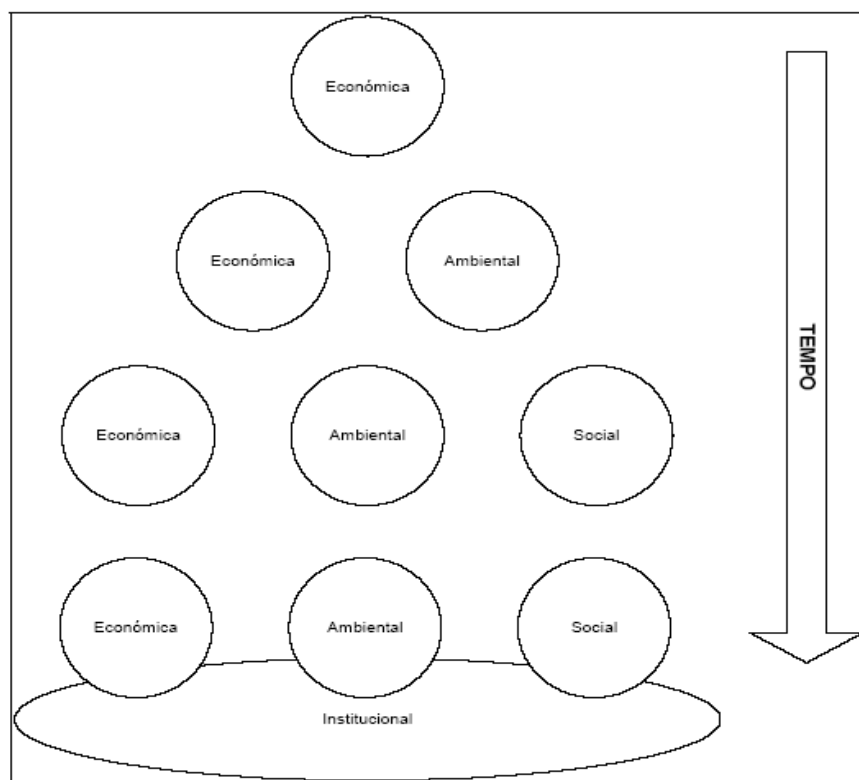
Mas, para Tuppen e Porritt (Tuppen C. e tal, 2003), o desenvolvimento sustentável tem uma visão talvez mais social e deverá ser guiado pelos seguintes valores:

- Auto determinação;
- Diversidade e tolerância;
- Compaixão pelos outros;
- Respeito pelo princípio de equidade;
- Reconhecimento dos direitos e interesses dos não humanos;
- Respeito pela integridade dos sistemas naturais;
- Respeito pelos interesses das gerações futuras.

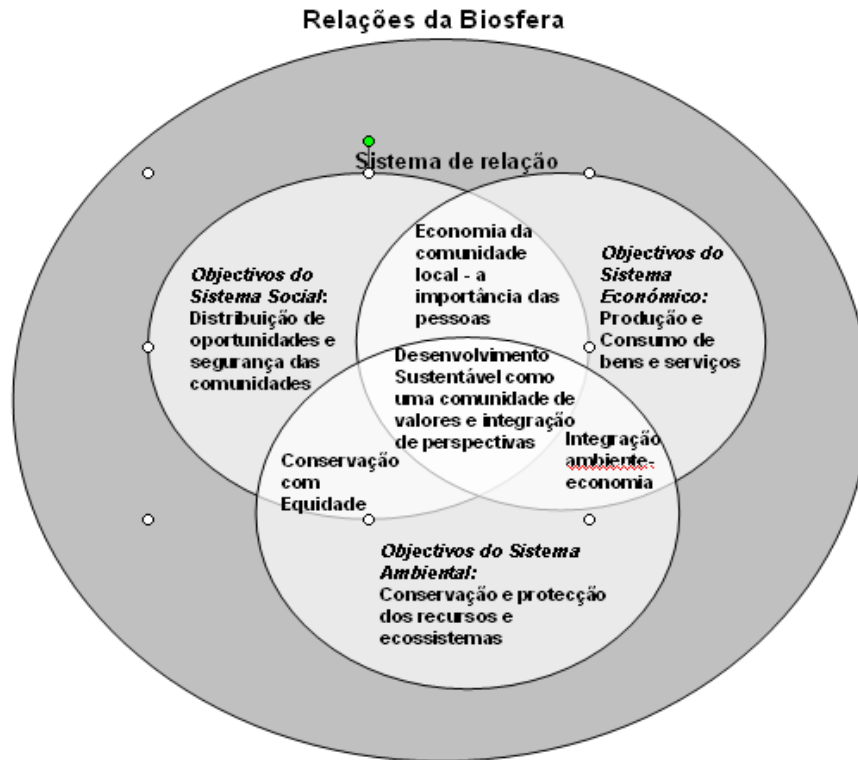
Como se pode constatar, a definição de desenvolvimento, tem vindo a sofrer alguns ajustes e que inicialmente as áreas temáticas abrangidas por esta definição seriam o desenvolvimento económico e a protecção ambiental e que após a conferência de Copenhaga a componente social passou também a ser listada como uma das áreas abrangidas pela definição. Tendo posteriormente a componente institucional sido incorporada, dando um significado mais abrangente ao desenvolvimento, pois veio considerar que a governação como a participação



da sociedade civil e associações, são parceiros essenciais para atingir os objectivos do desenvolvimento sustentável.



**Figura 2,01 - Evolução do Conceito de Desenvolvimento e as suas Dimensões**  
(Fonte : Dissertação de Ângelo da Estrela Silva)



**Figura 2,02 – Desenvolvimento Sustentável como Sistema de Relações**  
(adaptado de Sadler 1999:19)

## 2.2 Evolução dos conhecimentos ao Debate

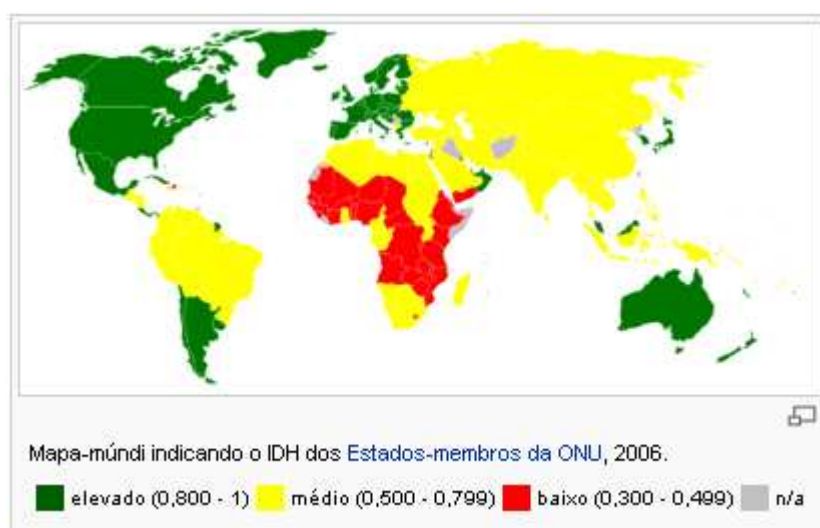
Nas últimas décadas temos cada vez mais consciência que os recursos naturais não são inesgotáveis, o consumo desmesurado não se pode manter.

Ponting (1995) vem dar ênfase a esta situação, a história da humanidade é marcada pela exploração da Terra e seus recursos, alternando as conquistas com as perdas, guerras e revoluções, assim como por um progresso técnico-científico que, efectivamente alargou os seus horizontes e lhe revelou incontáveis perspectivas de avanço material, chegando ao ponto de poder terminá-lo de um só golpe. Baseado na história da humanidade, Ponting aborda o permanente conflito entre o homem e o meio ambiente, o desequilíbrio dessa relação e as suas (muitas vezes) trágicas consequências.

Se por um lado todo o avanço tecnológico vivido pela humanidade (desde os anos 50), que levou a uma exploração muitas vezes maior de energia e recursos naturais, por outro, veio trazer a consciencialização para a necessidade de se preservar o ambiente no qual todos estamos inseridos e de atingir e manter o equilíbrio do binómio Homem/Ambiente. Estas preocupações têm vindo cada vez mais a exercer pressão sobre os governos, empresas e organizações não governamentais para os graves problemas que a humanidade tem que enfrentar num futuro próximo, tanto devido à exaustão dos recursos, como pelos prejuízos gerados com o desequilíbrio ambiental.

Essa pressão parcial (por recursos) exercida pelo Homem sobre o meio, mesmo nas necessidades básicas como energia, qualidade da habitação, existência de espaços verdes, funcionalidade do desenho urbano, qualidade do que se consome na alimentação, saneamento e controle da poluição, são relevantes para a política de desenvolvimento urbano e ao desenvolvimento sustentável. Assim, o polémico tema do controle demográfico é essencial para o desenvolvimento de melhores condições para que se atinjam mais rapidamente patamares de sustentabilidade.

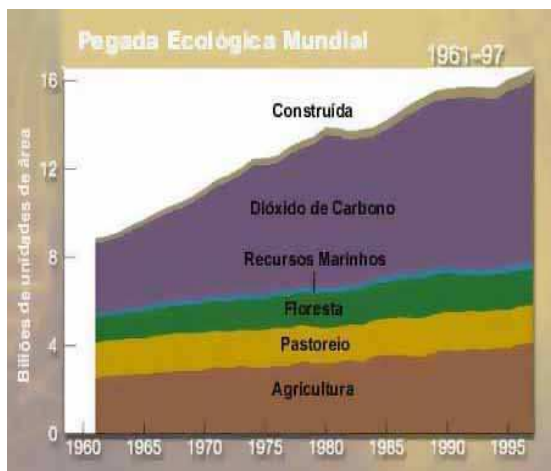
Os recursos demográficos são, de certeza, um dos componentes vitais da sustentabilidade. O professor Japonês Suzuki já referia que “ a explosão demografia associada à mudança climática e à diminuição da biodiversidade conduz-nos directamente à catástrofe”.



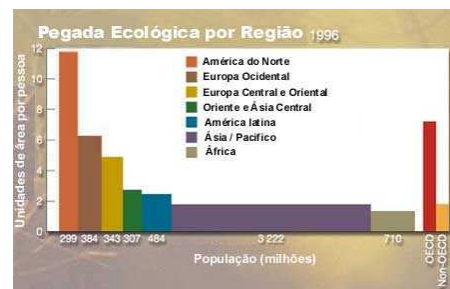
**Figura 2,03 - Índice de Desenvolvimento Humano**  
(Fonte : ONU)

O termo que se mais adequa a esta situação é a Pegada Ecológica, constituindo uma forma de medir o impacto humano na Terra. Este conceito, desenvolvido por Mathis Wackernagel e William Rees, autores do livro “Our Ecological Footprint - Reducing Human Impact on the Earth” ( Rees, Williams E.; Wackernagel, Mathis 1996), exprime a área produtiva equivalente de terra e mar, necessária para produzir os recursos utilizados e para assimilar os resíduos gerados por uma dada unidade de população. Pode ser calculada para um indivíduo, uma comunidade, um país, ou mesmo para a população mundial.

Em 1996, a Pegada Ecológica Mundial foi de 2,85 ha per capita (não considerando a área necessária às restantes espécies), o que excedeu em cerca de 30% o espaço biologicamente produtivo da natureza no mesmo ano. Esta situação é largamente atribuível ao consumo de quarta parte da população mundial, que utiliza cerca de 75% dos recursos globais disponíveis.



**Figura 2,04 - Crescimento da Pegada Ecológica Mundial**  
(Fonte: [www.panda.org/livingplanet/lpr00/ecofoot.cfm](http://www.panda.org/livingplanet/lpr00/ecofoot.cfm))



**Figura 2,05 - Pegada Ecológica por Região**  
(Fonte: [www.panda.org/livingplanet/lpr00/ecofoot.cfm](http://www.panda.org/livingplanet/lpr00/ecofoot.cfm))

De acordo com alguns autores, há duas falhas estruturais no sistema produtivo e consumista. Assim, verifica-se que em muitos produtos os custos associados ao ciclo e vida do mesmo, não se encontram incluídos nos preços ao consumidor (externalidades) desta forma não só os custos da degradação não estão contidos nos preços, como não existe um estabelecimento pleno dos direitos de propriedade sobre os recursos naturais.

Assim, a externalidade é um fenómeno que não é levado em conta pelo mercado, não afectando o custo como era de esperar.

A crise ecológica que se abateu sobre o planeta teve o condão de por os Governos a procurarem diferentes modos de analisar a questão. Genericamente, passou-se a estudar o estabelecimento de um modelo alternativo de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. Para operacionalizar estes modelos estabeleceram-se mecanismos denominados de Agenda, para simbolizar compromisso e lista de encargos.

A discussão global do modelo teve início nos princípios da década de 1970. Esta discussão foi marcada pelas mais diversas posições, muitas das vezes radicais e alicerçadas em interesses de grupos específicos e países. No entanto, as posições mais marcantes foram duas. A primeira, uma minoria catastrofista, expressa pelo relatório “Os Limites do Crescimento” (MIT, 1972), elaborado pelo Massachusetts Institute of Technology, liderada pela Doutora Donella Meadows, a pedido do Clube de Roma, que pensava que era necessário parar imediatamente o crescimento económico e populacional. A segunda, uma maioria gradualista, expressa pela declaração da Conferência de Estocolmo, em 1972, que defendia a necessidade de se estabelecerem imediatamente, mecanismos de protecção ambiental que agissem correctivamente sobre os problemas causados pelo desenvolvimento económico e reverter a dinâmica demográfica para atingir, a médio prazo, uma população estável.

De lembrar que o Clube de Roma foi um movimento criado em 1968, na Europa, que se preocupava com os problemas ambientais nos seus países e no mundo como um todo. Os seus membros eram especialistas de várias áreas do conhecimento humano, que se reuniam em Roma para discutir a crise daquele momento e as crises futuras da humanidade. Actualmente é uma ONG com preocupações na reflexão sobre as grandes questões relacionadas com o planeta.

O referido Relatório, “Os Limites do Crescimento” (MIT, 1972), alertava para o facto de que, com o modelo económico praticado, a situação da humanidade iria tornar-se insustentável, conforme as conclusões retiradas desse relatório:

“1. If the present growth trends in world population, industrialization, pollution, food production, and resource depletion continue unchanged, the limits to growth on this planet

will be reached sometime within the next one hundred years. The most probable result will be a rather sudden and uncontrollable decline in both population and industrial capacity.

2. It is possible to alter these growth trends and to establish a condition of ecological and economic stability that is sustainable far into the future. The state of global equilibrium could be designed so that the basic material needs of each person on earth are satisfied and each person has an equal opportunity to realize his individual human potential.”

Embora fosse uma visão alarmista da situação, este documento serviu para se exercer pressão nas questões relacionadas com o ambiente e desta forma, por em definitivo o termo desenvolvimento sustentável num dos temas mais abordados no planeta.

A primeira grande reunião internacional para se tratar de desenvolvimento económico com grande enfoque na preservação do ambiente, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, capital da Suécia, em 1972, poucos meses depois da publicação do relatório do Clube de Roma. No encontro, foi produzido um documento intitulado Declaração sobre o Ambiente Humano, reconhecendo a importância da educação ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, enfatizando a urgência de o homem reordenar as suas prioridades, proclamando como forma ideal de planeamento ambiental aquela que associasse a prudência ecológica às acções em favor do desenvolvimento.

Nessa conferência foram aprovados 26 princípios fundamentais que orientam as acções internacionais na área ambiental, tais como a valorização do homem dentro do ambiente como ser que o transforma, mas que depende dele para sobreviver; e que o homem é o ser mais

importante do mundo, pois promove o progresso social, cria riquezas e desenvolve a ciência e a tecnologia.

Foi nesta década (70) que também surgiu pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento lançado por Maurice Strong dando mais uma contribuição para o estudo sociedade/natureza, e que Ignacy Shacs formulou os princípios deste conceito “Os caminhos do desenvolvimento seriam seis: 1) satisfação das necessidades básicas; 2) solidariedade com as gerações futuras; 3) participação da população envolvida; 4) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; 5) elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; 6) programas de educação. Esta teoria referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável.” apresentado no sitio da [economyabr.net](http://economyabr.net).

Em 1987 a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum) ficando mais conhecido por relatório “Brundtland”, sendo um documento com um peso enorme na consciencialização mundial da imensa gravidade e dimensão do problema existente no ambiente. Foi com este relatório que surgiu pela primeira vez o conceito Desenvolvimento Sustentável como nós o conhecemos “Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de, as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (Relatório de Brundtland) e nele também vem salientado que a tecnologia e a globalização podem significar grandes problemas mas também grandes oportunidades para o desenvolvimento.



O desenvolvimento sustentável tem de lidar com o problema do grande número de pessoas que vivem na pobreza absoluta, ou seja, que não conseguem satisfazer sequer suas necessidades mais básicas. A pobreza reduz a capacidade das pessoas para usar os recursos de modo sustentável, levando-as a exercer uma maior pressão sobre o meio ambiente. A maioria dos pobres absolutos vive nos países em desenvolvimento; em muitos deles, essa pobreza foi agravada pela estagnação económica dos anos 80. Uma condição necessária, mas não suficiente, para a eliminação da pobreza absoluta é o aumento relativamente rápido das rendas *per capita* no Terceiro Mundo. Portanto, é essencial inverter as atuais tendências de estagnação ou declínio do crescimento.

(COMISSÃO ...,1991,p.53)

A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta; muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento socio-económico e modificações no ambiente. Esta Conferência também conhecida como Cimeira da Terra, apresentava como principais objectivos “The primary goals of the Summit were to come to an understanding of “development” that would support socio-economic development and prevent the continued deterioration of the environment, and to lay a foundation for a global partnership between the developing and the more industrialized countries, based on mutual needs and common interests, that would ensure a healthy future for the planet”(Nações Unidas, 1992)

Entretanto, as discussões foram ensombradas pelas pressões exercidas pela delegação dos Estados Unidos, para que fosse retirada da agenda a calendarização para a eliminação da emissão de Dióxido de Carbono - CO<sub>2</sub> (que constavam do acordo sobre o clima) e não assinou a convenção sobre a biodiversidade, tendo no entanto sido aprovado um conjunto de 27 princípios onde se definiram os direitos cívicos e obrigações dos Estados e onde se realça a

“Agenda 21”, uma convenção sobre as mudanças climáticas e outra sobre a biodiversidade. Esta não é mais que um plano estratégico e político onde incentiva os governos das nações a definirem uma estratégia a favor do desenvolvimento de forma sustentável.

No conselho Europeu de Gotemburgo foram identificadas as seguintes ameaças ao desenvolvimento sustentável do espaço Europeu (Conselho da União Europeia, 2001):

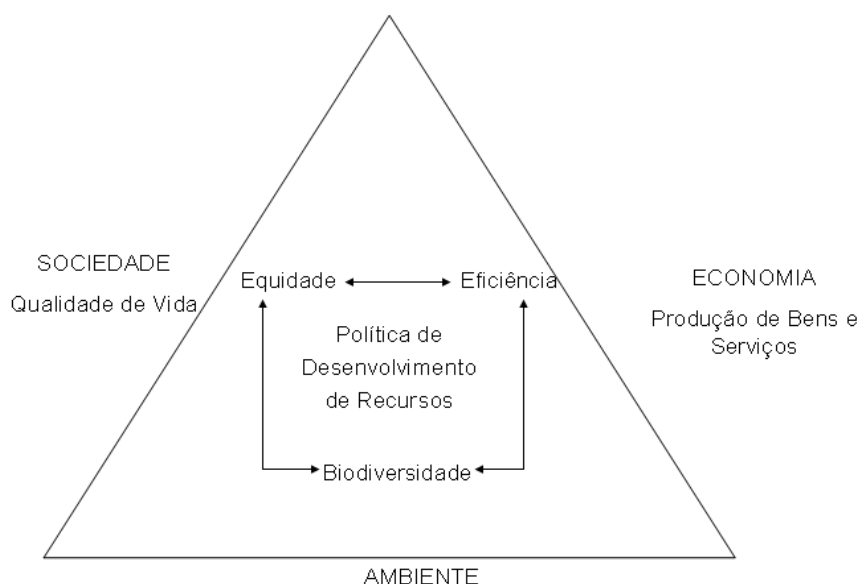
- As emissões de gases com efeito de estufa e o aquecimento global;
- Doenças, efeitos de longo prazo de produtos químicos e segurança alimentar;
- Pobreza (um em cada seis europeus vive em situação de pobreza);
- Envelhecimento da população (despesas de 8% do PIB entre 2000 e 2040);
- Aceleração da perda de biodiversidade (mares, aumento de resíduos, fertilidade dos solos);
- O congestionamento dos transportes e os desequilíbrios regionais.

A ONU promoveu, entre 26 de Agosto e 4 de Setembro de 2002, outro evento mundial para discutir o meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A Rio +10, ou Eco-2002, ocorreu em Johannesburg, na África do Sul, com o objectivo de discutir e avaliar os acertos e falhas nas acções relativas ao ambiente mundial, nos últimos dez anos. O acesso a energia limpa e renovável, efeito estufa, conservação da biodiversidade, protecção e uso das fontes de água, acesso à água potável, saneamento e controle de substâncias químicas nocivas, foram alguns dos temas debatidos. No fim do encontro, foram estabelecidas metas para os próximos dez anos e talvez a mais importante ou pelo menos a mais relevante é o comprometimento dos países participantes em reduzir para metade a população sem acesso a água potável e saneamento básico, até 2015. Mas também se pode concluir que parece existi uma quebra entre os conceitos básicos assumidos, as escolhas e as práticas diárias dos cidadãos e das nações (Britto E. e tal, 1996).

Hoje ainda se dá grande ênfase ao crescimento económico e isto ainda é uma verdade irrefutável, bastando tão só, verificar os noticiários e as agendas políticas dos governos, o que implica frequentemente uma maior exploração dos recursos levando a um consumo desenfreado, vindo a criar resultados perversos quer a nível social, quer ecológico.

Assim, o desenvolvimento sustentável, deverá sempre ter em conta as quatro dimensões do equilíbrio (económica, social, ambiental e governança) com a perspectiva de promover soluções para o desenvolvimento das populações.

A Cimeira do Rio +10 veio mostrar o caminho difícil e tortuoso que é o de atingir a meta de um desenvolvimento sustentável. Houve altos e baixos quer dos governos quer mesmo da sociedade civil, que não conseguiram articular entre as áreas ambiental, social e económica mas que ainda tem futuro.



**Figura 2,06 – Critérios de Decisão para um Desenvolvimento Sustentável**  
(Sadler, 1990)

Na análise feita por um conjunto de peritos nacionais ao “desenvolvimento sustentável” e passados alguns anos após a última Cimeira de Joanesburgo, os problemas actuais do desenvolvimento e do ambiente são globais. Sendo assim temos:

- progressos económicos e sociais notáveis associados à globalização forma conseguidos em partes do mundo (...) e coexistiram com situações de pobreza e de exclusão social (...)
- um acelerado processo de urbanização que se realiza em paralelo com a crescente ameaça das alterações climáticas, escassez de água doce e inerentes consequências na saúde e segurança alimentar (...)

Devendo-se tirar partido da globalização “making globalisation work for sustainable development” dando mais enfoque nas áreas sociais e ambiental, criando menos pressão sobre o sistema económico, garantindo que estes sejam mais eco-eficientes e garantindo a participação publica e os meios de implementação. (ENDS 2005/2015)

1962 – Publicação de <i>Silent Spring</i> por Rachel Carson
1968 – Conferência intergovernamental sobre a biosfera (UNESCO)
1971 – Relatório Founex
1971 – Princípio do poluidor pagador (OCDE)
1971 – Instituto Internacional para o Ambiente e Desenvolvimento (IIED)
1972 – Programa do Ambiente das Nações Unidas
1972 – Publicação de <i>Limits to Growth</i> pelo Clube de Roma
1978 – Departamento do Ambiente da OCDE
1982 – Publicação de <i>World Charter for Nature</i> pela Nações Unidas
1985 – Previsão do fenómeno de aquecimento global
1985 – Descoberta do buraco de ozono na Antártida
1987 – Publicação de <i>Our Common Future</i> (Brundtland Report) pela WCED
1987 – Popularização do termo desenvolvimento sustentável
1987 – Protocolo de Montreal para a camada de ozono
1988 – Criação do IPCC (Painel Intergovernamental para as alterações climáticas)
1990 – Criação do IISD (Instituto Internacional para o desenvolvimento sustentável)
1992 – Publicação de <i>Changing Course</i> pelo BCSD (Concelho empresarial para o DS)
1992 – Cimeira da Terra – Rio de Janeiro
1993 – Primeira Cimeira das Nações Unidas sobre o desenvolvimento Sustentável
1995 – Cimeira Mundial para o desenvolvimento Social
1997 – Assinatura do Protocolo de Quioto
2000 – Cimeira do Milénio – Nações Unidas
2001 – Acordos de Marraquexe para a implementação do protocolo de Quioto
2002 – Rio+10 - 2ª Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável – Joanesburgo

**Quadro 2,01 – Cronograma Sumário do Desenvolvimento Sustentável**  
(Fonte : IISD, 2002)

Em 2000 no Conselho Europeu de Lisboa a União Europeia definiu uma estratégia que foi aprovada sob a presidência Portuguesa da União e que visava o aumentar da competitividade da economia europeia tendo um grande enfoque no emprego e crescimento económico, garantindo como é referido na estratégia, a sustentabilidade do estado Social Moderno e melhorar a qualidade do Ambiente.

Segundo o relatório do Economic Policy Committee de 26 de Outubro de 2000, um crescimento estável com os objectivos para um cenário macroeconómico, este deveria situar-se num crescimento médio de 3% até 2007.

A Estratégia de Lisboa definiu os objectivos até 2010, interligados com as orientações gerais de política económica e outros processos já efectivados em relação à coordenação de outras políticas, tendo também criado um conjunto de linhas mestre “orientações” (24), por forma a que todos os países membros pudessem contribuir da mesma forma para a melhoria e sucesso da estratégia.

#### **Orientações macroeconómicas**

1. Garantir a estabilidade económica tendo em vista o crescimento sustentável;
2. Preservar a sustentabilidade económica e orçamental, como base para o crescimento do emprego;
3. Promover uma afectação eficaz dos recursos virada para o crescimento e o emprego;
4. Garantir que a evolução salarial contribua para a estabilidade macroeconómica e para o crescimento;
5. Promover políticas macroeconómicas, estruturais e de emprego mais coerentes;
6. Contribuir para o dinamismo e o bom funcionamento da UEM.

#### **Orientações microeconómicas**

7. Reforçar e melhorar o investimento em I&D, especialmente por parte das empresas privadas;
8. Facilitar todas as formas de inovação;
9. Facilitar a divulgação e a utilização eficaz das TIC e criar uma sociedade da informação plenamente inclusiva;
10. Reforçar as vantagens competitivas da base industrial europeia;
11. Encorajar a utilização sustentável dos recursos e reforçar as sinergias entre a protecção do ambiente e o crescimento;
12. Alargar e aprofundar o mercado interno;
13. Assegurar a abertura e a competitividade dos mercados dentro e fora da Europa, e tirar partido da globalização;

14. Tornar o ambiente das empresas mais competitivo e incentivar a iniciativa privada através de uma melhor regulamentação
15. Promover uma maior cultura mais empresarial e criar um ambiente favorável às PME;
16. Alargar, melhorar e ligar as infra-estruturas europeias e concluir os projectos transfronteiriços prioritários.

#### **Orientações sobre o emprego**

17. Implementar políticas de emprego para atingir o pleno emprego, melhorar a qualidade e a produtividade no trabalho e reforçar a coesão social e territorial;
18. Promover uma abordagem do trabalho baseada no ciclo de vida;
19. Assegurar mercados de trabalho inclusivos, melhorar a atractividade do trabalho, e torná-lo mais remunerador para os que procuram emprego, incluindo as pessoas desfavorecidas e os inactivos;
20. Melhorar a resposta às necessidades do mercado de trabalho;
21. Promover a flexibilidade em conjugação com a segurança do emprego e reduzir a segmentação do mercado de trabalho, tendo devidamente em conta o papel dos parceiros sociais;
22. Garantir a evolução dos custos do factor trabalho e mecanismos de fixação dos salários favoráveis ao emprego;
23. Alargar e aumentar o investimento em capital humano;
24. Adaptar os sistemas de educação e formação em resposta às novas exigências em matéria de competências

#### **Quadro 2,02 – Orientações Macroeconómicas, Orientações Microeconómicas, Orientações sobre o Emprego da Estratégia de Lisboa**

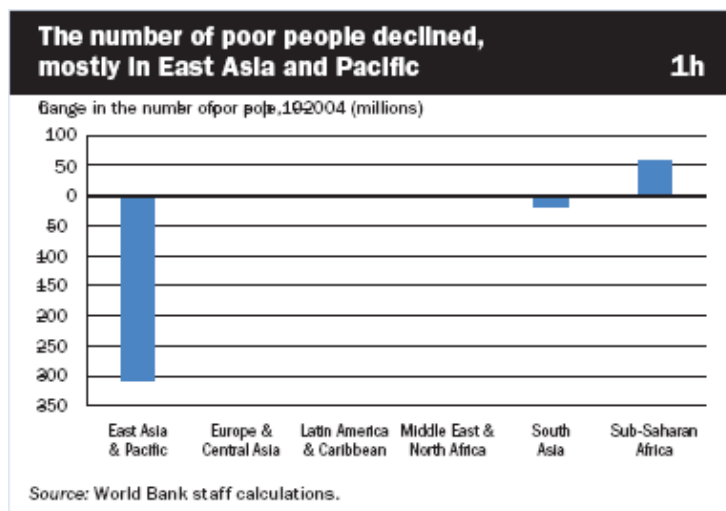
(fonte : Estratégia de Lisboa – Portugal Novo)

No decorrer do ano de 2001 durante o Conselho Europeu de Estocolmo também conhecida como Cimeira de Primavera de 2001, foi decidido que as políticas ambientais relativas ao desenvolvimento sustentável, também deveria integrar a Estratégia de Lisboa, reconhecendo a necessidade de integração, a longo prazo, do crescimento económico, coesão social e protecção do ambiente.

Já no decorrer do ano de 2005 verificou-se o “relançar” da Estratégia de Lisboa, com um propósito, uma vez que nem todos tiveram a mesma velocidade e tratamento pelos diversos países da união europeia, caso da Irlanda, que se pode considerar um caso onde se prestou um grande esforço para a implementação das orientações, e em lado oposto como Portugal onde o empenho não foi total, podendo ser constatado pelos números do desemprego ou as baixas capitações do PIB.

O Banco Mundial prevê de acordo com as projecções feitas para os próximos anos que os países desenvolvidos vão crescer mais rapidamente do que até aqui. A globalização cresceu a

olhos vistos na última década, vindo a assistir-se a uma alteração no ambiente externo dos países, tendo a maioria dos mais desenvolvidos, conseguido integra-se nos mercados mundiais. No entanto nem sempre se pode falar de riqueza, saúde, igualdade como seria agradável de o fazer, os números e as realidades são assustadores, cerca de 260 milhões de pessoas vive com menos de 1 dólar por dia, nos países em desenvolvimento, sendo que nos países africanos estes números tem vindo a aumentar.



**Figura 2,07 – Declínio do Numero de Pessoas Pobres**  
(Fonte : Banco Mundial)

No livro “Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável” lê-se que os problemas ambientais estão directamente relacionados as situações de pobreza, como o atendimento às necessidades básicas de alimentação, saúde e moradia.

## 2.3 Agenda XXI

No ano de 1992 realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, ficando conhecida como a conferência do Rio de 92 em que surgiram um conjunto de documentos com maior valor para a aplicação do conceito de Desenvolvimento Sustentável a Agenda 21. É um documento que estabeleceu a importância de cada país se

comprometer a reflectir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os sectores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais.

A Agenda 21 tornou-se num poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento.

Com a Agenda 21 criou-se um instrumento aprovado internacionalmente, que tornou possível repensar o planeamento. Abriu-se o caminho capaz de ajudar a construir politicamente as bases de um plano de acção e de um planeamento participativo em nível global, nacional e local, de forma gradual e negociada, tendo como meta um novo paradigma económico e civilizatório. A Agenda é uma espécie de manual para orientar as nações e suas comunidades para o desenvolvimento sustentável

A Conferência possuía como principais objectivos, identificar estratégias regionais e globais para acções referentes às principais questões ambientais, examinando a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo assim como estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento.

A constituição deste documento veio permitir um novo pensamento, o que criou uma mudança do actual modelo para outro, em que, predomine o equilíbrio ambiental e a justiça



social. Os 178 países signatários assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas internas, metas que os coloquem a caminho do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 é um programa de acção a ser assumido e adaptado pelos governos, por agências de desenvolvimento, pelas empresas e por instituições do terceiro sector. Assim, a Agenda 21 pode ser elaborada para regiões específicas, estados e municípios, não havendo uma fórmula predeterminada para sua construção. O que importa é o envolvimento de diferentes actores sociais num planeamento estratégico fundamentado no marco da sustentabilidade, ou seja, abordando os aspectos económicos, sociais e ambientais, tecnológicos, político-institucionais e outros, de forma integrada.

A Agenda 21 tem 4 grandes áreas que dão corpo ao programa:

- 1- Dimensão social e económica : relação entre o ambiente e o combate à pobreza, protecção da saúde humana, comércio, dívida externa, alterações nos padrões de consumo, tendências demográficas, desigualdades Norte – Sul;
- 2 - Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento: protecção da atmosfera, uso planeado do solo, gestão ambiental responsável dos resíduos sólidos, esgotos, produtos químicos tóxicos, resíduos perigosos, protecção da água doce e dos oceanos, biodiversidade, combate à desflorestação, alterações climáticas, promoção da agricultura sustentável e do desenvolvimento rural;
- 3 - Fortalecimento dos principais grupos sociais: apoio às iniciativas das autoridades locais, reforço do papel das organizações não governamentais, mulheres, jovens e crianças e desenvolvimento sustentável, reconhecimento do papel dos povos indígenas, fortalecimento do papel dos trabalhadores e sindicatos, dos negócios e da indústria;

4 - Meios de implementação: promover a educação, consciencialização do cidadão, informação no processo de tomada de decisões.

Objectivando uma sociedade sustentável, a Agenda 21 Global foi transformada em Programa Oficial pela ONU, estando sob responsabilidade da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CSD - Commission on Sustainable Development), que tem como um de seus objectivos, a monitorização do desenvolvimento da Agenda 21 no mundo. Esta Comissão faz parte do Conselho Económico e Social (ECOSOC - Economic and Social Council) da ONU.

Importante ressaltar que por todo o documento da Agenda 21 há críticas ao modelo de desenvolvimento económico, considerado injusto socialmente e esbanjador do ponto de vista ambiental. Em oposição a este modelo, é proposta a alternativa da nova sociedade, justa e ecologicamente responsável, produtora e produto do desenvolvimento sustentável. A via política para a mudança é a democracia participativa com foco na acção local e na gestão compartilhada dos recursos.

## **2.4 Agenda 21 Local**

### **2.4.1 Origem**

A Agenda 21 no seu capítulo 28 tenta analisar o papel que devem ter as autoridades locais no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, propondo assim a criação das “Agendas 21 Locais” dando o mote de que “As the level of governance closest to the people, they play a vital role in educating, mobilizing and responding to the public to promote sustainable development.” (Agenda 21, 1992)

Pelo que se pode definir uma Agenda 21 Local, como um processo de mudança através do qual as populações devem, não só definir o tipo de alterações ao seu estilo de vida, como também a forma como tais alterações devem funcionar. A Agenda tenta promover o despertar de consciências e criar a discussão em redor da comunidade local, com o envolvimento dos diversos sectores da comunidade no que concerne ao planeamento para um Desenvolvimento Sustentável, o que lhe dá um carácter participativo.

As autoridades locais têm, portanto, um papel insubstituível na transição para uma sociedade sustentável. Como refere a própria Agenda 21, “os poderes locais criam, dirigem e mantêm infra-estruturas económicas, sociais e ambientais, supervisionam processos de planeamento, estabelecem políticas e normas de ambiente locais e participam na implementação nacional e sub-nacional de políticas ecológicas. Como nível de governação mais próximo das pessoas, eles desempenham um papel vital na educação, mobilizando e respondendo ao público para promover o desenvolvimento sustentável” Agenda 21, Capítulo 28, 1992.

De acordo com o ICLEI define a Agenda 21 Local como sendo “Local Agenda 21 is the action plan for a sustainable development of a municipality, set up by local government together with the local stakeholders and citizens” (ICLEI – Local Agenda 21)

Na prática, o desenvolvimento de uma Agenda 21 Local segue várias etapas, ainda que não exista um modelo único. Trata-se, por natureza, de um projecto flexível e que deve ser ajustado à realidade local (Nuno Quental, 2007).

A pesquisa coordenada pelo ICLEI identificou 18 países, que se encontram a desenvolver a sua Agenda 21 Nacional. Passados cinco anos, em 1997, verificou-se a existência de 1.800

governos locais haviam estabelecido um processo de planeamento para a elaboração da Agenda 21 Local. Na Cimeira de Johannesburg de 2002 a ONU pretendeu avaliar o progresso da AL 21 bem como encorajar o desenvolvimento de novos compromissos para atingir o desenvolvimento sustentável, assim o ICLEI e a Secretaria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Capacity 21, realizaram uma segunda pesquisa junto às autoridades locais.

Os resultados encontrados indicam que, nos últimos dez anos existiu uma evolução no numero de envolvidos no processo da Agenda 21 Local, mais de 6.000 governos locais e parceiros adoptaram Agendas 21 Locais como forma e intuito de alcançar a governança e o avanço do desenvolvimento sustentável. Em 113 países em todo o mundo, chefes e funcionários de governos locais, assim como cidadãos, vêm trabalhando em parcerias com o objectivo de acelerar a transição em direcção a comunidades seguras, equitativas e sustentáveis.

AO REDOR DO MUNDO : 6.416 AGENDAS 21 LOCAIS EM 113 PAÍSES			
ÁFRICA: 151 Agendas 21 Locais em 28 países			
Argélia	3	Marrocos	5
Benim	1	Mozambique	2
Burundi	2	Namíbia	5
Camargos	1	Nigéria	5
Congo, R. Dem.	2	Ruanda	1
Egito	7	Senegal	3
Gabão	1	<b>África do Sul</b>	<b>20</b>
Gana	3	Sudão	1
Quênia	11	Tanzânia	13
Libia	2	Togo	2
Madagascar	5	Tunísia	1
Mali	2	Uganda	5
Malauí	4	Zâmbia	4
Mauritânia	1	Zimbábue	39
ASIA e PACÍFICO : 1174 Agendas 21 Locais em 17 países			
<b>Austrália</b>	<b>176</b>	Nepal	4
Bangladesh	2	Nova Zelândia	37
<b>China, R.P.</b>	<b>25</b>	Paquistão	1
Índia	14	Filipinas	28
Indonésia	8	Singapura	1
<b>Japão</b>	<b>110</b>	<b>Sri Lanka</b>	<b>24</b>
<b>Coreia, Rep.</b>	<b>172</b>	Tailândia	21
Malásia	9	Vietnã	20
<b>Mongólia</b>	<b>22</b>		
AMÉRICA DO NORTE: 101 Agendas 21 Locais em 2 países			
Canadá	14	EUA	87

EUROPA: 5.292 Agendas 21 Locais em 36 países			
Albânia	7	Letónia	5
Austria	64	Lituânia	14
Bélgica	106	Luxemburgo	69
Bósnia Herzegovina	1	Montenegro	2
Bulgária	22	Países Baixos	100
Crócia	20	<b>Noruega</b>	<b>283</b>
Chipre	1	Polónia	70
Rep. Tcheca	42	Portugal	27
<b>Dinamarca</b>	<b>216</b>	Roménia	12
Estónia	29	Rússia	29
<b>Finlândia</b>	<b>300</b>	Eslováquia	30
França	69	Eslovénia	3
Alemanha	2.042	Espanha	359
Grécia	39	<b>Suécia</b>	<b>269</b>
Hungria	9	Suíça	83
<b>Irlanda</b>	<b>37</b>	Ucrânia	9
<b>Irlanda</b>	<b>29</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>425</b>
<b>Itália</b>	<b>429</b>	Iugoslávia	18
AMÉRICA LATINA: 119 Agendas 21 Locais em 17 países			
Argentina	1	Guiana	1
Bolívia	1	Honduras	6
Brasil	36	Jamaica	5
Chile	15	México	2
Colômbia	6	Nicarágua	5
Costa Rica	4	<b>Peru</b>	<b>17</b>
Cuba	2	Trinidad e Tobago	1
Rep. Dominicana	1	Venezuela	3
<b>Ecuador</b>	<b>13</b>		
ORIENTE MÉDIO: 79 Agendas 21 Locais em 13 países			
Bahrein	1	Qatar	1
Irã	2	Arábia Saudita	4
Israel	3	Síria	2
Jordânia	4	<b>Turquia</b>	<b>50</b>
Kuwait	1	Emirados Árabes	2
Líbano	6	Iémen	2
Omã	1		

### Quadro 2,03 - Número de Agendas Locais Implementadas no Mundo

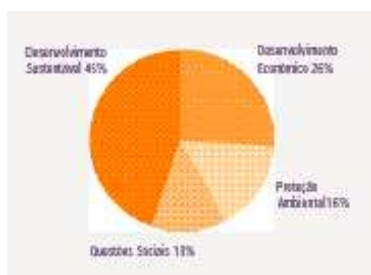
(ICLEI > Relatório Resumido da Pesquisa Sobre as Agendas 21 Locais com Enfoque Regional > Recomendações e Conclusões)

Principais conclusões tiradas deste levantamento:

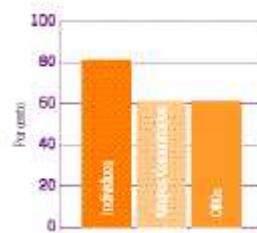
- 6 416 governos locais em 113 países em todo o mundo participam de actividades ligadas a Agendas 21, em que a Europa lidera com cerca de 5 292 municípios, o que corresponde a cerca 80% de todos os aderentes;
  - 61% dos municípios com Agendas 21 Locais desenvolveram Planos Locais de Acção
- Há campanhas nacionais em prol das Agendas 21 Locais em 18 países, representando 41% das Agendas 21 Locais globais; esses planos de acção tendem a concentrar-se na

área do ambiente, com 46% municípios usando esta abordagem. Numa visão mais abrangente do desenvolvimento sustentável, incorporando igualmente as necessidades económicas, sociais e ambientais, estão 36%. No entanto existe uma grande correlação entre ambiente, no sentido amplo e as actividades actualmente empreendidas pelos municípios como parte dos processos das Agendas 21 Locais;

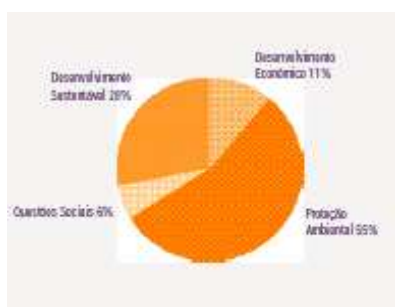
Os processos de Agendas 21 Locais foram integrados aos sistemas municipais em 59% dos governos locais.



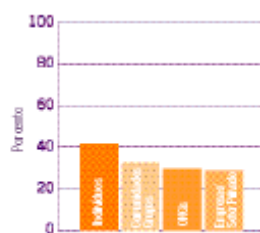
PARCEIROS FORMAIS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS DE AGENDAS 21 LOCAIS NA ÁFRICA



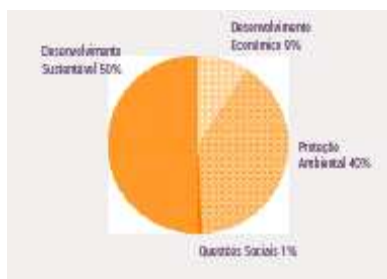
ENFOQUE EM PROCESSOS DE AGENDAS 21 LOCAIS NA ÁFRICA



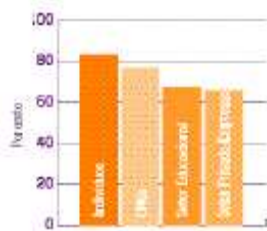
PARCEIROS FORMAIS ENVOLVIDOS EM PROCESSOS DE AGENDAS 21 LOCAIS NA REGIÃO ÁSIA E PACÍFICO



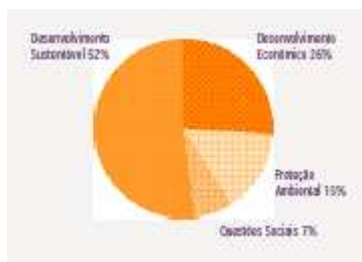
ENFOQUE DAS AGENDAS 21 LOCAIS NA REGIÃO ÁSIA E PACÍFICO



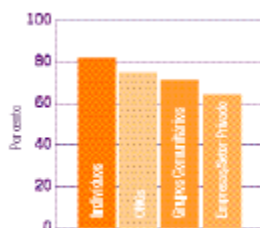
ENFOQUE DAS AGENDAS 21 LOCAIS NA EUROPA



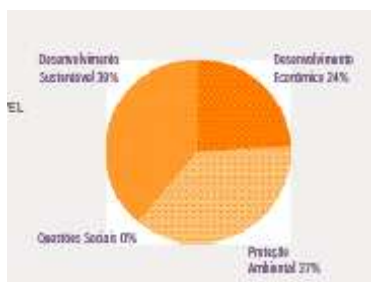
PARCEIROS FORMAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE AGENDAS 21 LOCAIS NA EUROPA



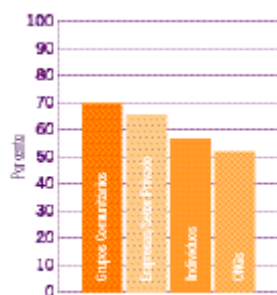
PARCEIROS FORMAIS ENVOLVIDOS NAS AGENDAS 21 LOCAIS AMÉRICA LATINA



ENFOQUE NOS PROCESSOS DE AGENDAS 21 LOCAIS NA AMÉRICA LATINA



PARCEIROS FORMAIS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS DE AGENDAS 21 LOCAIS NA AMÉRICA DO NORTE



ENFOQUE NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AGENDAS 21 LOCAIS)

**Figura 2,08 - Total Global de Processos Ligados a Agenda 21 por País**

(ICLEI > Relatório Resumido da Pesquisa Sobre as Agendas 21 Locais com Enfoque Regional > Recomendações e Conclusões)

## 2.5 Agenda 21 Local em Portugal

Em Portugal todavia, passados 12 anos depois da sua criação, não se conseguiu dotar as autarquias de meios financeiros para por em prática as recomendações do modelo que visa diagnosticar e formular políticas municipais sustentáveis. Actualmente e de acordo com o estudo elaborado pela consultora Heidrick & Struggles (2008), apenas 70 a 80 municípios aderiram à Agenda 21 Local, o que perfaz um total de 25 por cento dos municípios do país. Estes permitem alcançar a nível regional mais progresso sem prejuízos para o ambiente, ao

contrário de países como a Suécia e a Dinamarca que conseguiram uma aplicação em pleno da Agenda 21 e que faz com que Portugal seja o “lanterna vermelha” da Europa neste campo, segundo o artigo publicado em 2006, na página da Agenda 21 Local da Universidade Católica, “Agenda 21 Local – Uma Estratégia Participada para o Desenvolvimento Sustentável de uma Comunidade” que o ritmo a que está a ser imprimido na aplicação das Agendas Locais, só daqui a 43 anos é que todos os municípios terão as suas Agendas Locais (Portugal no fim da lista europeia da Agenda 21 Local, Ambiente online 2005).

No XIII Congresso realizado pela ANMP em 12 e 13 de Abril de 2002, concluiu-se que "as questões ambientais não podem ser autonomizadas, nem desligadas, dos processos de planeamento e gestão municipais do território, como se pertencessem a outro planeta. Significa isto, que as competências municipais já definidas, mas ainda carentes de regulamentação na Lei n.º 159/99, devem ser inscritas em Agendas 21 Locais e serem claramente assumidas naqueles processos de planeamento e gestão, sendo que, simultaneamente, os espaços de REN, de RAN, de Áreas Protegidas, de Parques e Reservas Naturais, Rede Natura, etc., etc., têm de estar incluídos naqueles mesmos processos de planeamento e gestão, integrando as esferas social, económica e ambiental e respeitar o controle democrático do Poder Local, não se assumindo como “territórios autónomos”.

Na sequência e decorrido um ano, na Conferência sobre o Ordenamento do Território e Revisão dos PDM's, a ANMP reconheceu o carácter estratégico do teor da Agenda 21 e o seu presidente Fernando Ruas em 2005 manifestou o seu empenhamento "... não obtenção dos necessário meios legais, técnicos, humanos e financeiros que viabilizem a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais enquanto documentos que promovem a integração das esferas ambiental, económica e social ao nível do planeamento e da gestão municipal, num



processo participativo, envolvendo a comunidade local na definição de uma estratégia comum de acção de longo prazo, com vista à protecção do ambiente, à prosperidade económica e ao bem estar social dessa mesma comunidade" (Ruas, Fernando, 2005).

No entanto o que se verifica, é que os municípios continuam afastados das questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável e são, na sua maioria, aqueles que apresentam os piores desempenhos ambientais.

Com este tipo de visão é também importante que se consiga o empenhamento dos agentes socioeconómicos nas áreas do conhecimento, valorização, prevenção e correcção dos problemas ambientais, uma vez que são, os munícipes, que possuem o conhecimento da realidade e é neles eles que as situações mais directas têm repercussões, pelo que a Administração Local deve manter com eles uma via de comunicação fácil e permanentemente aberta sobre a matéria.

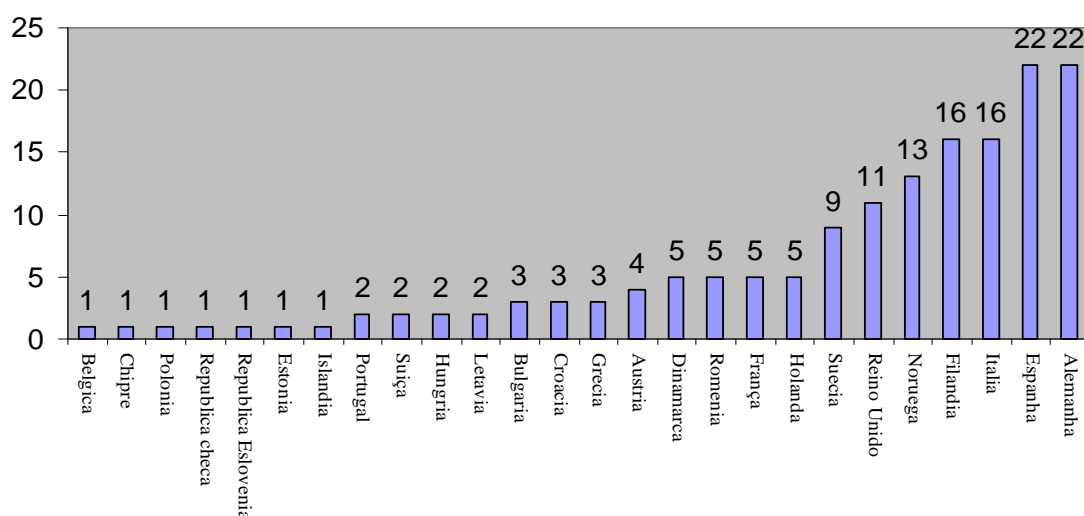
A degradação e o descontentamento com o estado do ambiente e a qualidade de vida são algumas das preocupações das populações. O observatório “Observa” tem vindo a registar ao longo dos anos essas preocupações que levam à tomada de iniciativas e à mobilização das forças vivas locais, criando uma proximidade com a cidadania.

A Agenda 21 Local tem de ser vista como uma potente ferramenta com grande capacidade de praticar mudanças, quer seja no planeamento, garantindo novas maneiras de integrar todas as variáveis, quer seja a democratização, obrigando a uma participação pública.

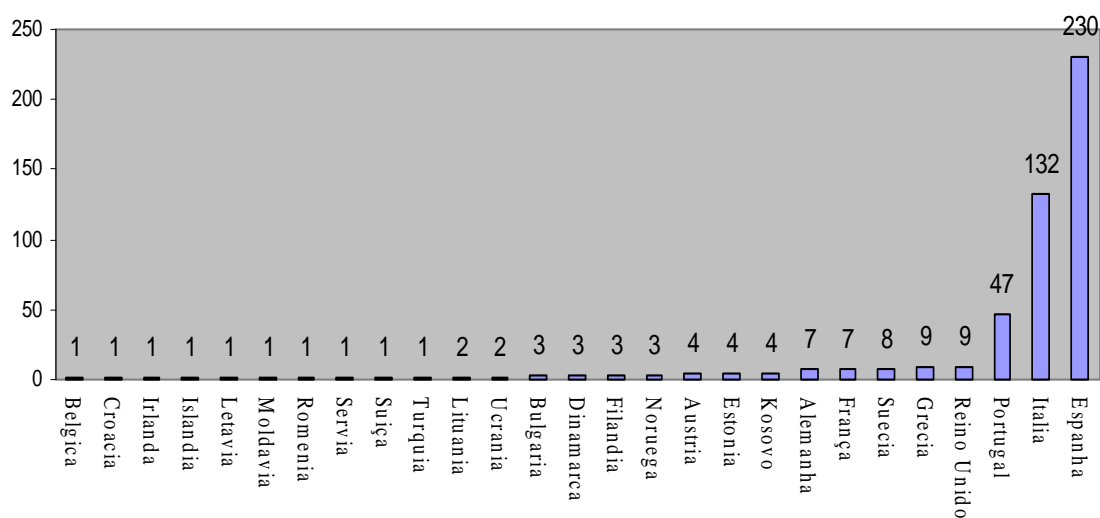
Ao nível da política nacional para o desenvolvimento sustentável, só a partir de 2002 no documento Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável é que se passou a fazer

referência à Agenda 21 Local mas não se verificou o acompanhar, por parte das instituições públicas nesta matéria, deixando quase ao abandono a implementação do processo da Agenda, ficando quase sempre essa tarefa para grupos de peritos, ONG's.

Esta realidade pode ser constatada pelos números do ICLEI que, passados 10 anos, não revelou grande evolução existindo apenas dois municípios inscritos.



**Figura 2,09 – Membros do ICLEI na Europa**  
( www.org.iclei.org 2007)



**Figura 2,10 – Signatários da Carta de Aalborg**  
(fonte : www.aalborgplus10.dk 2007)

Ao analisar o quadro referente aos signatários da carta de Aalborg é possível ver que Portugal está acima da média, e que são os países do sul da Europa que apresentam um maior número de aderentes à Carta de Aalborg.

Segundo Luísa Schimit, Nuno Quental defende no sítio da Naturlink que “não se passou ainda da dezena. Contudo, nem este valor devia ser citado, visto que em alguns casos as Agendas se iniciaram, ou foram interrompidas a meio”.

Parece que a falta de envolvimento das autoridades competentes, através do apoio ao nível institucional, a falta de incentivos financeiros, a falta de informação e a criação de campanhas de divulgação, são o que provavelmente faltará para dar um empurrão às Agendas 21 Locais. Estas podem também ser conclusões de qualquer trabalho que se realize sobre este processo e este, também parece ser o entendimento do secretário executivo do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) o Professor Aristides Leitão em entrevista à revista Água e Ambiente 2008 afirmando “Falta vontade política, exercício de cidadania e dar força à Agenda 21 Local, enquanto foco dinamizador de sustentabilidade”.

A inexistência de medidas de nível institucional como já foi referido anteriormente, pode justificar a ineficácia das Agendas, no entanto também se poderá questionar outras razões, como a falta de participação pública, tendo em consideração a opressão existente no antigo regime (Estado Novo), a passagem do nada para o tudo com a entrada de Portugal no “clube” da Europa e o rápido crescimento do conceito da Globalização que podem ter inibido os portugueses de assumirem uma atitude pró-activa na sociedade.

### 3 POLITICAS SOCIAIS e REDE SOCIAL

“A cidade que os homens deixaram de habitar está agora sitiada por eles”

José Saramago

#### 3.1 Definição

Tentando dissecar o termo “rede social” fomos saber o que cada uma delas quer dizer assim consultado o Dicionário da Porto Editora On-Line, temos a definição de:

Rede - substantivo feminino

- espécie de malha formada por um entrelaçado de fios, cordas, arames, ou outro material;
- aparelho armado com tecido de malha para apanhar peixes, insectos, pássaros, etc.;
- tecido de malha metálica usado para formar vedações;
- espécie de malha resistente, que se suspende geralmente de duas hastes ou ramos de árvore, para se descansar;
- malha resistente, sustentada por armações, que se utiliza em vários desportos (ténis, futebol, etc.) para dividir dois campos adversários ou para formar balizas;
- malha para segurar o cabelo;
- conjunto de pessoas, estabelecimentos ou organizações que trabalham comunicando entre si, sob uma direcção central;
- organização de espionagem implantada num país;
- entrelaçamento de nervos e fibras;
- conjunto de vias ou de meios de transporte (ferroviário, rodoviário ou aéreo) que se ligam e ramificam;

- conjunto de postos de transmissões da mesma natureza, telefónicos ou de rádio, sob a direcção de um deles, com a possibilidade de comunicar entre si; sistema interligado de meios de comunicação;

Social - adjectivo 2 géneros

- pertencente ou respeitante à sociedade;
- que vive em sociedade;
- que gosta de viver em sociedade; sociável;
- referente a uma sociedade comercial ou industrial;
- diz-se dos problemas relativos à organização e à satisfação das necessidades dos indivíduos em sociedade;

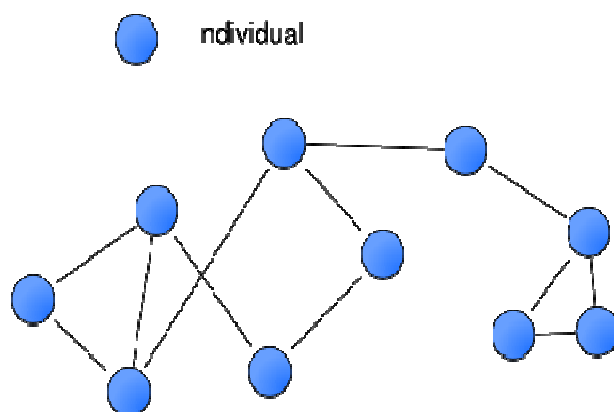
Rede Social

De acordo com a interpretação dada no site do concelho de Loures " A rede social é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem por objectivos:

- a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- b) Promover o desenvolvimento social integrado;
- c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- d) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI);
- e) Integrar os objectivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- f) garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;

g) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Pretende-se fomentar a formação de uma consciência colectiva dos problemas sociais e contribuir para a activação dos meios e agentes de resposta e para a optimização possível dos meios de acção nos locais.



**Figura 3.01 - Exemplo de um Diagrama de uma Rede Social**  
(Fonte : wikipedia – 2007)

Trata-se de um Programa Co-financiado pelo Fundo Social Europeu - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social, Medida 5.1. - Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário, Tipologia de Projecto 5.1.1 - Rede Social para o Desenvolvimento, Acção Tipo 5.1.1.1 - Dinamização e Consolidação de Parcerias Locais) e o Estado Português - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

### **3.2 Evolução dos Conceitos e Marcos Históricos da Rede Social**

Foi na Conferência do Rio em 1992, onde pela primeira vez se abordou o tema a acção social numa perspectiva de globalização e de interacção entre as diversas áreas com a criação da Agenda 21 que até então eram políticas desgarradas, sem qualquer visão integradora com outras matérias e globalizante. No entanto só mais tarde, passados 3 anos, é que a área do desenvolvimento social teve mais relevância com a realização de uma conferência dedicada às políticas sociais tendo sempre como referência o desenvolvimento sustentável.

Quando em 1992, a Assembleia-Geral assumiu a iniciativa de promover esta Conferência Mundial do Rio, a sua prioridade era fazer do desenvolvimento social uma prioridade principal para a comunidade internacional. A agenda para esta conferência reflecte fielmente essa intenção.

Vamos discutir como levar para a frente a luta contra a pobreza; como combater a exclusão e a desagregação sociais; como criar o emprego produtivo; e o acordar para uma consciência nova da responsabilidade social a nível internacional.

Foi nas Nações Unidas com a da conferência de Copenhaga no ano de 1995 que se debateram as políticas sociais, nesta conferência realizou-se um conjunto de fóruns tendo no final saído uma declaração sobre o Desenvolvimento Social, ficando conhecida como a “Declaração de Copenhaga”. Contou com a presença do presidente das Nações Unidas, o Sr. Boutros Boutros-Ghali (1995), que no seu discurso de encerramento, dando grande ênfase aos resultados e trabalhos realizados na conferência e que se passa a citar “O Desenvolvimento Social diz que, só com uma ordem social baseada na justiça é que possibilita que um

indivíduo atinja o seu maior potencial. O Desenvolvimento Social diz ainda que o progresso económico é impossível de atingir sem um progresso ao nível da esfera social.

(...)

Em 1948, a declaração do universal deixou explícito a dimensão social dos direitos humanos. Essa dimensão viria a ser ainda mais fortemente reafirmada nos convénios de 1966, particularmente o convénio internacional sobre a economia, direitos culturais e sociais, cuja importância eu chamaria a atenção.” (Boutros-Ghali (1995).

A declaração anteriormente referida como a Declaração de Copenhaga foi revista em 2005 afim de se adaptar a declaração aos objectivos do Projecto Milénio da ONU e que se encontram expressos no documento “The Millennium Development Goals Report UNITED NATIONS 2006”.

O assunto do desenvolvimento social tem vindo a ser discutido já há algumas décadas, mas sempre em situações pontuais e sem uma visão globalizadora mas também particular, pois cada situação é uma situação e as diferenças culturais dos países são, por vezes, muito diferentes.

Uma leitura sobre a sociologia ambiental, em especial sobre os movimentos ambientalistas que apontaram as causas sociais da degradação ambiental no início da década de 70, foi necessária para direccionar o estudo, para a importância das redes sociais na questão ambiental.

A Eco 92 – Conferencia Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas foi um marco importante para os movimentos sociais que, pela primeira vez, assumiram a condição



de protagonistas num evento mundial. Este quadro colocou novas oportunidades e desafios para os movimentos e ONGs. Já não se tratava apenas de denunciar as injustiças sociais, a opressão e a destruição do meio ambiente, era preciso formular políticas alternativas e disputar com os governos as propostas para o futuro da humanidade.

Com a globalização, o combate ao neoliberalismo tornou-se para alguns, como a “guerra” a combater tendo sido criados vários grupos. Um deles, formado por várias associações de diversas partes do mundo, tentou a formação de uma Rede Social Mundial. A Rede Social Mundial é uma iniciativa do Comité Gaúcho do Fórum Social Mundial, apresentada como proposição aos demais comités do Fórum, movimentos sociais, redes e ong’s que integram o Fórum Social Mundial, na edição 2002.

A Europa tem vindo a desenvolver uma política social, através da União Europeia, sendo uma das instituições que mais zela pelos problemas ao nível social, e considera mesmo um dos grandes desafios de médio e longo tempo. A legislação da UE nesta matéria tem-se centrado sobretudo na forma como os princípios fundamentais do Tratado são aplicados no quadro dos sistemas nacionais.

Em 2000 realizou-se em Portugal uma conferência onde foi aprovada uma estratégia com vista a combater a falta de uma visão sócio-económica. Esta conferência ficou conhecida pela “Estratégia de Lisboa” provando que este é um problema que afecta a todos e que só em conjunto é possível obter as soluções para um desenvolvimento sustentável “In so far as social protection and social inclusion policies are not incorporated into Community law, the mechanism introduced by the Lisbon European Council in March 2000 within the Union is called the open method of coordination (OMC). It allows the definition of common objectives

and the comparison of good practices between Member States in three areas: social inclusion (since 2000), pension and retirement systems (since 2001) and the future of the health and long-term care sector (since 2004).- A new framework for the open coordination of social protection and inclusion policies UE”. (Communication from the Commission of 22 December 2005)

As conclusões de Lisboa encaravam a modernização e a melhoria dos sistemas de protecção social como uma pedra basilar na obtenção do objectivo estratégico global. Esta concepção de que a protecção social tem um importante contributo a dar numa política socioeconómica global, foi reforçada pela Agenda de Política Social, adoptada pelo Conselho Europeu de Nice e que de acordo com as suas orientações, levou à criação de dois Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI) referentes aos períodos 2001-2003 e 2003-2005.

A estratégia mantém-se actual, no entanto os resultados foram díspares, devido principalmente à falta de coordenação, mas o Conselho Europeu da Primavera de 2005 decidiu relançar a “Estratégia de Lisboa”, dando nova oportunidade a um projecto de grande importância para a Europa, focalizando-a nos objectivos do crescimento e do emprego, tentando assim, deste modo, promover um desenvolvimento sustentável.

A noção de Desenvolvimento Social surgiu a partir das críticas a modelos de desenvolvimento que valorizavam o crescimento económico e cuja promoção e planificação se fazia de “cima para baixo”. Partia-se de uma visão funcionalista do desenvolvimento no território em que se supunha que um nível de crescimento económico satisfatório, alcançado por determinadas regiões, seria o motor da generalização, do bem-estar e da prosperidade noutras regiões.

No que diz respeito ao Desenvolvimento Social, as suas bases foram definidas sobretudo em torno de um conjunto de princípios e de um programa de acção que a Conferência de Copenhaga, em 1995, veio sedimentar tal situação e que Portugal também subscreveu.

Considera-se como pilares do Desenvolvimento Social:

- a erradicação da pobreza
- a promoção do emprego
- a integração social

Estes pilares fundamentais para o Desenvolvimento Social assentam por sua vez, sobre um conjunto de pressupostos:

- uma noção de Desenvolvimento Sustentável mais englobante;
- a transparência na administração em todos os sectores.

A agenda de política social traça o percurso da UE no processo de modernização e aperfeiçoamento do modelo social europeu, através do investimento nas pessoas e da criação de um “Estado-providência” activo. Este processo deverá contribuir para a consecução do objectivo estratégico definido no Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000.

### **3.3 Conceito “Rede Social” em Portugal**

O Programa Rede Social foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº197/97, de 18 de Novembro (RCM), reconhecendo o papel das tradições de entreaajuda familiar e de solidariedade mais alargada.

Trata-se de um Programa co-financiado pelo Fundo Social Europeu - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (Eixo 5 - Promoção do Desenvolvimento Social, Medida 5.1. - Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário, Tipologia de Projecto 5.1.1 - Rede Social para o Desenvolvimento, Acção Tipo 5.1.1.1 - Dinamização e Consolidação de Parcerias Locais) e o Estado Português - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

A Rede Social, como uma estratégia de abordagem da intervenção social, baseada num trabalho planeado feito em parceria, visando racionalizar e trazer maior eficácia à acção das entidades públicas e privadas que actuam numa mesma unidade territorial.

Na sequência da referida Resolução, foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito do Pacto de Cooperação para a Solidariedade, constituído pela Direcção Geral da Acção Social e pelo Instituto para o Desenvolvimento Social, que preparou um documento de enquadramento da implementação da Rede Social designado por “Programa para a Implementação de Projectos Piloto no âmbito da Rede Social” apresentado e aprovado em reunião do Pacto em 28/04/99.

A referida RCM define a Rede Social como um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, que nela queiram participar. Estas entidades deverão concertar os seus esforços com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social.

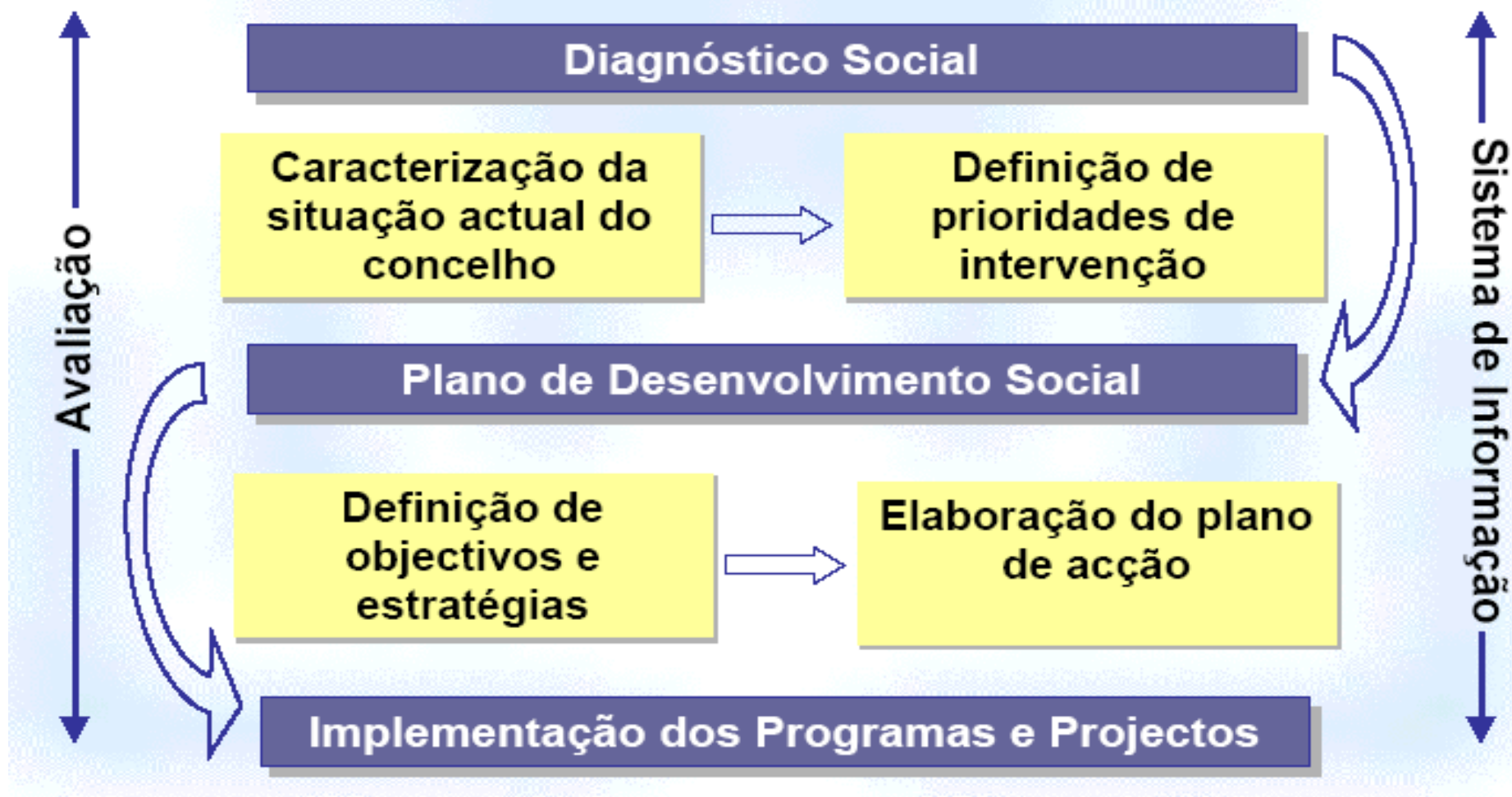
Apesar do espaço temporal de um ano, previsto para o desenvolvimento do programa piloto ser escasso, considerando o carácter inovador do modelo e metodologia propostos, um

balanço global dos resultados obtidos permite-nos constatar uma significativa capacidade de execução das acções apresentadas.

O Programa Rede Social, pretende desenvolver e consolidar uma consciência colectiva dos problemas sociais, contribuir para a activação das respostas sociais e para a optimização dos recursos de intervenção nos níveis locais (Concelhos e Freguesias do País). Trata-se de um programa estruturante, essencialmente metodológico, no apelo que faz à mudança nas formas de fazer das entidades parceiras. Aposta na conjugação de esforços dos parceiros e na definição conjunta de prioridades, propondo que se efectue um planeamento sustentado, assente em diagnósticos, integrado e integrador da intervenção social (cujos eixos de intervenção devem inscrever-se nos Planos de Desenvolvimento Social).

As parcerias que corporizam as diversas redes sociais locais são as Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e os Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), entendidas como plataformas de coordenação e planeamento da intervenção social. Este Programa registou uma evolução positiva, passando de 135 redes constituídas em 2003, para 154 em 2004; no caso da formação e qualificação de agentes de desenvolvimento, o n.º de formandos previsto foi já atingido, tendo contudo, registado um decréscimo de 2003 para 2004 (tendo sido respectivamente de 1231 formandos para 930); quanto à introdução de metodologias de planeamento participado, em 2004 a meta prevista para 2005, tinha já sido alcançada com a existência de 113 Pré-Diagnósticos (correspondendo a 113 Concelhos) de acordo com PNAI 2005-2006.

## METODOLOGIA DA REDE SOCIAL



**Figura 3.02 – Metodologia da Rede Social**  
(Fonte Segurança Social)

Entre os concelhos piloto verificou-se uma elevada capacidade de implementação do programa da Rede Social (93%), tendo 35 destes concelhos (85%) constituído formalmente os Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) e aprovado os regulamentos que viabilizam o seu funcionamento.



**Figura 3.03 - Mapa da Distribuição dos Concelhos Piloto do Projecto Rede Social**  
(Fonte: Segurança-Social)

O Estado Português elaborou um Plano Nacional de Acção para a Inclusão para o período 2001- 2003 onde se assumia como “o instrumento de construção de uma estratégia europeia

no plano social, mas fixa-se, fundamentalmente, no seu valor específico, enquanto instrumento nacional de consolidação das políticas portuguesas de reforço da coesão nacional. O Plano Nacional deve ser lido não apenas no que representa o compromisso explícito, com objectivos de coesão e justiça social, mas também no que possibilita a articulação com outros instrumentos, nomeadamente o Plano Nacional e emprego e o Programa Integrado de Apoio à Inovação, constituindo com eles, a expressão do chamado - triângulo estratégico de Lisboa, de que é uma peça fundamental.” (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social)

Em 2003 foi aprovado o PNAI 2003-2005 onde se procedeu a uma avaliação do plano anterior e se redefiniram objectivos e eixos estratégicos. Este Plano continha um conjunto de políticas sociais levadas a cabo pelo Estado e partindo do princípio da parceria activa entre o Estado e a Sociedade Civil, combinando dois níveis de intervenção, a local e a nacional. No entanto, verificou-se a existência de um desfasamento entre os objectivos comuns europeus e a concretização das políticas, o que significa que o reforço do processo deve avançar para além da identificação de grandes princípios e objectivos e concentrar-se na eficácia das políticas. Por outro lado, veio reclamar a necessidade de aprofundar a dimensão social na Estratégia de Lisboa revista, garantindo a coerência e o reforço mútuo entre os objectivos de crescimento e emprego e os da coesão social.

No início de 2005, as dificuldades reveladas pela conjuntura económica internacional e comunitária, levaram à revisão das metas fixadas no âmbito da Estratégia de Lisboa, recentrando-a na importância do crescimento económico e no emprego, reforçando algumas dimensões da sua governação e propondo maior simplificação e transparência de procedimentos.



No processo de revisão foram propostos novos objectivos comuns e que foram adoptadas no seio do Conselho Europeu da Primavera de 2006, em matéria de protecção social e inclusão social e que são:

- (a) Promover a coesão social e a igualdade de oportunidades para todos, através de políticas de inclusão social e sistemas de protecção social adequados, acessíveis, financeiramente viáveis, adaptáveis e eficientes.
- (b) Interagir de perto com os objectivos de maior crescimento económico e mais e melhores empregos fixados em Lisboa e com a estratégia de desenvolvimento sustentável da UE.
- (c) Reforçar a governação, a transparência e a participação dos agentes relevantes na concepção, aplicação e acompanhamento das políticas.

Em Portugal a elaboração de um PNAI teve também em consideração todos estes pontos mas também a avaliação feita pela Comissão Europeia dos anteriores Planos, bem como foi considerado a necessidade de reforçar o programa Rede Social “Foi ainda salientada a necessidade de reforçar o programa Rede Social, investindo nas suas potencialidades de implementação concertada de medidas de política ao nível local e de articulação entre os níveis nacional e local.” (PNAI Portugal 2006-2008)

Nunca é demais referir que o PNAI é um instrumento útil e importante porque pode ser integrador de diversas políticas.

Nestas políticas sociais, integrava-se o combate à pobreza e exclusão social com a criação de diversos programas onde se incluía o Programa da Rede Social.

A execução da Agenda de Política Social é um claro exemplo de um sistema de governança novo e melhorado, demonstrando na prática como as autoridades públicas aos níveis europeu, nacional, regional e local, conjuntamente com os parceiros sociais e a sociedade civil, trabalham com eficácia para proceder às reformas necessárias. Este processo está estreitamente associado à utilização da combinação adequada de instrumentos políticos.

Em certa medida, enquadra-se no âmbito do que alguns autores designam por “novas políticas sociais”, representando uma proposta de ruptura com formas mais tradicionais de intervir (ainda que estas, no contexto actual, não devam ser consideradas residuais ou despicientes), estas demarcam-se de visões mais assistencialistas e remediativas da intervenção, geralmente mais restritivas, porque, ignorando a multidimensionalidade dos problemas sociais, propõem respostas e soluções parcelares, segmentadas, afastando-se assim de uma concepção de política social centrada no “mero” accionamento de medidas de natureza redistributiva propondo, em alternativa uma abordagem integrada e sistémica do desenvolvimento social e da promoção do bem-estar social (Avaliação do Programa Rede Social – Relatório Síntese 2005).

Os domínios de articulação restringem-se, grosso modo, à consulta e à recolha de dados contidos noutros instrumentos e planos locais (e por relação à Rede Social à consulta do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social), mas raramente se observa o estabelecimento efectivo de relações de trabalho entre aquelas equipas e, neste sentido, um investimento na articulação com outras equipas e instrumentos de planeamento (PNAI).

Configurando uma proposta de ruptura com formas mais tradicionais de intervir, a Rede Social assume-se, no contexto nacional, como um programa ambicioso e inovador ao nível

das políticas sociais, apelando não só à reconceptualização global da intervenção, como à (re)definição do lugar das políticas sociais face a outras políticas de desenvolvimento (desenvolvimento económico, ambiental, cultural, etc.).

Nas redes sociais existe, portanto, a valorização das relações, que são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade e de interesses entre seus participantes.

O físico austríaco Fritjof Capra, sendo um dos mais influentes pensadores do movimento ecológico mundial referiu numa entrevista a um jornal brasileiro o seu ponto de vista relativamente ao que via em comum entre as ciências biológicas, com o cognitivismo e as ciências sociais “O padrão básico de organização dos sistemas vivos é a rede. Se entendermos as redes, podemos aplicar esta compreensão às redes biológicas e sociais. O homem necessita estabelecer a sua identidade, constituindo-se como indivíduo histórico-social por meio de relações sadias que respeitam a sua condição humana e possibilitam a expressão de sua subjetividade“(Fritjof Capra, 2005).

Nesse domínio, movimentos promovidos por ONGs, igrejas, grupos de jovens e outras associações da sociedade civil, transformam as redes num espaço público fundamental que possibilita novos caminhos para a interacção política, social e económica, proporcionando deste modo, o fortalecimento das demandas dos actores da sociedade civil, que conseguem contornar a desigualdade de recursos, desenvolvendo estratégias de luta mais eficazes.

Nesse campo, as redes propõem sentidos alternativos à cidadania e à política, mediante a valorização da ideia de solidariedade.

No âmbito de uma política social que se vem orientando para potenciar a eficácia social das medidas de intervenção, a partir da articulação estreita entre prioridades globais e especificidades locais, de incentivo à mais valia das relações de cooperação e de parceria entre organismos públicos e iniciativa social privada, à progressiva territorialização da intervenção social, à rentabilização das práticas e das estruturas de solidariedade já existentes e ao reconhecimento da importância do sector social, pelo crescimento registado e pela sua capacidade de intervenção (integrando em todo o país uma verdadeira rede de solidariedade e protecção social). O Conselho de Ministros decidiu (Resolução nº197/97) fazer o reconhecimento público da identidade e valores desta realidade, fomentar a formação de uma consciência colectiva responsável dos diferentes problemas sociais que atende a incentivar redes de apoio integrado de âmbito local e segue uma estratégia operacional que assenta no princípio da parceria e no reconhecimento de complementaridades.

O programa da Rede Social tem como finalidade, combater a pobreza e exclusão social numa perspectiva de promoção do desenvolvimento social.

Tendo em conta esta finalidade e pelo facto do programa Rede Social se assumir como estruturante, os seus objectivos estratégicos são os seguintes:

- Desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- Garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais nos concelhos e freguesias.

No quadro destas atribuições o IDS criou o Núcleo da Rede Social a quem compete, designadamente, dinamizar e apoiar a constituição e o desenvolvimento dos CLAS e das CSF, apoiar tecnicamente os CLAS e as CSF no desenvolvimento de metodologias de planeamento integrado, proceder à avaliação periódica da implementação e desenvolvimento da Rede Social e elaborar, aplicar e avaliar instrumentos de monitorização técnica da Rede Social (Portaria nº 1208-A/2000 - Estrutura orgânica do IDS).

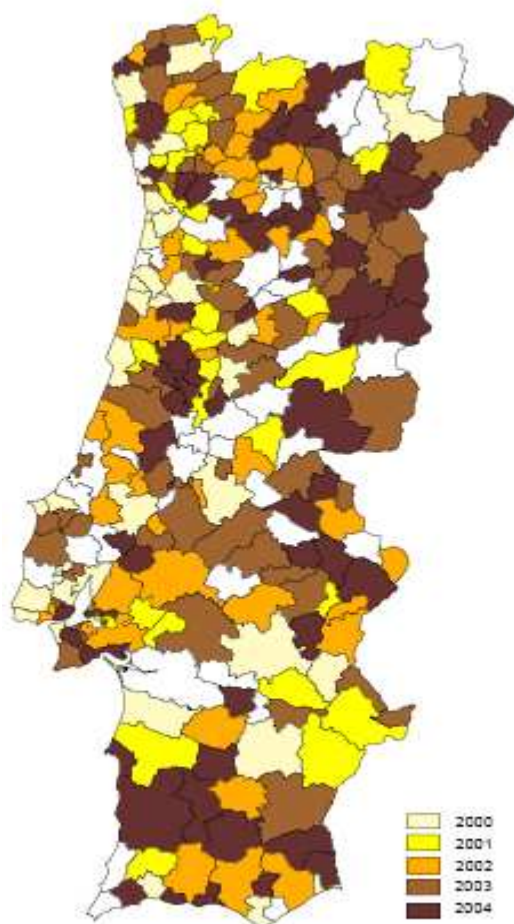
**Concelhos abrangidos pela Rede Social, segundo a NUT II,  
por Distrito**

<b>NUTSII</b>	<b>Concelhos</b>
<b>Total Continente</b>	<b>276</b>
<b>Norte</b>	<b>86</b>
<b>Centro</b>	<b>77</b>
<b>LVT</b>	<b>50</b>
<b>Alentejo</b>	<b>47</b>
<b>Algarve</b>	<b>16</b>

**Quadro 3.01 - Número de Concelhos por Região**  
(Fonte : Segurança Social)

Hoje em dia é assumido que a pobreza e a exclusão social são uma consequência de vários factores que cortam todos os sectores da sociedade (o económico, o social, o cultural e o ambiental) pelo que, para os combater eficazmente, é necessário compatibilizar e articular todas as políticas sectoriais e todos os esforços ao nível local, regional e nacional.

#### MAPA DOS CONCELHOS ABRANGIDOS PELA REDE SOCIAL



**Figura 3.04 –Mapa dos Concelhos Abrangidos pela Rede Social**  
(Fonte Segurança Social)

Tem-se vindo até hoje, a constatar que a cooperação progressiva entre parceiros centrada sobre a realização de uma acção particular ou de um projecto, com objectivos circunscritos a uma finalidade directamente operacional, que a rede social aponta para uma cooperação entre actores que intervêm num domínio mais vasto, com vocação global, integrando as parcerias sectoriais.

Esta rede deve ter como uma das suas funções principais, articular e integrar progressivamente as várias parcerias existentes, fazendo com que os promotores das

diferentes iniciativas locais se integrem num projecto mais global e de conjunto, pois só uma sinergia entre as parcerias no terreno pode levar a um processo global de desenvolvimento.

As alterações verificadas na sociedade dos nossos dias, trazem problemas e necessidades que exigem formas diferentes de olhar e actuar no social, apelando ao esforço de todos e à utilização das várias energias positivas, no sentido da melhoria das condições de vida dos cidadãos.

O que é um Plano de Desenvolvimento Social?

Um plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção das respostas às necessidades individuais e colectivas, traça o retrato de uma situação social desejável nos Concelhos e Freguesias onde vai ser implementado. Configura uma dinâmica de condução e gestão de recursos de implicação de agentes e de negociações da participação dos actores chave, em função da sua aderência a determinadas opções.

A “responsabilidade social” e “desenvolvimento social” são dois conceitos cada vez mais internalizados no vocabulário das populações com ligações a um desenvolvimento e com proporções já elevadas. A propósito disso, José Carlos Silveira Duarte do Senac de São Paulo, Brasil refere na sua entrevista à revista Gerência de Desenvolvimento 4, que “Entendo a responsabilidade social como a atitude cidadã que cada indivíduo e cada organização têm consigo, com a sua comunidade, com seu o país e com o mundo, e que pratica com direitos e com deveres na vida social e política, visando ao bem comum. O desenvolvimento social é de âmbito maior, comporta a responsabilidade social e inclui uma visão de pensar global e que considera não somente o desenvolvimento económico entendido como sustentação,

suficiência, mas também a preservação do meio ambiente, ecoeficiência e a socioeficiência, ou seja o bem estar das pessoas e da sociedade.” (Silveira Duarte, 1996).

A mudança na organização social também tem contribuído para a degradação ambiental e perda da biodiversidade. O mundo, antes da revolução industrial, pode ser visto como um mosaico de sistemas ecológicos e sociais em co-evolução, ou seja, os componentes dos sistemas sociais, tais como o conhecimento, mitos, tradições, organização social e tecnologias dos povos locais, estavam em acordo com a capacidade de se adaptar e evoluir.



## 4 ESTUDO CASO

*“A primeira destas vilas que nos oferece para havermos de tratar dela, é a notável vila de Cascais, sendo a última do mundo da parte do Ocidente, na qual parece que quis a natureza ajuntar tudo o bom ...” Georgius Braun  
1572*

### 4.1 Caracterização do Concelho de Cascais

Situada a cerca de vinte e cinco quilómetros a ocidente de Lisboa, encontrando-se limitada a norte pela serra de Sintra e a sul bem como a ocidente pelo Oceano Atlântico. Foi em 1364 que Cascais obteve o estatuto de vila, no entanto só em Abril de 1370 é que foi criado o concelho de Cascais e em 1514, o Rei D. Manuel I deu a carta foral a Cascais e desde então esta, tem vindo a sofrer algumas alterações relativamente aos seus limites.

Em 1864, data conhecida do primeiro recenseamento populacional português, Cascais era constituída por três freguesias, possuindo um total de 6400 habitantes, sendo as freguesias Nossa Senhora da Assunção da Vila de Cascais, S. domingos de Rana e São Vicente de Alcabideche. A partir de 1895 e por decreto-lei, Cascais passa a possuir mais uma freguesia (Carcavelos) aumentando para quatro as mesmas. Em 1915 nasceu a freguesia do Estoril que seria constituída por áreas das três primeiras freguesias e em 1953 o panorama municipal sofre nova alteração com o surgimento de uma nova freguesia, (Parede), mantendo-se até aos nossos dias com seis freguesias.

Este concelho apresenta uma superfície com cerca de 97 Km<sup>2</sup> abrangendo uma densidade populacional de 1.750 habitantes por Km<sup>2</sup>. São 6 as freguesias que pertencem ao concelho, todas elas com uma localização variada, desde o litoral ao interior.

As freguesias integradas no concelho de Cascais são:

Freguesia de Alcabideche;

Freguesia de Carcavelos;

Freguesia de Cascais;

Freguesia do Estoril;

Freguesia da Parede;

Freguesia de São Domingos de Rana



**Figura 4,01 - Concelho de Cascais**

(Fonte : Câmara Municipal de Cascais)

O Concelho de Cascais está integrado na Área Metropolitana de Lisboa (AML). A AML engloba 19 concelhos, 9 na margem sul do Tejo e 10 na margem Norte e atinge cerca de ¼ da população nacional.

Actualmente, Cascais é um aglomerado urbano que se encontra a cerca de 25km de Lisboa e é um concelho que possui uma grande atracção populacional visto estar perto de Lisboa com boas acessibilidades, quer pelas suas condições naturais, quer ainda pela sua condição de concelho “elitista”.

O concelho de Cascais faz fronteira com outros dois Concelho, o de Sintra e o de Oeiras criando assim um pólo populacional interessante, uma vez que concentra mais de metade da população da AML.

Como foi referido anteriormente, são os dados recolhidos nos Censos que permitem caracterizar e analisar a população. Através dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, é possível verificar que nos últimos tempos ocorreu um acréscimo da população residente no concelho.

De acordo com a Professora Teresa Rodrigues “Entre 1864 e 1991, o concelho de Cascais passou dos 6365 habitantes a 153.294 habitantes, a que equivale uma multiplicação por 23 do número inicial. No entanto, grande parte desse aumento ocorreu nas últimas décadas deste século, acompanhando as fases de desenvolvimento económico local, que se anunciam desde finais de Oitocentos, mas ganham então uma dinâmica incomparável.” (Rodrigues, Teresa, 1995)

Ao longo das últimas três décadas Cascais, apresentou um acréscimo populacional significativo, como se pode verificar pela leitura do Quadro 4.01.

<b>FREGUESIA / ANO</b>	<b>1970</b>	<b>1981</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>
<b>Alcabideche</b>	17195	25473	26897	31801
<b>Carcavelos</b>	7170	12888	18014	20037
<b>Cascais</b>	20735	29389	27741	33255
<b>Estoril</b>	15440	24312	23962	23769
<b>Parede</b>	13950	20094	20742	17830
<b>S. Domingos de Rana</b>	18140	29342	35938	43991
<b>TOTAL</b>	92630	141498	153294	170683

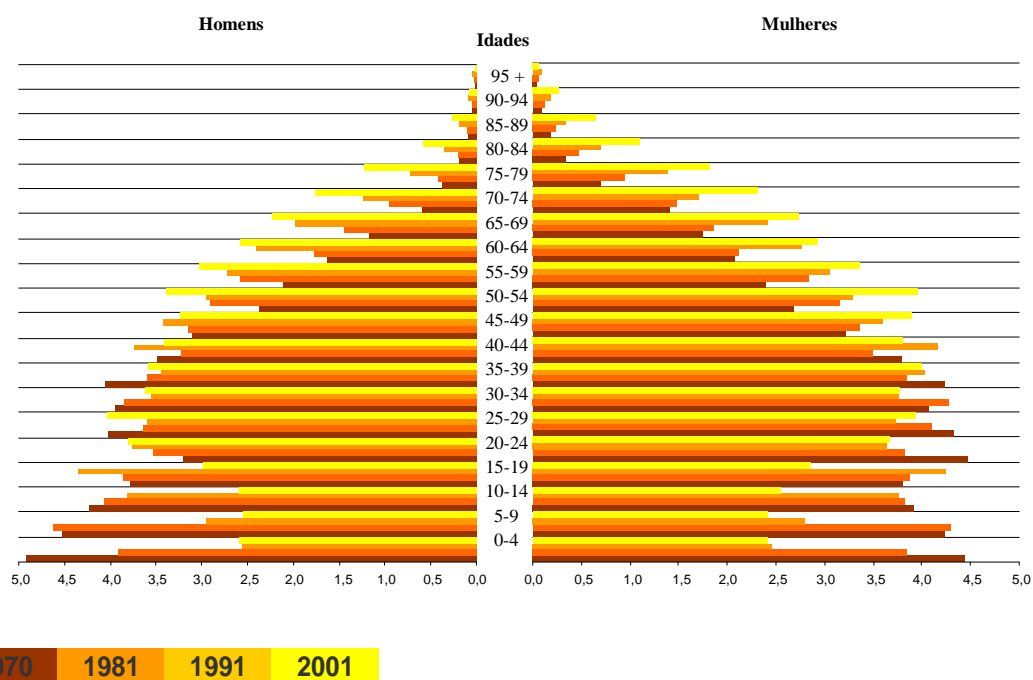
**Quadro 4,01 - População Residente no Concelho de Cascais**

(Fonte: INE, Recenseamento da População de 1970, 1981, 1991 e 2001)

A caracterização da população, relativa à faixa etária, permite verificar que a maioria dos habitantes se encontra na fase adulta encaminhando a um inevitável envelhecimento da população.

Os idosos e os activos representam dois terços do total da população verificando uma tendência para o envelhecimento da população.

A Pirâmide de Idades Comparada no período em estudo (1970-2001), apresenta claramente a alteração estrutural ocorrida na população do concelho de Cascais, retrato de um progressivo “envelhecimento no topo e na base”, consequência de uma baixa natalidade e uma maior longevidade.



**Figura 4,02 - Evolução das Pirâmides de Idades de 1970 a 2001**  
(Fonte: INE, Recenseamento da População de 1970, 1981, 1991 e 2001)

Ao nível de características sócio-territoriais do concelho, é relevante apresentar as duas divisões possíveis no conjunto das seis freguesias.

Estas duas separações baseiam-se na localização das freguesias

Litoral	Interior
Cascais	Alcabideche
Estoril	S. Domingos de Rana
Parede	
Carcavelos	

**Quadro 4,02 - Divisão Litoral / Interior**  
(Fonte : Câmara Municipal de Cascais)

Ocidente	Oriente
Cascais	Parede
Estoril	S. Domingos de Rana
Alcabideche	Carcavelos

**Quadro 4,03 - Divisão Ocidente / Oriente 1**

(Fonte : Câmara Municipal de Cascais)

As várias freguesias do concelho de Cascais apresentam nítidas diferenciações, não só na população que englobam, mas também nas actividades económicas que nelas se desenvolvem.

Para o mesmo período em estudo, de 1970 a 2001, o parque habitacional do Concelho de

Cascais acompanhou a

tendência de crescimento da

população, só na última

década cresceu cerca de 14%,

em número de edifícios o que

correspondeu a um acréscimo

de 21% em alojamentos.

**Quadro 4,04 - Recenseamento da População no Concelho de Cascais**

(Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 1970, 1981, 1991 e 2001)

FREGUESIA / ANO	1970	1981	1991	2001
Alcabideche	5.480	8940	10,652	13.706
Carcavelos	2.605	4779	8,877	10.805
Cascais	8.771	11951	14,479	19,693
Estoril	6.619	10174	13,372	14,213
Parede	5.340	7800	9,222	11,001
S. Domingos de Rana	5.198	9859	14,556	2,0365
<b>TOTAL</b>	<b>34.013</b>	<b>53.503</b>	<b>71.158</b>	<b>89.783</b>

## **4.2 Agenda 21 Local (Cascais)**

### **4.2.1 Estádios de Evolução**

#### **1ª Fase 1997- 1999**

Nos finais de 1997, o então Departamento de Valorização Ambiental (DVA) deu início a um processo de elaboração de uma Agenda 21 Local de Cascais, tendo a autarquia lançado um desafio ao Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Lisboa (DCEA/FCT/UNL) devido ao seu conhecimento e experiência na matéria em causa, contando também com a participação dos agentes locais num grupo intitulado Grupo de Debate e Acompanhamento.

A Agenda Local 21 de Cascais surgiu devido ao aumento das preocupações ambientais por parte da autarquia e também da sociedade civil. Este processo como instrumento da política e gestão ambiental da autarquia ficou registado no diagnóstico efectuado e tinha como principais objectivos:

- Identificar o estado do ambiente do concelho e detectar tendências de evolução;
- Seleccionar e concentrar as atenções nos problemas ambientais de resolução mais urgente;
- Definir estratégias integradas e acções de intervenção concretas para evitar que possa haver questões sobrepostas, esquecidas ou meras transferências da poluição de um meio para o outro;
- Aumentar a eficácia das intervenções da autarquia na prevenção e na resolução de problemas ambientais assim como na valorização dos recursos naturais;
- Incentivar a cooperação e a formação de parcerias entre os diferentes actores locais para a resolução de problemas concretos e de interesse mútuo;

- Promover a participação dos cidadãos e responder às suas aspirações, cada vez mais conscientes dos problemas ambientais;
- Monitorizar a evolução do estado do ambiente do Concelho adoptando para isso um painel de indicadores de sustentabilidade ambiental, denominado de “Termómetro Ambiental de Cascais”. (Diagnostico do estado do ambiente de Cascais Vol. 2 1998)

Este processo de elaboração da Agenda 21 Local de Cascais foi dividido, em quatro etapas de trabalho:

- Diagnóstico Ambiental do concelho
- Vectores de Intervenção Estratégica para a Sustentabilidade Ambiental
- Acções e projectos de intervenção específicos
- Monitorização com base nos Indicadores de Sustentabilidade Ambiental

O diagnóstico foi elaborado numa colaboração entre a Câmara Municipal e a Universidade Nova de Lisboa e ao final de alguns meses já era possível ter a primeira fase executada e como resultado deste trabalho, foram elaborados e apresentados um conjunto de volumes técnicos que retratavam diversas áreas de intervenção.

Vol 1 – Introdução, Conceitos e contexto nacional e internacional

Vol. 2 – Metodologia para a elaboração da Agenda 21 Local

Vol. 3 – Resumo do estado do ambiente

Vol. 4 – A qualidade do ar e ruído

Vol. 5 – A geologia, hidrogeologia e recursos hídricos

Vol. 6 – O solo

Vol. 7 – As linhas de água

Vol. 8 – A zona costeira



Vol. 9 – A estrutura verde e os habitats naturais

Vol. 10 – A energia

Vol. 11 – O abastecimento de águas e as águas residuais

Vol. 12 – Resíduos sólidos

Vol. 13 – As principais actividades económicas e o ambiente

Vol. 14 – O sistema de transporte e o ambiente

Vol. 15 – A estrutura urbana e o ambiente

Durante o ano de 2000 foi apresentado um documento preliminar denominado “Termómetro Ambiental de Cascais” onde foram propostos alguns indicadores para futuras monitorizações. Visto serem muitos os temas abrangidos e criando um “leque” muito grande, foi opção do grupo envolvido, reduzir para cinco a sete vectores a trabalhar inicialmente, tendo ainda no ano seguinte sido ainda apresentada de uma forma tímida um Programa de Acção para o vector Resíduos Sólidos.

A metodologia aplicada, como já foi descrito, tinha quatro etapas, diagnóstico, vectores de intervenção, programas de actuação e monitorização. A primeira etapa teve como ponto de partida para análise, a matriz de objectivos de desenvolvimento sustentável que incidiam sobre os principais problemas ambientais do concelho, olhando sempre para as potencialidades que poderiam existir. A informação para levar por diante esta tarefa, baseou-se sobretudo na informação que o município possuía, bem como em organismos da administração central em entidades prestadoras de serviços públicos, em publicações, trabalhos científicos e técnicos, também o recurso ao Grupo de Debate e Acompanhamento da Agenda Local 21, existindo no final do estudo uma apresentação ao grupo dos resultados

finais obtidos. Para a segunda etapa, os vectores de intervenção, foram escolhidos com base no diagnóstico efectuado e nas prioridades estabelecidas para as intervenções e que foram :

ORDENAMENTO URBANO E AMBIENTE

ZONAS VERDES / VALES

RESÍDUOS SÓLIDOS

TRANSPORTES E AMBIENTE

ACTIVIDADES ECONÓMICAS E O AMBIENTE

INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AR E RUÍDO

2ª Fase 2005 - 2007

Desde essa altura até ao ano 2005 e após eleições legislativas a Agenda local que teve um período menos produtivo voltou com um novo impulso dado pelo executivo camarário. Tal atitude esteve relacionada com duas situações: a mediatização política com o ambientalmente correcto “desenvolvimento sustentável”, mas também, a necessidade de relacionar a população com os problemas do concelho.

No decorrer do ano 2006 e contando com a participação da administração no processo da Agenda Local 21, este veio dar um novo folgo ao projecto, injectando uma dose de confiança e trazendo novos conceitos para este processo moroso.

Desta forma e dando seguimento ao que são os princípios internacionais para a elaboração de uma Agenda Local 21, foram incorporados no processo, mais três pilares (governança, o desenvolvimento económico e a coesão social) para a sustentabilidade e constantes na Carta de Aalborg de que a Câmara Municipal de Cascais é subscritora.



**Figura 4,03 – Vertentes da Sustentabilidade da Agenda Local 21**  
(relatórios das sessões de participação da Agenda Cascais 21 – 2007)

Ao retomar a Agenda 21 Local de Cascais, considerou-se que o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, "Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Cascais", já respondia aos pressupostos da Carta de Aalborg, pelo que se mantiveram os vectores estratégicos definidos na primeira fase deste trabalho, estritamente de âmbito ambiental (Agenda Cascais 21 – Relatório Outubro 2005).

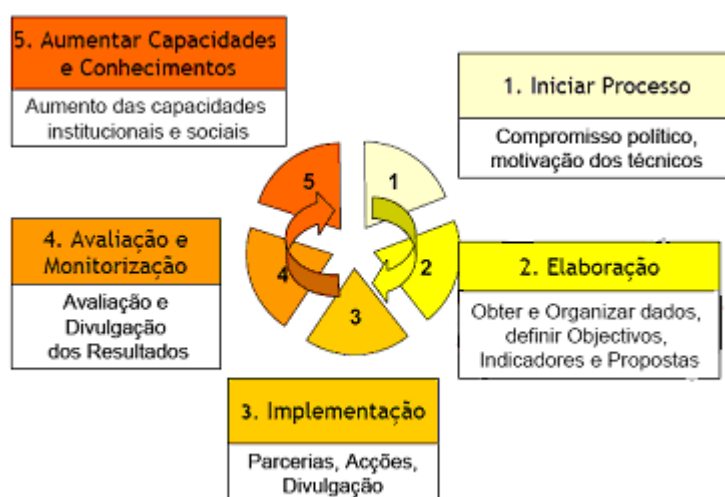
A partir do início de 2007 e novamente com a equipa da DCEA/FCT/UNL deu-se início à preparação e realização das sessões de participação pública, que tinham como objectivo, o envolver da população nos problemas do concelho e na sua identificação.

Interessa, contudo, salientar que a recente participação do município de Cascais no Grupo de Aconselhamento Nacional no Projecto TRAIN TO LA 21 (INETI) implicou uma ligeira alteração na metodologia adoptada em 1997.

Este projecto consiste no desenvolvimento de produtos de formação (cursos e materiais) de elevada qualidade sobre técnicas e dinâmica social a fornecer aos vários profissionais envolvidos na Implementação da Agenda 21 Local.

#### 4.2.2 Metodologia

Não existe uma formula pré definida para que a Agenda 21 se torne num instrumento de grande importância na mobilização social, esta tem de ser trabalhada e promovida, devendo inicialmente dar a conhecer os conceitos gerais à comunidade por forma a que possam envolver no processo.

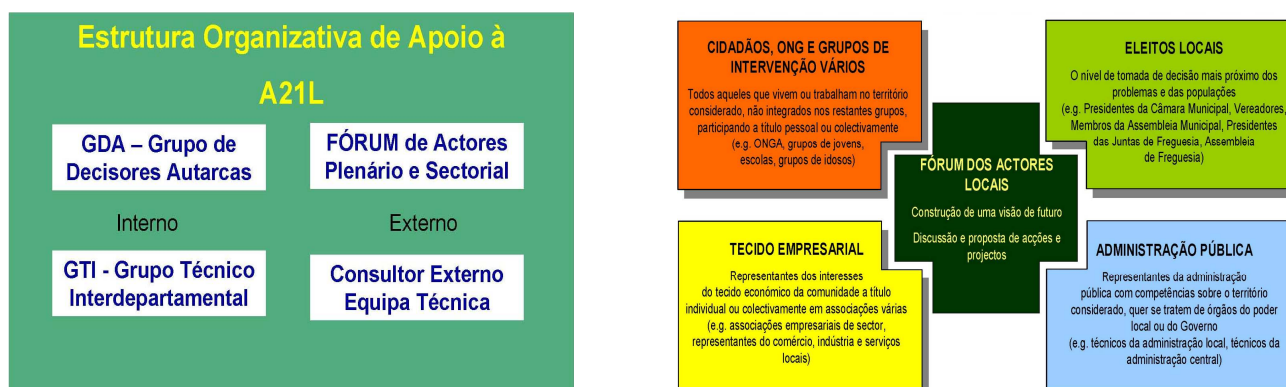


**Figura 4,04 – Sistematização do Processo da Agenda 21**  
(relatórios das sessões de participação da Agenda Cascais 21 – 2007)

O compromisso político é essencial no processo, e uma garantia de sucesso, pelo que o suporte e aprovação de uma Agenda 21 Local é considerado tão importante. O envolvimento dos políticos no planeamento do processo leva-nos a benefícios nos pilares estruturantes do desenvolvimento sustentável.

Para isso é necessária a criação de uma estrutura que possa dar início ao trabalho e que pode passar por um conjunto de estruturas como:

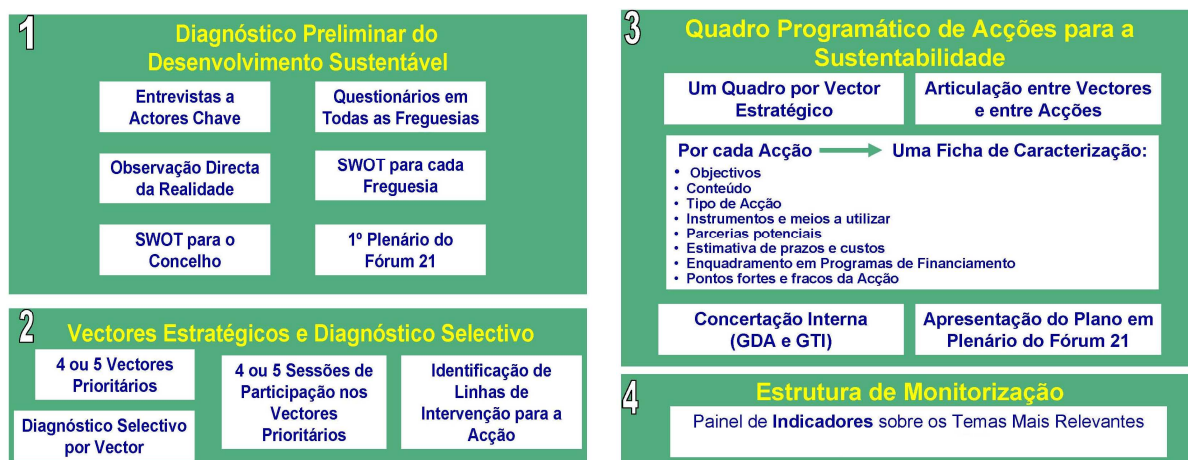
- a) Grupo Técnico Interdepartamental (GTI) que acompanham de forma mais efectiva o desenvolvimento de todo o processo da Agenda 21 Local;
- b) Grupo de Decisores Autarcas para que haja uma articulação entre as opções da autarquia bem como o fixar o poder político ao processo criando um compromisso entre o processo e a população;
- c) Fórum de Actores onde se pretende que seja um espaço por excelência dos actores locais;
- d) Consultor Externo que pode trazer uma mais-valia no processo com a introdução de novas técnicas de trabalho e talvez o mais importante, poderá assumir um papel neutral



**Figura 4,05 – Estrutura organizativa e constituição do fórum dos actores locais**  
(Aspectos e desafios praticas – João Farinha)

A identificação dos actores locais é indispensável para que se conhece a dinâmica a imprimir no processo e principalmente nos fóruns onde se pretende a colaboração de cada um.

Cada etapa possui um conjunto de passos a serem dados sendo necessário a definição dos objectivos, metas e Planos de Acção.



**Figura 4,06 – Sistematização do Processo da Agenda 21**  
(Aspectos e desafios praticas – João Farinha)

Efectuado o diagnóstico é necessário um conjunto de sessões plenárias onde a contribuição dos actores locais são de extrema importância na definição dos principais vectores estratégicos e no planeamento de acções. Estas sessões têm o intuito de reforçar o acompanhamento e a participação ao longo do processo, “A Estratégia de Acção da Agenda Cascais 21 nasce das propostas dos municípios, e baseia-se nos sete eixos estratégicos de sustentabilidade, tendo como objectivo fornecer orientações estratégicas a todas as entidades que desenvolvem trabalho no Concelho” (Relatório Agenda Cascais XXI, 2008). É nesta etapa que também é definido o Plano de Acção para cada eixo e objectivo, este plano deve conter acções bem delineadas e que façam sentido para a população.



**Figura 4,07 – Quadro programático de acções para a sustentabilidade**  
(Guia metodológico Agenda 21 Local)

É importante definir um conjunto de instrumentos de monitorização e de comunicação do sucesso da implementação da Agenda 21 Local, podendo estes ser um conjunto de indicadores de sustentabilidade que possa reflectir o progresso da mesma.

“É importante que a implementação de acções, ou seja a passagem à Acção 21 Local, seja a mais rápida possível. Uma boa estratégia de implementação promove a concretização de acções mesmo antes do plano ser terminado.” (Agenda 21 Local Guia Metodológico de Apoio em Contextos Rurais e de Forte Interioridade)

Tendo dado como terminada a 2ª etapa será de esperar a passagem para aquela que pode ser considerada como a mais difícil a Implementação. A prioridade das acções a implementar depende vários factores, políticos e financeiros. Estas dificuldades podem levar a estagnações e paragem do processo, o que leva a um descrédito do trabalho realizado aos olhos da população.

A 4ª Etapa é a monitorização, onde se pretende proceder a uma avaliação das acções efectivadas, tendo por os indicadores definidos nas acções constantes nos Planos de Acção e a

partir proceder a ajustes e melhoramentos, com vista a um desenvolvimento. Esta tem por finalidade olhar para a Agenda e a implementação das acções previstas e analisar os resultados obtidos para além de tentarmos verificar se mantemos o rumo traçado.



**Figura 4,08 – Eixos Estratégicos da Agenda Cascais 21**  
(relatórios Agenda Cascais 21 – 2007/08)

A existência de uma 5 etapa está relacionada com a “Evolução e Relatório”, esta é uma etapa importante na medida que pretende-se apresentar e validar os resultados e das decisões tomadas. As acções nesta etapa não podem ser vistas como o final, mas antes como um novo início, a evolução deve ser acompanhada no início, durante e depois da implementação:

- Antes da execução (a avaliação é necessário a fim ajudar na tomada de decisões de como o sistema deverá ser executado e as possíveis consequências



- Durante a execução como um processo contínuo, a avaliação permite rever e adaptar progressivamente as medidas de acordo com as circunstâncias
- Após a execução pode conduzir a futuras mudanças nas medidas e alvo a atingir.

RESOURCE	Indicators	Reference year value	Value 2001	Value 2003	Short term target (2003)	Mid-term target (2005-2010)	Short-term target evaluation	Comments
AIR QUALITY	Concentration of PM10 ( $\mu\text{g}/\text{m}^3$ )	64 (2000)	53	45	45	40 (2005)		The concentration of PM10 was affected by extraordinary meteorological events
	Distance to Mid-term target	0%	46%	79%	79%	100%		
	Concentration of benzene ( $\mu\text{g}/\text{m}^3$ )	9,7 (2000)	10,3	8,4	10,0	5 (2010)		The concentration was principally affected by extraordinary meteorological events (rain). Furthermore, the trend is influenced by natural renewal of motorcycles
	Distance to Mid-term target	0%	-13%	28%	-6%	100%		
	Concentration of nitrogen Oxides ( $\text{NO}_x$ ) –Stalingrado monitoring station ( $\mu\text{g}/\text{m}^3$ )	79 (2000)	88	94	-	40 (2010)		In the last few years monthly fluctuations occurred, but annual concentration is to be considered almost constant
	Distance to Mid-term target	0%	-23%	-38%	-	100%		

Figura 4,09 – Exemplo de Relatório de Evolução, extracto do Projecto ecoBudget (Bolonha, Itália)

(ICLEI)

“É estrategicamente importante efectuar parcerias com a administração central, nomeadamente através de contractos programa, assim como conseguir atrair mais investidores privados com capacidade financeira para trabalharem em parceria.

A formação de parcerias público-privado, envolvendo o tecido empresarial local e regional, é de enorme relevo num contexto de fortes restrições financeiras por parte do estado e um meio a potenciar para a implementação do processo de desenvolvimento sustentável.”

### 4.2.3 Situação actual da Agenda 21 Local de Cascais

Interessa ainda salientar, que mesmo em relação à etapa 1 – Iniciar o Processo, foi preocupação da equipa da Agenda 21, motivar os políticos e técnicos, sempre que ocorram mudanças de governação ou gestão na autarquia.

Actualmente a Agenda Cascais 21 está na 2ª etapa, tendo levado acabo durante os meses de Março a Junho 2007 diversas sessões de participação da Agenda Cascais 21, essas sessões foram realizadas em todas as freguesias do concelho, com associações e os técnicos da Câmara Municipal de Cascais.



**Figura 4,10 – Participação Pública da Agenda Cascais 21 na Freguesia de Carcavelos**

(relatórios das sessões de participação da Agenda Cascais 21 – 2007)

O nível de participação terá ficado aquém das expectativas contando com menos de 1% da população das freguesias, mesmo não se assistindo à participação das forças vivas do concelho.

Freguesias	População (hab)	Participantes	tx de part (%)
Alcabideche	31801	75	0,24
Carcavelos	20037	55	0,27
Cascais	33255	30	0,09
Estoril	23769	50	0,21
Parede	17830	40	0,22
S. D. Rana	43991	30	0,7
<b>Pop Concelho</b>	<b>170683</b>	<b>280</b>	<b>0,16</b>
Associações	256	16	6,25
Q. Técnicos	1530	100	6,53

**Quadro 4,05 - Número de Participantes nas Sessões Públicas da Agenda Cascais 21**  
(relatórios das sessões de participação da Agenda Cascais 21 – 2007)

Nas sessões de participação levadas a cabo pela equipa da Agenda Cascais 21 foram estabelecidos um conjunto de eixos estratégicos que definiram uma linha mestra, dando desta forma orientação e sentido às sessões que se desenvolveram ao longo de 5 meses.

Eixos estratégicos:

- 1- Ordenamento do Território
- 2- Cidadania e Responsabilidade Social
- 3- Gestão de Recursos e Resíduos
- 4- Criatividade e Inovação
- 5- Educação, Saúde e Qualidade de Vida
- 6- Economia e Trabalho
- 7- Mobilidade

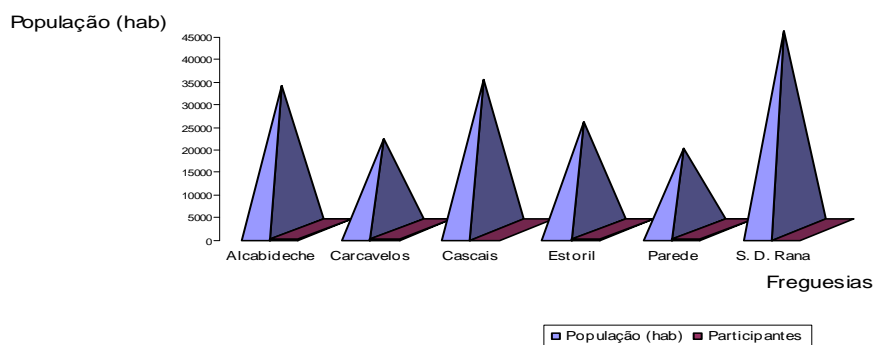
Os temas considerados mais prioritários pela maioria dos participantes foram: a Educação, as Ruas Pedonais e os Espaços Ciciáveis, o Ordenamento do Território e Contenção Urbanística.

O Comportamento Cívico, a Sensibilização e Envolvimento da População, a Saúde, os Transportes Públicos, Zonas de Recreio, Trânsito e Estacionamento e Limpeza Urbana foram temas eleitos pelos munícipes e debatidos em mais do que uma das sessões.

Em meados de 2007 a Agenda Cascais estava a proceder ao balanço final das sessões realizadas para definição do plano de acção.

A metodologia aplicada nesta nova “edição” da Agenda Cascais 21 veio trazer algo de novo na forma de trabalhar, as sessões públicas de participação vieram mostrar que a população também se interessa pelo que é seu, no obstante ainda se encontrarem muito fechadas a uma visão globalizadora, talvez mesmo por falta de participação activa nos problemas da sua terra. Espera-se que na elaboração das futuras etapas, estas venham a ter ainda mais a participação da população.

#### População Participante na Agenda Cascais 21 (2ª Fase)



**Figura 4,11– População Participante na Agenda Cascais 21**  
(relatórios das sessões de participação da Agenda Cascais 21 – 2007)

#### 4.2.4 Swot A21L

Com o decorrer do trabalho de pesquisa foi notada a falta de uma análise SWOT no que se refere ao processo da Agenda 21 Local, e não estamos a falar de análise a um processo a decorrer num município, mas sim a uma análise geral que possa reflectir todo o processo.

Desta forma partiu-se para a recolha de dados para a construção de uma análise SWOT, esta tarefa tornou-se quase uma “missão impossível”, pois não existindo qualquer informação de apoio, esta teve origem na nos questionários realizados bem como documentos de apoio.

Assim foi criada uma tabela com uma análise SWOT á Agenda 21 Local tendo como enfoque o processo e o resultado.

##### Pontos Fortes

Processo	Resultados
Promove forte envolvimento de todos os cidadãos interessados e outros actores no processo de reflexão sobre a sua comunidade e visão de futuro	Aumenta a aprendizagem e os conhecimentos de todos os intervenientes sobre a comunidade local
Envolve todos os actores na geração de pistas de projectos concretos para enfrentar os desafios	Listagem de sugestões de projectos ancorados na realidade local
Tem por objectivo claro o desenvolvimento sustentável	Ajuda a orientar estratégias de desenvolvimento
Gera novas formas de trabalho em equipa sobre problemas complexos	Maior eficiência nas decisões
Dinamiza redes de cooperação tanto na administração pública como na sociedade civil	Aumenta as sinergias entre os actores
	Produz alguns projectos com objectivos específicos do desenvolvimento sustentável
Aproxima a administração pública (local) dos cidadãos	Maior cidadania e melhor governação local

##### Pontos Fracos

Processo	Resultados
Reduzida orientação metodológica de boa prática para que as equipas facilitadoras do processo da A21L possam trabalhar mais eficientemente	Pouca rentabilização das boas práticas metodológicas e não transmissão de bons resultados metodológicos
Riscos de ser um processo descontinuo, de curta duração ou sem consequenciais práticas palpáveis	Riscos de ser Inconsequente, irrelevante e de reduzir a predisposição dos cidadãos participarem em acções futuras
Falta de integração dos processos e métodos da A21L em outras decisões da autarquia, nomeadamente nas grandes decisões estratégicas e nos grandes investimentos estruturantes com grande impacto territorial e social	Riscos de lidar só com assuntos periféricos e pouco relevantes para o desenvolvimento local
Os processos de implementação dos projectos gerados na A21L têm sido essencialmente assegurados pela administração local, com	A implementação da A21L quase exclusivamente dependente da Câmara Municipal

reduzido envolvimento de outros actores	
Reduzida ancoragem do processo de A21L nos Bairros e nos espaços de vida próximo das pessoas	
	A A21L quase não incide sobre problemas globais (ex: aquecimento global, fome, globalização, etc.)
	Riscos de descontinuidades no processo, provocando desinteresse do público
Falta de integração e conjugação dos processos de A21L entre os municípios vizinhos	

#### Ameaça

Falta de <b>peritos</b> no processo da Agenda 21 Local é um dos maiores obstáculos existentes para o planeamento
Estabelecimento de <b>quadros de apoio estruturais</b> de suporte da parte do governo nacional para obtenção de impactos positivos sociais e ambientais para o desenvolvimento sustentável local.
Preparação e execução a <b>longo prazo</b> podem levar a um desânimo dos actores intervenientes no processo acabando por desistir do processo
Determinadas actividades, pela sua <b>complexidade</b> pode não ser aplicadas a um único município, no entanto podem as prioridades de cada um não estar em sintonia

#### Oportunidade

Estabelecer <b>campanhas nacionais</b>
A A21L pode <b>construir parcerias</b> envolvendo as autoridades locais, e promover quadros para a mudança, em atitudes e na prática da sociedade com o objectivo do desenvolvimento sustentável
Desenvolvimento sustentável de <b>integração nas políticas</b> e actividades municipais
<b>Controlar e melhorar</b> o desempenho ambiental

#### Quadro 4,06 – Análise SWOT A21L

A SWOT da Agenda 21 Local apresenta um forte argumento para um futuro de sucesso. Esse prendesse com a participação e envolvimento da população e a utilização de novas formas de trabalho, que vem trazer dinamismo, dando origem a fenómenos que não tem sido muito comuns entre a população como a participação nas decisões que afectam a comunidade e actos de cidadania. Por outro lado também se corre alguns riscos, já que o processo está muito hierarquizado (sistema piramidal) existindo uma grande dependência do poder político. Um outro ponto encontrado tem a haver com a ausência de uma metodologia comum e que seja transversal a todos os processos da Agenda 21 Local, outro ponto é a possível descontinuidade dos processos, trazendo descrédito ao processo, e por sua vez a não integração nas políticas estratégicas no território.

## **4.3 Acção Social**

### **4.3.1 Rede Social de Cascais**

Em 1996 a Câmara Municipal de Cascais com o apoio do executivo camarário estabeleceu com o Centro de Estudos do ISSScoop um protocolo, com vista a iniciar um processo para a realização de vários diagnósticos sociais: diagnósticos sociais de cada Freguesia, seguindo-se o diagnóstico social do Concelho e por último uma série de diagnósticos de carácter mais qualitativo, iniciando o processo da Rede Social no Concelho, em Maio de 2000, estabelecendo-se um conjunto de procedimentos que foram tidos em conta na elaboração do Plano de Acção.

Com a publicação da Resolução de Concelho de Ministros onde define a “Rede Social” como um fórum onde se pretende uma congregação de esforços de diversas entidades para a criação de uma dinâmica com o objectivo de uma efectiva entreajuda. Desta forma o governo veio dar um grande “empurrão” para a construção das Redes Sociais. Estas foram as bases para o início de todo o processo das redes sócias em Portugal.

Já no decorrer do ano de 2002 foi publicado um Despacho Normativo com o nº 8/2002 que tinha por objecto a, regulamentação do Programa de Apoio à Implementação das Redes Sociais, neste despacho é referido e definido todo o apoio, quer em meios técnicos, quer financeiros, para a implementação dos programas das Redes Sociais.

Em 2006 então é publicado em Diário da Republica o Decreto-lei 115/2006 que vem criar uma harmonização entre os modelos existentes e implementados pelo país, uma vez que as redes sociais já abrangiam a totalidade dos municípios de Portugal continental ou seja 275

concelhos. Este decreto também vem reforçar a importância da RCM de 1997 e integra as orientações da União Europeia nas políticas de desenvolvimento social.

24 de Novembro de 1999	Primeira reunião em Cascais, promovida pelo IDS. Apresentação do programa piloto da Rede Social
11 de Abril de 2000	A Câmara Municipal de Cascais é convidada a participar no encontro entre concelhos piloto da Rede Social da Área de Lisboa e Vale do Tejo
17 de Abril de 2000	O Município de Cascais adere ao Programa Piloto da Rede Social
23 de Maio de 2000	Constituição da Comissão Instaladora do Conselho Local de Acção Social (CLAS)
26 de Julho de 2000	Reunião de divulgação do programa da Rede Social às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outros serviços locais.
1 de Outubro a 5 de Dezembro de 2000	Encontros nas Freguesias para a devolução dos Diagnósticos Sociais em actualização
12 de Outubro de 2000	I Encontro Nacional de Avaliação dos Programas Pilotos da Rede Social
31 Janeiro de 2001	1º Plenário do CLAS. Constituição do Conselho Local de Acção Social (CLAS) e a aprovação do respectivo regulamento
4 de Abril de 2001	2º Plenário do CLAS: Aprovação do documento “Rede Social – Síntese dos diagnósticos do Concelho”, Eleição da Comissão Executiva
20 de Junho de 2001	Aprovação da metodologia participativa para o processo de constituição das Comissões Sociais de Freguesia e para o Plano de Desenvolvimento Social
Entre Outubro de 2001 e Fevereiro de 2002	Realização dos primeiros Workshops I nas 6 freguesias do Concelho de Cascais de acordo com a metodologia participativa de diagnóstico e planeamento
31 de Janeiro de 2002	Apresentação do processo da Rede Social do concelho ao novo executivo autárquico eleito.
1 de Fevereiro a 15 de Setembro de 2002	Período de reuniões dos 30 grupos de trabalho resultantes do I Workshop
15 de Abril de 2002	Elaboração de candidatura ao IDS pela CMC com vista a apoiar o sistema de informação e comunicação da Rede Social
5 de Julho 2002	4º Plenário do CLAS
Entre Junho a Novembro de 2002	Realização dos II Workshops nas 6 freguesias
Entre Janeiro e Fevereiro de 2003	constituíram -se formalmente as 6 Comissões Sociais de Freguesia
10 de Janeiro a 30 de Abril de 2003	Constituição dos Grupos de Trabalho de preparação dos workshops temáticos
27 de Outubro de 2003	Reunião Inter-CLAS
10 de Janeiro de 2004	5º Plenário do CLAS. Ponto de situação do processo da Rede Social Local.
Desde Janeiro a Maio de 2004	Realização dos Workshops Temáticos
De Fevereiro a Julho de 2004	informação sobre o ponto de situação da Rede Social
11 de Julho de 2004	Plano de acção da Comissão Executiva
16 de Julho 2004	6º Plenário do CLAS
19 de Outubro de 2004	Workshop para a discussão do documento provisório do PDS
28 de Outubro de 2004	7º Plenário do CLAS. Apresentação para aprovação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Cascais

**Quadro 4,07 - Cronologia da Rede Social de Cascais**

(Fonte: PDS concelho de Cascais / Outubro 2004)



Desde o início que este projecto teve o apoio dos decisores políticos sempre encabeçado pelo Presidente da Câmara Municipal que também é o presidente do CLAS, “Reserva-nos o futuro um trabalho árduo, no sentido do desenvolvimento social do Concelho, o qual apela à participação de todos no planeamento estratégico de uma intervenção territorial integrada e sustentável” – António Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais (2004), sendo muito interventivo nesta área. A publicação do decreto-lei 115/2006 vem reforçar a ligação do poder político à Rede Social, dizendo que o Presidente da Câmara Municipal também preside ao CLAS dando desta forma uma extrema importância a todo este programa.

Rede Social de Cascais identificava quatro orientações estratégicas fundamentais:

1. O desenvolvimento local, assente na potencialidade da proximidade com o território;
2. O apelo à participação de todos, - autarquias, IPSS’S, segurança social, saúde, organizações públicas e privadas, etc., nas diferentes fases da construção do desenvolvimento social de base territorial, no sentido de produzir;
3. A Rede Social, como um meio para influenciar as políticas nacionais, através do seu conhecimento das realidades locais, dos seus objectivos estratégicos, dos seus resultados e da sua nova forma de fazer. Estamos perante uma concepção de desenvolvimento assente numa perspectiva de rede em vez de “top down”;
4. Um desafio inovador para romper com as formas tradicionais de entender a intervenção social, ou seja, incorporar as políticas sociais nas políticas económicas, urbanas, educação, emprego, habitação, ambiente, etc.

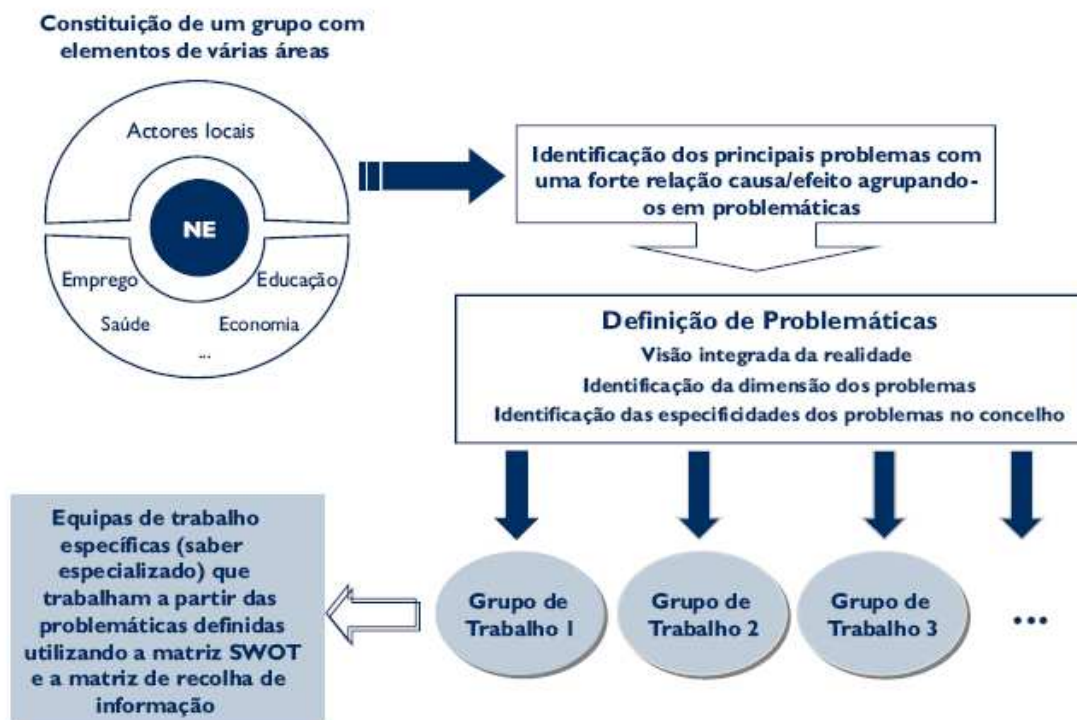
Aquando da elaboração do projecto da rede social foram determinamos os seguintes produtos:

1. Construção de um instrumento de planeamento e gestão – Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Cascais.
2. Produção de um modelo de funcionamento e organização – uma nova forma de fazer conjugada com uma nova organização, o Conselho de Acção Local (CLAS) e as Comissões Sociais de Freguesia (CSF).
3. Produção de um sistema de informação local.

Foi utilizada uma nova perspectiva para atacar este assunto e que passava muito pela metodologia participativa para a elaboração do PDS, de base territorial, estruturada em dois níveis de parceria – estratégico e operacional, numa lógica de desenvolvimento local assente numa perspectiva de “bottom-up”.

#### **4.3.2 Metodologia**

Neste processo foi necessário constituir um grupo multi-sectorial onde existisse um conjunto de pessoas com conhecimentos alargados sobre a matéria e que todos eles tivessem acesso aos dados recolhidos de forma a puderam agrupar os problemas por áreas problemáticas e constituídas equipas de trabalho por área, onde é trabalhado o conteúdo através de uma análise SWOT



**Figura 4,12 – Guia e Implementação da Rede Social**  
(guião Prático para a Implementação da Rede Social – Ministério da Segurança Social)

Aquando do preenchimento das matrizes SWOT, os dados devem ser verificados e definidos quais os elementos adicionais, necessários para uma melhor compreensão da problemática.

## Matriz SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
Recursos e capacidades (factores internos) que possam ser utilizados na resolução dos problemas, devendo a cada fraqueza estarem associadas as respectivas forças.	<div> <div> Problema A Problema B Problema C ... </div> <div> } </div> <div> Problemática X </div> </div>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Factores externos que possam contribuir, de forma positiva, para a resolução dos problemas identificados.	Factores externos ou situações que possam condicionar a resolução dos problemas identificados ou agravá-los.

**Figura 4,13 – Matriz SWOT**  
(guião Prático para a Implementação da Rede Social – Ministério da Segurança Social)

Após a realização da análise SWOT foram definidas as prioridades de intervenção com base na informação recolhida e sempre feito por problemática. A urgência da resolução dos problemas obrigava a uma hierarquização das prioridades.

### Síntese das etapas do processo do Diagnóstico



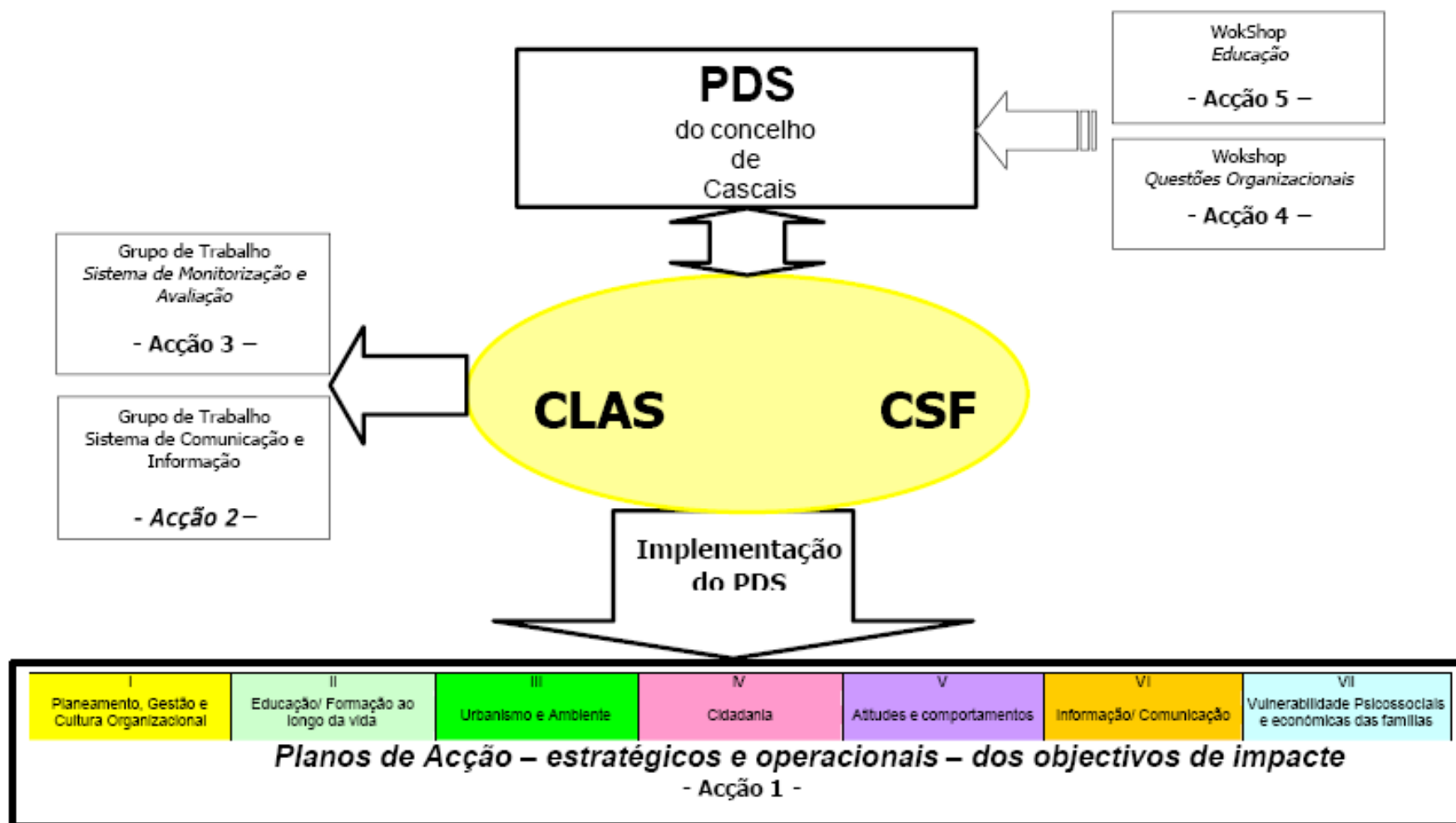
**Figura 4,14 – Síntese das Etapas do Processo de Diagnóstico**

(guião Prático para a Implementação da Rede Social – Ministério da Segurança Social)

As prioridades estabelecidas tiveram por base os conhecimentos científicos e práticos dos membros dos grupos, tendo sido elaboradas adaptações às grelhas de análise de prioridades de pontuação onde o pretendido, era a hierarquização dos objectivos a estabelecer.

Os resultados obtidos nestas grelhas foram todos eles validados pelo grupo de trabalho e que posteriormente foram reencaminhados para o CLAS e apresentados no workshop aos parceiros.

## Plano de Acção da Rede Social



**Figura 4,15 – Plano de Acção da Rede Social**  
(Fonte: PDS concelho de Cascais / Outubro 2004)

A metodologia aprovada no 3º plenário do CLAS a 20 de Junho de 2001, assentou na realização de workshops de freguesia e workshops temáticos concelhios, com a participação dos mais variados agentes sociais locais.

Da realização dos workshops, surgiu uma grelha onde os problemas organizados por temáticas, foram relacionados com os respectivos factores determinantes e associados em categorias.

Tendo por base o material levantado e enunciado em cada território e através das Juntas de Freguesias e os Agentes Locais, a Comissão Executiva do CLAS fez uma leitura transversal dos problemas e questões apresentadas na totalidade das freguesias, da qual resultou um enquadramento que se relacionou com as seguintes áreas temáticas:

- Gestão e Questões Organizacionais;
- Famílias e Acção Social;
- Educação e Juventude
- Urbanismo e Segurança;
- Emprego e Inserção Sócio Profissional;
- Saúde.

Pelo que após a análise dos temas foram constituídos grupos de trabalho com a participação de diferentes intervenientes onde o pretendido era aprofundar os assuntos e os problemas detectados com a criação de material para ser discutido num workshop a nível concelhio. No entanto verificou-se que a existência de alguns temas que pelo seu conteúdo, eram transversais a todos, como era o caso de Gestão e Questões

Organizacionais, ou como no caso da Educação e Juventude deveriam se mais divididos.

O quadro abaixo apresentado vem mostrar as diferentes etapas da metodologia participava aplicada em Cascais.

Etapas	1. Produtos	Calendário															
		2001		2002				2003				2004					
		3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4		
1ª	Workshop I – Definição dos objectivos estratégicos de Freguesia																
2ª	Trabalho dos grupos de Freguesia (30 grupos x 5 elementos)																
3ª	Workshop II – Discussão dos projectos de Freguesia e modelo de funcionamento da CSF																
4ª	Constituição das Comissões Sociais de Freguesia																
5ª	Definição das áreas temáticas concelhias Análise dos memorandos de freguesia																
6ª	Trabalho dos grupos temáticos (6 grupos x 6 elementos) Preparação dos workshops temáticos																
7ª	Realização dos workshops temáticos																
8ª	Eixos estratégicos de intervenção Propostas de plano de acção																
9ª	Discussão do documento provisório do PDS																
10ª	Aprovação do PDS em plenário do CLAS																

**Quadro 4,08 - PDS Plano Operacional**  
(Fonte: PDS concelho de Cascais / Outubro 2004)

Estes grupos vieram permitir trabalhar as áreas em estudo antes mesmo dos workshops temáticos, desenvolvendo um conjunto de informação importante para o avançar do processo:

- Aprofundar os problemas enunciados e estudá-los de acordo com as suas causas e factores determinantes, bem como de acordo com a sua expressão no concelho;
- Reflectir e definir objectivos estratégicos de acordo com as problemáticas identificadas, definindo para cada uma delas:
  - a) Impacte - resultado da mudança produzida na realidade;
  - b) Output (serviços/ produtos) – os serviços a produzir para criar o impacte
  - c) Input (recursos) – os meios necessários para produzir os serviços e/ou a mudança
- Criar grelhas comuns de problemas, de factores determinantes e de objectivos estratégicos que funcionaram como instrumentos de trabalho e de dinamização para cada workshop temático.

Com o trabalho efectuado através dos fóruns e da discussão dos grupos de trabalho no acerto dos objectivos do PDS de Cascais foi possível identificar 27 em 7 eixos que se encontram em anexos.

De realçar a capacidade organizativa e produtiva dos diferentes grupos de trabalho, do número de entidades e de pessoas envolvidas (mais de 100 organizações e cerca de 150 pessoas), que durante estas etapas de trabalho, fizeram um esforço suplementar em criar disponibilidade quer em termos temporais, quer em termos intelectuais, na construção deste plano.

As exigências de linguagem e conceitos, o quebrar com lógicas de funcionamento e procurar novas formas de fazer, o construir parcerias para o planeamento da intervenção, contrariando a ideia de trabalhar para o “meu serviço” e pondo o enfoque

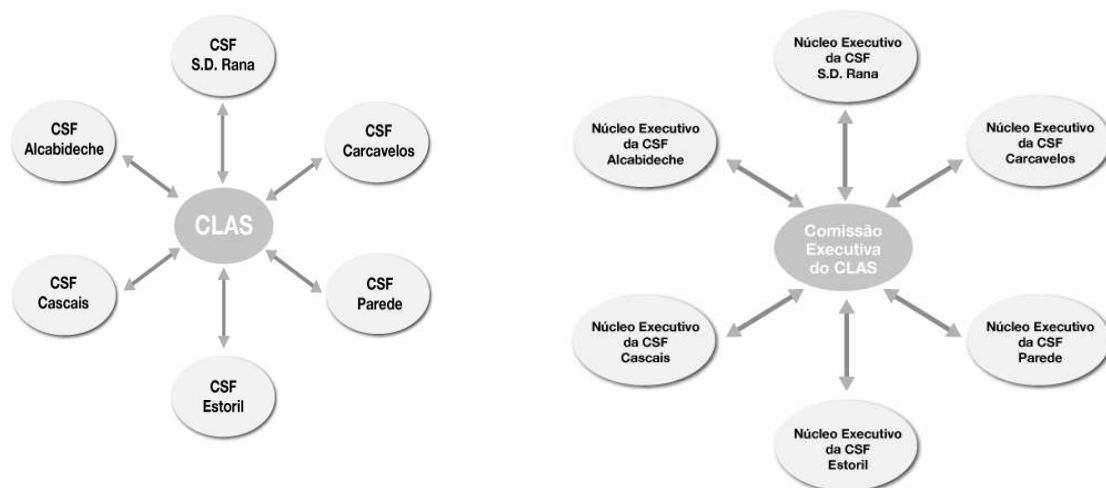


no desenvolvimento social do Concelho e no cidadão, foram dificuldades do processo que foram sendo combatidas no tempo, face às capacidades:

- de negociar e fazer convergir ideias e esforços;
- de partilhar conhecimentos e reconhecer o trabalho do outro;
- de estabelecer relações de confiança;
- de integrar diferentes competências;
- de responsabilização;
- de assumir que a “mudança” é o caminho para a qualidade.

Este apelo à participação de todos, no planeamento e estratégia de uma intervenção integrada, tem conduzido a uma prática de cidadania por parte de todos os participantes no processo, bem como ao exercício de uma mais directa democracia.

A participação na elaboração deste PDS é válida enquanto processo estratégico que recoloca as “forças vivas” no território.



**Figura 4,16 – Funcionamento de um PDS**  
(Fonte PDS de Cascais)

O PDS elaborado em 2004 foi o início de um processo, podendo dizer-se que foi partir à descoberta. A inexistência de linhas orientadoras criou alguma dificuldade no arranque do processo, com o início de uma colecta de informação de diferentes fontes dos parceiros da Rede.

Veio também demonstrar as fraquezas existentes no programa da Rede Social. A utilização de uma metodologia participativa, mas não na totalidade (recorrendo a instituições e associações) pode não representar uma fatia da população e que com a configuração actual do projecto não existe a participação individual da população.

#### **4.3.3 Rede Social na Actualidade**

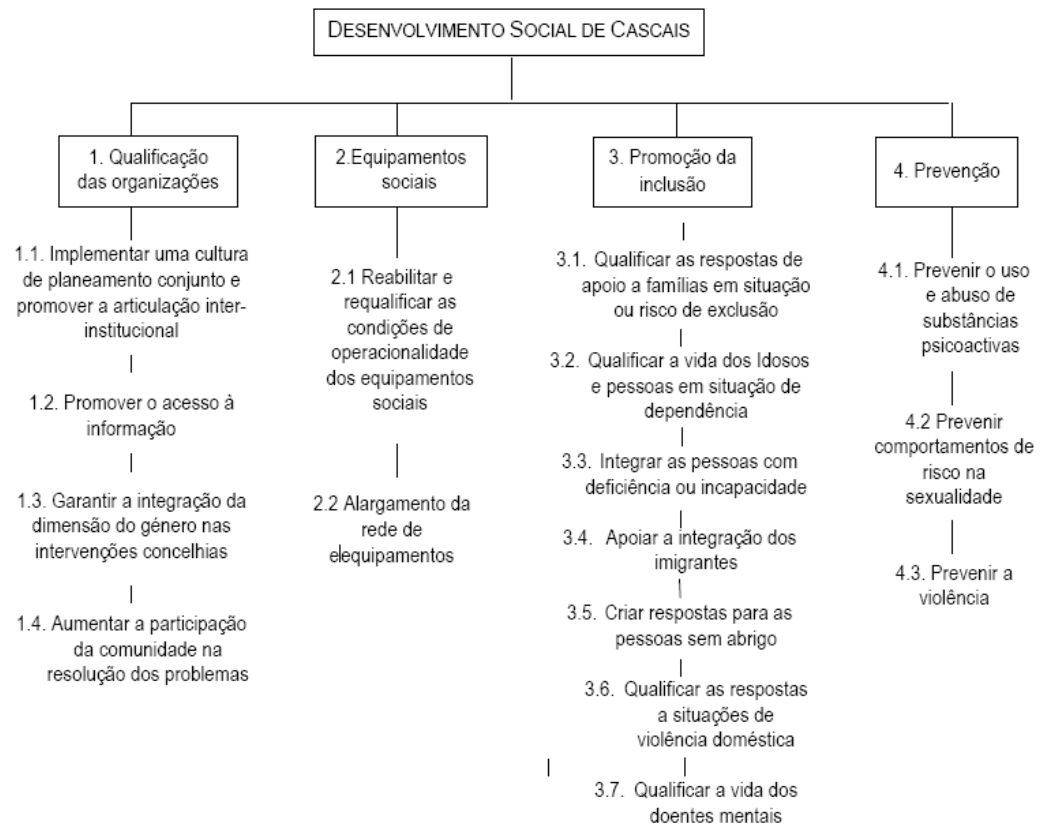
A publicação do Decreto-Lei 115/2006 “Regulamenta a rede social, definindo o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais”, veio trazer algumas alterações ao programa da Rede Social de Cascais, obrigando a uma articulação com o PNAI e o PNI, o que quer dizer, uma articulação entre as políticas sociais mais locais com os programas nacionais de políticas sociais, e que levou a uma reavaliação da Rede Social.

Esta nova avaliação veio trazer mais clareza para construção de um PDS com a definição de muitos conceitos e esclarecimento de competências, mas indo beber informação ao trabalho já realizado na definição do anterior PDS e que é considerado válido. No entanto e como se trata de um sistema evolutivo e de continua aprendizagem, veio-se a verificar que o anterior PDS apresentava uma série de pontos negativos e com

a revisão do mesmo pretendeu-se corrigir esses pontos, nomeadamente, um enorme conjunto de objectivos, tornando-os vagos e pouco ou nada mensuráveis. Esses objectivos também seriam pouco operacionais tornando-se impossível monitorizá-lo e avalia-los e de acordo com alguns técnicos. Esta era uma Rede um tanto ao quanto teórica, o que levou ao desalento dos participantes. Com a reavaliação também a necessidade de aumentar os membros do CLAS para 84 dando assim voz a todos os representantes de instituições do concelho.

Esta situação também veio trazer um reajustamento na metodologia de trabalho, verificando-se a necessidade de reduzir os objectivos e torna-los mais efectivos. Assim e após algum estudo, foram reduzidos para 16 objectivos repartidos por 4 eixos estratégicos, que foram apresentados no novo PDS aprovado pelo CLAS em 16 de Abril de 2008.

## EIXOS E OBJECTIVOS GERAIS



**Figura 4,17 – Eixos e Objectivos Gerais do PDS de Cascais 2008-2011**

(Fonte PDS de Cascais)

### 4.3.4 SWOT Rede Social

Com o decorrer do trabalho de pesquisa foi notada a falta de uma análise SWOT no que se refere ao processo da Agenda 21 Local, e não estamos a falar de análise a um processo a decorrer num município, mas sim a uma análise geral que possa reflectir todo o processo.

Desta forma partiu-se para a recolha de dados para a construção de uma análise SWOT, esta tarefa tornou-se quase uma “missão impossível”, pois não existindo qualquer informação de apoio, esta teve origem na nos questionários realizados bem como artigos de opiniões.

**Pontos Fortes**

<b>Processo</b>	<b>Resultados</b>
Existência de orientação metodológica de boa prática para que as equipas facilitadoras do processo da RS possam trabalhar mais eficientemente	Aumenta a rentabilização das boas práticas metodológicas e não transmissão de bons resultados metodológicos
Transição de uma lógica de reflexão e de intervenção sectorial para uma lógica temática	Listagem de sugestões de projectos ancorados na realidade local
	Ajuda a orientar estratégias de desenvolvimento
Gera novas formas de trabalho em equipa sobre problemas complexos, promovendo parcerias estratégicas locais é um ganho associado à implementação local da Rede Social	Maior eficiência nas decisões e Criação de mecanismos de co-responsabilização entre os parceiros
Dinamiza redes de cooperação tanto na administração pública como na sociedade civil	Aumenta as sinergias entre os actores
	Produz alguns projectos com objectivos específicos do desenvolvimento sustentável
Aproxima a administração pública (local) dos cidadãos	Maior cidadania e melhor governação local
Progressiva articulação com os outros instrumentos de planeamento de âmbito local, regional ou nacional	Maior visibilidade dos impactos gerados pelos processos de qualificação e de articulação interinstitucional
Criação de mecanismos de co-responsabilização entre os parceiros	
	Ganhos ao nível das respostas sociais sobretudo à agilização e diversificação das respostas

**Pontos Fracos**

<b>Processo</b>	<b>Resultados</b>
Participação exclusiva das associações e instituições da área social	Sem participação dos cidadãos, risco de não ser rigoroso nas necessidades
Riscos de ser um processo descontínuo, de curta duração ou sem consequenciais práticas palpáveis	Riscos de ser Inconsequente, irrelevante e de reduzir a predisposição dos cidadãos participarem em acções futuras
Falta de integração dos processos e métodos da RS em outras decisões da autarquia, nomeadamente nas grandes decisões estratégicas e nos grandes investimentos estruturantes com grande impacto territorial e social	Riscos de lidar só com assuntos periféricos e pouco relevantes para o desenvolvimento local
Os processos de implementação dos projectos gerados na RS têm sido essencialmente assegurados pela administração local, com reduzido envolvimento de outros actores	A implementação da RS quase exclusivamente dependente da Câmara Municipal
	A RS quase não incide sobre problemas globais
Processo relativamente novo e sem qualquer experiência anterior	Escassa qualificação do corpo de técnicos na área das metodologias participativas e de planeamento
Lógicas de funcionamento verticalizado e hierárquico com a centralização da decisão nos níveis hierárquicos superiores da Administração Pública	Concentração do poder de decisão em níveis hierárquicos superiores impede os dirigentes locais se possam comprometer por vezes com determinados projectos
Afectação da responsabilidade de gestão do processo a um ministério específico e sobretudo a inexistência de articulações interministeriais passou uma ideia de que era uma iniciativa estritamente do âmbito da acção social	Desarticulação dos vários sectores da administração central por vezes pode levar a uma sobreposição de parcerias e projectos

**Oportunidades**

Potencial geo-estratégico do território
Multiplicação das actividades de serviços
Interesse no concelho como espaço de acolhimento e fornecedor de serviços
Existência de estratégias de formação e qualificação de adultos pouco escolarizados

Evolução positiva do processo de modernização do Estado e das instituições públicas e de reformas
Início de um novo quadro comunitário, constituindo o QREN um instrumento privilegiado de incentivo a novos projectos de desenvolvimento local

#### **Ameaças**

Potenciais impactes negativos do reduzido nº de empresas do sector secundário industrial, que mais facilmente absorve mão-de-obra em faixas etárias e com níveis de escolaridade pouco interessantes no sector terciário
Crise económica geradora de instabilidade nos vários grupos sociais
A elevação da taxa de cobertura de equipamentos sociais, provocada pelos equipamentos destinados a grupos com maiores rendimentos, pode diminuir o investimento do Estado em equipamentos para outros grupos
Fraca propensão das empresas a investir em formação
Fraca responsabilidade social das empresas
Forte sectorialização, hierarquização e rigidez organizacional da Administração Pública

#### **Quadro 4,09 – Análise SWOT RS**

A definição de uma metodologia a nível nacional e o trabalho em rede talvez tenham sido os factores com mais peso para favorecer a implementação de um processo de Rede Social nos municípios do continente, dando mais vigor aos parceiros na forma como encaram a sua participação no processo. No entanto esta situação não deixa de co-responsabilizar o poder político na Rede Social, devendo e tendo como obrigação a definição de uma política integradora para o território. Nesta análise também verifica alguns pontos mais fracos, como a não contemplação da participação da população nas decisões, cabendo isso a associações e instituições da área social e inexistência de integração do processo nas decisões estratégicas do município e que vem demonstrar a fragilidade e a imaturidade do processo.

## **Análise de Questionário**

Com o objectivo de verificar os conhecimentos dos vários parceiros dos diversos processos, foi elaborado um questionário com 18 perguntas sobre as áreas em estudo.

Esse questionário foi enviado a 12 (6 da A21L e 6 da RS) associações, a dirigentes políticos responsáveis pelas áreas e técnicos, tendo 10 deles respondido.

O questionário apresenta 8 perguntas fechadas, podendo as outras, permitir que o entrevistado possa dar o seu contributo com a inclusão das suas opiniões. Esperava-se como resultado, um feedback dos parceiros sobre a evolução dos processos e ao mesmo tempo recolher dados relativos às condições da Agenda Local 21 e Rede Social.

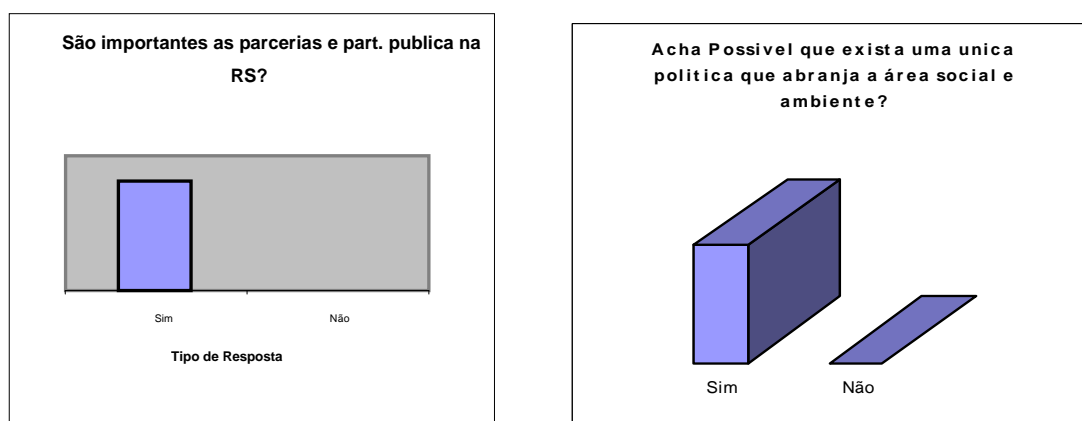
Uma vez que estão em estudo dois processos diferentes, foi necessário adaptar as perguntas a cada tema, as doze primeiras perguntas estão relacionadas com o tema base e onde o entrevistado exerce a sua influência, enquanto as restantes perguntas, estão mais ligadas aos dois processos em conjunto.

Analisadas as respostas obtidas na primeira parte, verifica-se que o conhecimento sobre o processo onde cada um dos entrevistados está envolvido, se encontra a um nível razoável, mas muito institucional, e quando perguntado se a metodologia aplicada no processo seria a mais adequada para as tarefas a realizar, a resposta obtida não se cingiu só a um Sim mas também explicado através de um conjunto de factores que passavam nas redes por serem moldáveis e adaptáveis consoante a especificidade do concelho e existia a possibilidade de estabelecer prioridades das necessidades do mesmo, em

relação às Agendas 21 Locais, estavam mais ligadas a uma necessidade de “agarrar” a decisão política.

Um outro tema que fazia parte deste questionário, tinha haver com o ponto crítico em todo o processo, tendo sido curiosas as respostas obtidos, pois giravam em torno da passagem da teoria à pratica. A implementação dos planos gizados reclama, em muitas das vezes a existência de disponibilidade financeira, podendo a falta desta levar a uma descontinuidade e desmotivação dos parceiros.

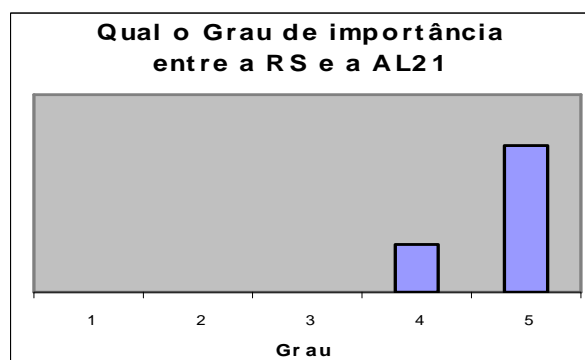
Na segunda parte, este questionário, apresentou uma causa total uniformização nas respostas obtidas. Esta segunda parte pretendia aferir-se da opinião dos entrevistados em relação à utilização de uma política única ou com a integração das duas áreas de intervenção que levasse a uma articulação entre os processos. Os resultados obtidos vem demonstrar que existe uma consciencialização para esta questão e relacionar os processos criando um plano de acção onde as várias componentes da sustentabilidade estejam presentes.



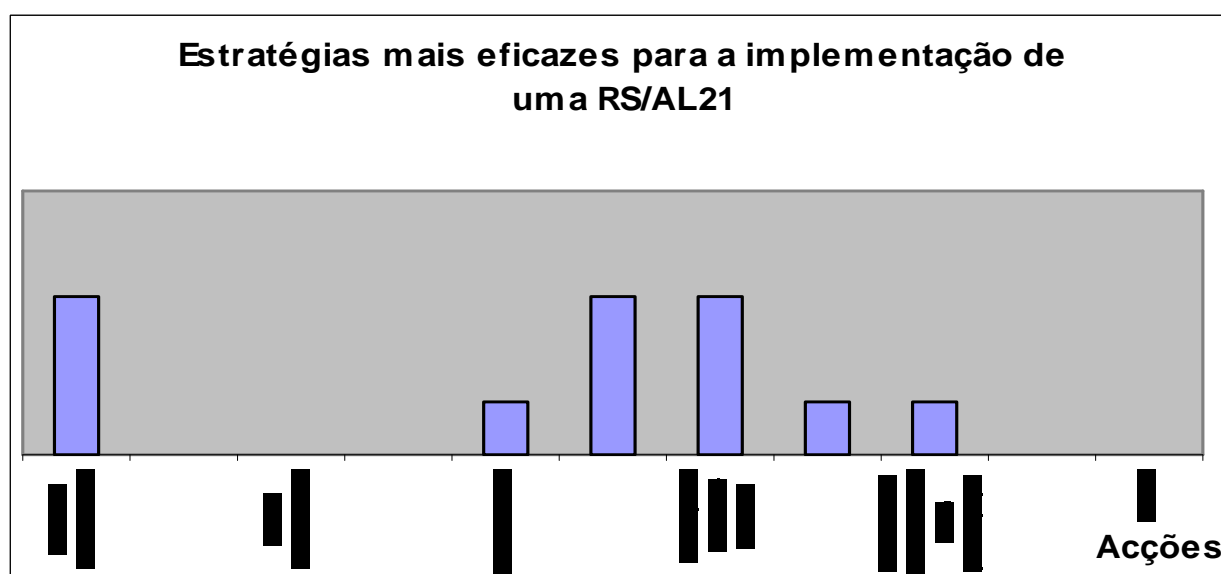
**Figura 4,18 – Gráfico resposta às questões 8 e 15 do questionário**



E quando questionados sobre o nível de importância que atribuem a estes processos para o desenvolvimento de um concelho, as respostas não foram diferentes, todos deram como classificação de 5 a ambos os processos (em que 1 era o menor grau de importância e 5 o maior) e como estratégia que consideravam mais eficaz para atingir os alvos, as respostas também não divergiram muito, mostrando que os Workshops, a Formação de Grupos de Trabalho e as Reuniões Informativas são o melhor caminho para o envolvimento de todos.



**Figura 4,19 – Nível de importância da RS/AL21L**



**Figura 4,20 – Estratégias para a implementação da RS/AL21L**

Foi também possível obter dos entrevistados declarações como “ler mais sobre o assunto” ou “nunca tinha visto o problema por este ângulo de abordagem”, o que permitiu a consciencialização para a interacção dos dois processos e como os dois abordam temáticas muito idênticas.

## 5 Considerações Finais

*“A coragem consiste em procurar a verdade e dizê-la. É não confiar à força a solução dos conflitos que a razão pode resolver.” Jean Jaurés*

Neste último capítulo procurou-se fazer o ponto de situação do estudo e responder à questão inicialmente formulada.

Quinze anos decorridos da Cimeira da Terra é possível que muita gente se interroge sobre a eficácia deste tipo de iniciativas, no entanto e como alguém disse, “o caminho faz-se caminhando”.

A meta é o desenvolvimento sustentável, que apesar de uma profusão de definições e enfoques, mesmo contraditórios uns dos outros, vem a ser a única saída para a humanidade. A sustentabilidade possui uma complexa dimensionalidade, com um intrincado inter-relacionamento das suas componentes, dificultando a visão dos rumos a serem tomados. Nenhuma solução deve ser tomada de forma isolada, sem sinergismo com outras dimensões.

A Agenda 21 Local é um processo político que envolve os diferentes sectores da sociedade e os respectivos gestores locais. Neste processo político, amplia-se a esfera da participação dos cidadãos, aumentando as formas democráticas de gestão pública,

baseando-se num modelo de governabilidade que visa alcançar o desenvolvimento sustentável.

Todo o processo é um desafio à capacidade de pensar global, actuando localmente de forma sustentável. Os governos locais apresentam-se como peças fundamentais de reorganização das sociedades, orientadores e catalisadores das novas exigências, como autênticos agentes de mudança social.

Uma forma efectiva de se exercer a cidadania ambiental é através da participação comum em instituições independentes e actantes na comunidade, em especial, aquelas cuja função é pública governamental, como os Conselhos Municipais. No entanto, quer a participação pública quer a articulação das diversas áreas de intervenção e as acções daí decorrentes através de um plano estratégico que seja coerente e ao mesmo tempo exequível, parece que continua a ser uma situação inatingível.

Num espaço de recursos limitados coexistem conflitos, competições dentro os sistemas humanos e com sistemas biofísicos, não sendo possível dissociar-se. O resultado esperado, são interacções e sinergias entre os sistemas.

Atendendo à complexidade e dinâmica da sociedade humana, defende-se uma abordagem sistémica e co-evolutiva, estudando-se em simultâneo todas as interacções e inter-relações entre várias dimensões, resultando em sucessivos equilíbrios, uma vez que mudanças num sistema provocam automaticamente mudanças nos outros.

A experiência com o actual modelo de desenvolvimento, demonstra que não há muita esperança de formas obrigatórias com uma característica de verticalidade, ou seja, de cima para baixo, será necessário procurar uma forma de desenvolvimento, onde as pessoas e instituições, e toda a sociedade se organizem e actuem de forma a agir localmente e cujo resultado deverá ser sentido globalmente.

O progresso em matéria de desenvolvimento sustentável está também relacionado com uma matéria de escolha social, escolha essa feita pela sociedade civil e do governo. Como envolve escolha, a mudança só é possível com um amplo envolvimento e co-decisão de todos os actores (Pires Rosa, 2002).

E neste a Rede Social tem contribuído para a redução da desigualdade social, promovendo o desenvolvimento social.

Esta pretende ser uma nova forma de se implementar políticas sociais mais activas, e que para tal, foram publicados uma serie de diplomas legais a dar força a este programa, tendo também contado com apoio financeiro da União Europeia e do Governo Central para o seu início. Neste momento é possível afirmar de acordo com a informação disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e da segurança Social que a Rede Social está totalmente implementada no território do continente.

Num processo de Rede Social os CLAS, estão muito relacionados com instituições da área social, mas a procura de um desenvolvimento sustentável obriga a uma relação de parcerias e a necessidade de ver incorporadas nestes conselhos, associações que representem os diversos sectores da economia e ambiente. Na conferência de Lisboa

realizada em 2000 um dos principais objectivos era o emprego e que só se consegue com a interacção das diversas áreas da sociedade.

O programa da Rede Social se encontra-se totalmente difundido e em implementação por todo Portugal Continental (275 concelhos), mas no que se refere à Agenda 21 Local os dados recolhidos mostram que este processo tem tido alguma resistência na adesão por parte dos municípios, tendo menos de metade deles implementado as Agendas 21 locais nas suas Câmaras Municipais (70 concelhos).

Como em tudo, não existem sistemas perfeitos e as metodologias estudadas são um destes casos e a evolução tem vindo a ser feita com reformulações nos processos de estudo. Durante muitos anos, não existiu a cultura da partilha e da participação pública, sendo este um factor decisivo para a obtenção dos resultados surgidos.

Ambas as metodologias são válidas e importantes no desenvolver dos processos em causa, mas o que se pode verificar é a necessidade de optimização destas, face ao contexto em estudo. Assim a potencialização do melhor de cada uma vem trazer um maior enriquecimento no processo.

Uma estrutura em pirâmide corresponde a uma organização em níveis hierárquicos, esta do tipo mais usual, estando relacionada com a influência da cultura e dos poderes de agir dominantes. Uma estrutura em rede, sendo uma alternativa à estrutura em pirâmide, apresenta uma organização em que todos os elementos estão ligados horizontalmente de forma directa ou através de outros, encontrando-se todos ao mesmo nível e com o mesmo poder de decisão.

Tanto as redes como as pirâmides poderiam funcionar de melhor forma se entre os seus membros se aprofundar a colaboração, a solidariedade e a ajuda mútua. Mas estes pressupostos eram mais facilmente atingíveis nas estruturas horizontais do que em estruturas piramidais, o que levará a um funcionamento mais democrático dessas estruturas (inexistência de censuras, controlo, hierarquizações).

No entanto poderão existir processos, em que será benéfica uma combinação entre estruturas, onde existe uma estrutura em pirâmide e que pode ser cortada por diversos tipos de redes. Este tipo de metodologia pode ser aplicada aos processos da Agendas Locais e às Redes Sociais devendo ser trabalhadas em conjunto. Este episódio foi apresentado num artigo por Whitaker “Este parece ser o caso em ações políticas, inclusive nos próprios partidos políticos, tradicionalmente piramidais. Uma pirâmide partidária cortada por diferentes tipos de redes pode receber por meio delas uma ventilação que descongelará tendências à cristalização de propostas, iniciativas e máquinas burocráticas. Ao mesmo tempo, como as redes são necessariamente abertas horizontalmente, através delas se pode desbloquear e ampliar cada vez mais a entrada de novos participantes na ação partidária e no próprio partido”. (Whitaker, 1993)

Da análise SWOT de ambos os processos observa-se que alguns pontos fortes de um podem ser pontos fracos no outro. Talvez seja necessário aprender com os ambos métodos de trabalho com a intenção de ultrapassar as fraquezas encontradas. Como exemplo temos no caso da Agenda 21 Local a existência de um processo de consulta publica aberta a toda a comunidade, que por sua vez o processo da Rede Social só consulta as instituições ligadas às áreas sociais e criando uma proximidade entre a administração pública e a população.

A definição de uma metodologia e métodos de trabalho vem diminuir a ineficácia dos processos, desta forma a possibilidade de trabalhar estes dois processos criando uma metodologia própria, idêntica na sua base e podendo variar consoante a sua especificidade talvez pudesse trazer benefícios integrando as duas áreas, o que torna a planificação das acções tenha um carácter permanente e vinculativo nas definições dos PDM's.

A potenciação destas ideias, são apresentadas nos resultados obtidos nas entrevistas a um conjunto variado de pessoas relacionadas com qualquer dos processos, é possível observar que o apoio das autarquias e o apoio financeiro são muito importantes para o desenvolvimento dos processos sendo mesmo considerados como factores de sucesso. A necessidade de se sentir estes apoios sem descontinuidade é fundamental para o sucesso de qualquer processo, pois antes de mais, as causas públicas necessitam do apoio político do seu compromisso e empenho. Uma outra conclusão a retirar, é que é possível, se existir vontade, criar planos de acção que envolvam ambos os processos, derivando para um único ou criar “upgrades” nos processos existentes maximizando esforços.

A interacção entre os dois processos também foi apresentado como sendo um ponto positivo e importante, já que o valor dado a ambos os processos pelos entrevistados situou-se entre os 4 e 5, sendo o 5 o valor máximo a atribuir.

Uma das perguntas do questionário estava relacionada com o grau de satisfação na aplicação da metodologia de trabalho da Agenda 21 Local, à qual foi respondido com

uma simples interrogação. A urgência de uma definição de metodologia de trabalho comum é fundamental para a credibilização dos resultados, mas mais importante ainda é, saber como se executa uma Agenda 21 Local a exemplo do processo da Rede Social.

As políticas nacionais também têm uma palavra neste processo com a criação de uma política de desenvolvimento sustentável que envolva todos os ministérios criando talvez “Task Forces” originando uma interacção nas políticas falando a uma só voz e combatendo nas diversas frentes, a criação de emprego, riqueza, o combate à exclusão, mas sempre com o objectivo de um desenvolvimento sustentável.

No âmbito deste trabalho também achamos que poderia caber neste capítulo algumas sugestões com vista a um melhoramento mais eficaz do desenvolvimento sustentável tendo sempre em conta os seus quatro pilares essenciais (economia, social, ambiente e governança).

Estas ideias não passam disso mesmo e que deveriam ser estudadas de forma mais aprofundada e enumerando-as sem qualquer tipo de ordem, temos:

- A exemplo do programa PRAUD e dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL) que apresentam uma longevidade notável e com alguns casos de sucesso, poderia ser criado algo muito semelhante dentro das Agendas Locais, mas que tivesse uma actuação de mais proximidade com a população, com os bairros e que poderiam ser designados por GTL 21. Tal situação poderá ser um contributo com alguma expressão, já que o concelho de Cascais possui no seu território, uma percentagem significativa de bairros clandestinos e em vias de legalização e desta forma, envolvendo os seus habitantes nas decisões assumidas,



responsabilizando-os também por esse facto, assim a população passa a ser uma parte da solução e não do problema.

- Criação de programas específicos com apoio para elaboração de projectos “projectos de bairro”, com vista a uma reintegração da população, sempre com uma perspectiva de melhoria social e ambiental das populações locais, transportando para o território de Cascais e retirando conhecimento das populações para preservação da identidade local. Como exemplo de projectos neste tipo de trabalho existem vários programas, mas salienta-se um, que com as devidas ressalvas, é uma situação muito interessante, Programa “Leader +”.
- O Programa “Leader +” é um instrumento que permite experimentar outras abordagens de intervenção no espaço rural, respeitando a dimensão ambiental, económica, social e cultural dos territórios rurais.
- O LEADER+ sublinha a importância das populações locais tomarem consciência do valor dos seus territórios, da riqueza das suas identidades e da qualidade das suas paisagens. Nesta perspectiva, aponta-se para a necessidade de criar condições para a aquisição de competências e intervenção activa dos actores locais nos seus territórios.

## 6 BIBLIOGRAFIA

### Livros

- Instituto de Promoção Ambiental (1993). *Documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Rio de Janeiro*, Junho de 1992
- Bardin, Laurence (2007). *Análise de conteúdo*: Edições 70
- Barruncho, Pedro Lourenço de Seixas Borges (1873). *Apontamentos para a história da vila e concelho de Cascais*. Lisboa : Typographia Universal
- Câmara Municipal de Cascais (2001). *Cascaes – Cascais Sempre*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais
- Eco, Umberto (1991). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. (5ª ed) Editora Presença
- Farinha, João (2005). *Agenda 21 Local – Guia Metodológico de Apoio para contextos rurais e de forte interioridade* . AMDE – Associação de Municípios do Distrito de Évora e Diputación de Badajoz Área de Desarrollo Local, Évora
- Giddeus, Anthony (2007), *A Europa na Era Global* . Editorial Presença
- Madeira, Ana Carla; Abreu, Maria Manuel (2004), *Comunicar em ciência – como redigir e apresentar trabalhos científicos*. Escolar Editora
- Marques, Viriato Soromenho (1994). *Regressar à Terra : Consciência Ecológica e Política de Ambiente* . Fim de Século Lisboa
- Meadows, Donella H; Meadows , Dennis L.; Randers, Jorgen (1993). *Além dos limites : Da catástrofe total ao futuro sustentáveis*. Difusão Cultural, Lisboa

- Mota, Isabel; Pinto, Mário; Vasconcelos e Sá, Jorge A.; Ribeiro, Félix; Quintas, Elisabete; Soromenho-Marques, Viriato (2005), *Um projecto para Portugal – Estratégia Nacional para o desenvolvimento Sustentável 2005/2015*. Pandora
- Normas da american psychological association (APA/2001) – *Citações & Referencias bibliográficas*. Centro de Documentação, ISPA
- Ponting, C. *Uma história verde do mundo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro
- Roseta, Helena (1995) , *Agenda Local do Ambiente*. IPAMB, Lisboa
- Shmidt, Luísa (1999), *Portugal Ambiental*. Causas & Causas. Celta , Oeiras
- Shmidt, Luisa ; Gil Nave, Joaquim; Guerra, João (2005). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Fronteira do Caos, Lisboa
- Simões Lopes, António (2001), *Desenvolvimento Regional*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Wackernagel, Mathis, & Rees, William, (1996). *Our Ecological Footprint - Reducing Human Impact on the Earth* , New Society Publishers
- Braudel, Fernand (1986). *Historia e ciências sociais*. Editorial Presença

### **Artigos**

- Cordeiro Beduschi, Liviam E. (2006), Redes Sociais em projecto de recuperação de áreas degradadas no estado de São Paulo. Encontro da ANPPAS Brasília, Brasil
- Craveiro, João L., & Silva, Paula Antão (2000). Ambiente, ciência e utopia para um desenvolvimento sustentável? Comunicação apresentada no V Congresso Nacional de Engenharia do Ambiente – Lisboa 1999. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa

- Di Chiara, Ivone G., Alçar, Adraiana R., Tanzawa, Elaine L., & Rodrigues, Jorge Luís , As citações como base da rede social egocêntrica : o artigo citado e as suas conexões
- Gil Nave, Joaquim, Schmidt, Luísa, & Guerra, João (2004). Os primeiros Autarcas do Século XXI – Novas Estratégias Ambientais. Observa
- Joas, Marko, & Gronholm, Bjorn (2004) A comparative prespective on self-assessment of Local Agenda 21 in Europe cities. Boreal Enviornment Research
- Marques, Marlene (2007) , Ordenamento do território e governncia - Jornadas de reflexão estratégica, revisão do PDM de Loures a sustentabilidade territorial, Câmara Municipal de Loures
- Monteiro, Teresa (1995), Cascais no ultimo século – um caso de fraca expansão populacional na rea Metropolitana de Lisboa, Arquivo de Cascais - Câmara Municipal de Cascais
- Oliveira, Maria Nazaré (2000) Populao e desenvolvimento sustentável do Vale do Lima, *1 Congresso Português de Demografia*
- R. da Costa, José Manuel, “As autarquias locais e desenvolvimento sustentável”, IV *Congresso Português de Sociologia*
- Roberts, Ian (2000). Leicester environment city: learning how to make local Agenda 21, partnership and participation deliver. Leicester’s Local Agenda 21
- Vasconcelos, Lia (2001). Participao Rumo  Sustentabilidade – A experiência da AL21. Comunicao apresentada no *VI Congresso Nacional de Engenharia do Ambiente 2001*, Lisboa 2001
- Whitaker, Chico (1993) , Rede uma estrutura alternativa de organizao. Procurando Entender – Textos para discussão

## **Revista**

- Mozzicafreddo, Juan, Guerra, Isabel, Fernandes, Margarida, & Quintela, João (1988). Poder autárquico e desenvolvimento local, *Revista Poder Local*, Dezembro, nº25/26, pp.79-112
- Vasconcelos, Sofia (2008) .Autarquias de costas voltadas para a sustentabilidade. *Água e Ambiente*,4. pp 59
- Silva, Fernando Nunes, Magalhães, Fernanda, Cáster, Norma, Castelo, Susana, & Silvestre, Sofia (1999). A Agenda Local 21 e os Municípios Portugueses: um casamento difícil. Artigo *Revista Sociedade e Território*, nº29, Julho ,pp 117-127
- Siveira Duarte, & Jorge Carlos , entrevista enfoca projectos da área de desenvolvimento social. *Boletim Técnico do Senac* de 8/2/2006
- Whitaker, Chico, 1993. Procurando Entender – Textos para Discussão. *Revista Mutações Sociais* ,14, São Paulo, Brasil

## **Outros**

- Amaro. Rogério Roque (2001). O Conceito de desenvolvimento Local no quadro da revisão do Conceito de Desenvolvimento. In José Carlos Albino; Laura Leão, Desenvolver (des) envolvendo : reflexões e pistas para o desenvolvimento local (pp. 155-169). Messejana : Esdime
- Amor, Teresa (2005). Avaliação do Programa Rede Social – Relatório Síntese. Centro de Estudos Territoriais, Instituto da Segurança Social, Lisboa
- Baltazar, Maria da Saudade (2004). *Políticas Sociais: solidariedade planeada*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra

- Câmara Municipal de Cascais (2004). Plano de Desenvolvimento Social : Câmara Municipal de Cascais, Cascais
- Câmara Municipal de Cascais (2005). *Agenda Cascais 21 – Relatório Outubro 2005*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais
- Câmara Municipal de Cascais (2008). *Agenda Cascais21 – Relatório 2007/08*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais
- Câmara Municipal de Cascais (2008). *Plano de Desenvolvido Social 2008-2011 – Plano de Acção 2008* - Cascais Rede Social. Câmara Municipal de Cascais, Cascais
- Carvalho, Cláudio Elias, Reis, Lineu B., & Fadigas Eliane A. Amaral (2005). *Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável*. Editora Manole, Brasil
- Civitas Centro de Estudo sobre Cidades e Vilas Sustentáveis (2003). *Agenda 21 Local e Auditoria Urbana de Guimarães - Principais Problemas Existentes e Grandes Opções de Qualidade de Vida para o Futuro*. C.M. Guimarães; Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular
- CNADS (2007, 23 de Maio). *Comentários do CNADS à Proposta de Guia Agenda 21 Local – Um Desafio de Todos ; Manual*. Lisboa
- Comissão das Comunidades Europeias (2003). *Comunicação da Comissão ao Concelho, ao Parlamento Europeu e Comité Económico e Social Europeu - Uma estratégia europeia de ambiente e saúde*. União Europeia, Bruxelas
- Comissão das Comunidades Europeias (2004), *Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Concelho que estabelece um programa comunitário para o emprego e a solidariedade social – PROGRESS* : União Europeia, Bruxelas
- Comissão das Comunidades Europeias, (2002). *Comunicação da Comissão ao Concelho (2002), ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões*, Bruxelas

- Comité Gaúcho do Forum Social Mundial (2002). Rede Social Mundial : Porto Alegre, Brasil
- Commission on Sustainable Development, (2002). Second Local Agenda 21 Survey. Background Paper nº 15, ICLEI, United Nations
- da Silva, Ângelo Miguel Estrela (2004). A Sociedade da informação e o desenvolvimento sustentável. O caso do GAIA GLOBAL enquanto plataforma para o desenvolvimento sustentável.
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21. Volume 4: Qualidade do AR e Ruído. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 9: Estrutura Verde e Habitats Naturais. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 Cascais (Vertente Ambiental). Volume 11: Abastecimento de Água. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais(Vertente Ambiental). Volume 8: Zona Costeira. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 5: Geologia, Hidrogeologia e Recursos Hídricos. Cascais : Câmara Municipal de Cascais-
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 7: Linhas de Água. Cascais : Câmara Municipal de Cascais

- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 13: Actividades Económicas e o Ambiente. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 14: Sistemas de Transporte e o Ambiente. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 15: Estrutura Urbana e o Ambiente. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 13: Resíduos Sólidos. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 10: Energia. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 6: Solos. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- DCEA/FCT/UNL (elab.) (1998). Diagnostico do Estado do Ambiente de Cascais. 1ª Fase da Agenda Local 21 de Cascais (Vertente Ambiental). Volume 3: Resumo do Estado do Ambiente do concelho de Cascais. Cascais : Câmara Municipal de Cascais
- Departamento de Investigação e Conhecimento (2003).Plano de Desenvolvimento Social - Programa Rede Social. Instituto para o desenvolvimento Social, Lisboa
- Encontro Nacional da Rede Social (2000, 7 de Novembro). Documentos de Apoio : Instituto para o desenvolvimento Social 2000



- European Environment Agency (2003). Europe's environment: the third assesement. Luxemburg : Office for Official Publications of the European Communities
- Farinha, João, Vasconcelos, Lia, & Santos, Eduardo (2000). Agenda 21 Local – Experiências em Portugal e outros Casos de Estudo. Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, FCT – UNL
- Ferreira, Vitor Matias (1993). O processo de Metropolização de Lisboa. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº1, 24-54
- Garcia, Sónia Maria Henriques (2005), O Desenvolvimento Sustentável – Diagnóstico para a Sustentabilidade no Concelho de Cascais. Dissertação de mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
- Garzillo, Cristina, & Kuhn, Stefan (2007). Aalborg Commitments Implementation Guide, ICLEI, Germany
- Gudmundsson, H. & Höjer M. (1996). Sustainable Development Principles and Their Implications for Transport. *Ecological Economics* 19 (1996) 269-282
- ICLEI (1997, February) Local Agenda 21 Survey, A study of responses by Local Authotities and ththeir National and Internacional Associations to Agenda 21, by ICLEI, de <http://www.un.org/documents/ecosoc/cn17/1997/background/ecn171997-1.rpt1.htm>
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias 107 (2002) – 2002/C278/14 Resolução do Comité das Regiões. *Desenvolvimento Sustentável: Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* . Joanesburgo 2002
- Krans, Patrícia (2001). Estratégias das mulheres para a Rio+10 Agenda 21 de acção das mulheres pela paz e por um planeta saudável : Relatório da Reunião de Consulta – Rede de Desenvolvimento Humano, Rio de Janeiro, Brasil

- Lima, Anabel , O universo das Redes Sociais conceitos e fundamentos. Instituto de Estudos Ambientais, Brasil
- Local Authorities and Sustainable Development - Guidelines on Local Agenda 21 (1995), An Roinn Comshshaoil Agus Rialtais Áitúil
- Marques, Teresa Sá (coord.); Vale, Paulo (colab.) (1997). Sistema Urbano Nacional : Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais. Lisboa : Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Mibielle Kohler, Maria Cláudia, 2003. Agenda 21 Local: Desafios da sua Implementação experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis  
Dissertação para grau de Mestre, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2000). Programa Piloto da Rede Social 1999/2000 – Documentos de Apoio aos Projectos Piloto
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2001). Relatório de Execução do Programa Piloto – Rede Social , Instituto para o Desenvolvimento Social
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2002). Plano de Desenvolvimento Social
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2004). Plano Nacional de Acção para a Inclusão Portugal 2003-2005
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2006). Plano Nacional de Acção para a Inclusão Portugal 2006-2008
- Nunes da Silva, F. (2001). Uma Agenda Local para o Século XXI ou para o Marketing da Câmara. *Revista Ozono 11*, pp.26-27
- Office of the Deputy Prime Minister (2002). Public Participation in Local Government – A survey of local authorities. London

- Pinto, Marta (2006). *Plataforma na Internet sobre Agenda 21 Local ou uma utopia do trabalho em colaboração ?*, [www.agenda21local.info](http://www.agenda21local.info)
- Pires Rosa, Maria Teresa, (2002). *Conceptualização do Desenvolvimento Sustentável – A sua operacionalização no âmbito da governação local através dos Palcos Municipais do Ambiente*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa
- Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) (1996), *Relatório do desenvolvimento humano 1996 : crescimento económico e desenvolvimento humano*. Lisboa : Mensagem – serviço de recursos editoriais
- Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) (2002), *Relatório do desenvolvimento humano 2002 : aprofundar a democracia num mundo fragmentado*. Lisboa : Mensagem – serviço de recursos editoriais
- Rasmussen, Poul Nyrup , *Openning statements : Annex II da Conferencia de Copenhaga* pp 125-132
- Rodrigues, Teresa (1995). *Cascais no último século – um caso de franca expansão populacional na Área Metropolitana de Lisboa*. *Arquivo de Cascais* nº12 pp. 147-168, Câmara Municipal de Cascais
- Ruas, Fernando (2005, Janeiro), *A carta de Aalborg : Seminário Agenda 21 Local sustentabilidade e municipalismo*. Sintra
- Silveira Duarte, José Carlos, (2006, 8 de Fevereiro). *Projectos da área de desenvolvimento social*. Boletim Técnico do SENAC , Brasil
- Soromenho-Marques, Viriato (2007, 26 de Maio). *Luzes e sombras da sustentabilidade*. *Expresso*
- Strobel, Orlando Maciel (2004). *Agenda 21 Local um modelo para a capacitação de facilitadores, apoiado em ambiente colaborativo virtual*. Tese de Doutoramento para

obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção. Centro Tecnológico,  
Universidade Federal de Santa Catarina

- The Aarhus Convention Newcastle Workshop (2000) . Good Practice Handbook - Public Participation in Making Local Environmental Decisions. Department of the Environment, Transport and the Regions, London
- União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, (2000). Caracterização sócio-económica e equipamentos sociais. Portugal continental, distritos e concelhos – I parte. S.1. UIPSS
- United Nations (2000). World Summit for Social Development and beyond : achieving world report of secretary general. Twenty-fourth special session of General Assembly
- Wirral's Local Agenda 21 Strategy; Wirral has Heard the Cry of the earth  
Metropolitan Borough of Wirral
- World Bank's (2007) World Development Indicators 2007
- Nações Unidas, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992 Rio de Janeiro, Brasil

### **Legislação**

- Decreto-Lei 115/2006
- Despacho Normativo com o nº 8/2002
- Resolução do Conselho de Ministros nº197/97

### **Net**

- Agenda 21 Local – Princípios e metodologias : Alambi [www.alambi.pt](http://www.alambi.pt)

- Quental, Nuno, “Agenda 21 Local Tornado a Democracia Participativa uma realidade”  
 . <http://www.naturlink.pt> (12/11/07)
- Leonel, Higinio N.M (2006) , Compromisso com a sustentabilidade : Bracelpa news nº 60 [www.bracelpa.org.br](http://www.bracelpa.org.br) (9/10/07)
- Fulgencio, Cláudia , Uma pegada cada vez menos ecológica . <http://www.naturlink.pt> (10/10/07)
- Capra, Fritjof (Dezembro 2005). Para alem da física . jornal Extraclasse,  
<http://www.sinprors.org.br/extraclasse>
- FCT. (04/04/07). Introdução AgendaLocal.  
<http://students.fct.unl.pt/users/fnf/al21/intro.html>
- Wikipedia (3/5/2007). Rede Social . <http://www.wikipedia.org>
- Wikipedia (4/5/07). Social Network . <http://www.wikipedia.org>
- EU (10/05/07). A new framework for the open coordination of social protection and inclusion policies <http://europa.eu/scadplus/leg/en/cha/c10140.htm>
- EU (16/06/2007). Agenda de politica social 2006-2010 , <http://europa.eu>
- FCT (16/06/07). Agenda Local 21 <http://students.fct.unl.pt>
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors (25/09/2007). Tratado de Amesterdão.  
<http://www.cijdelors.pt>
- INETI (03/02/08). Projecto TRAIN TO LA 21 (INETI). <http://www.ineti.pt/>

#### *Consulta de Internet*

- <http://195.245.197.196/left.asp?03.06.10>
- <http://eco-web.com/>
- <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction>
- <http://got.dcea.fct.unl.pt/>

- <http://ps-sds.blogspot.com/>
- <http://redesocialcascais.net/>
- <http://students.fct.unl.pt>
- <http://www.agenda21local.com.br/>
- <http://www.bcsdportugal.org/>
- <http://www.cidadessustentaveis.info/>
- <http://www.cnads.pt/>
- <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/>
- <http://www.earthsummit2002.org/>
- <http://www.economiabr.net/>
- <http://www.iclei.org/>
- <http://www.megaessays.com/>
- <http://www.un.org/esa/>
- [www.dgeep.mtss.gov.pt](http://www.dgeep.mtss.gov.pt)
- [www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt)
- [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

## **7 ANEXOS**

**Carta de Aalborg**

**Concelhos abrangidos pela Rede Social, segundo a NUT II, por Distrito**

**Questionário Agenda Local**

**Questionário Rede Social**

**Resumo Executivo PDS**

## Carta de Aalborg



### CARTA DAS CIDADES EUROPEIAS PARA A SUSTENTABILIDADE

(aprovada pelos participantes na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de Maio de 1994)

- PARTE I: Declaração Comum: Cidades Europeias para a Sustentabilidade
- PARTE II: Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis
- PARTE III: Participação no processo Local da Agenda 21: planos de acção local para a sustentabilidade

#### PARTE I

#### DECLARAÇÃO COMUM: CIDADES EUROPEIAS PARA A SUSTENTABILIDADE

##### I.1 O Papel Desempenhado pelas Cidades Europeias

Nós, Cidades Europeias, signatárias da presente carta, declaramos que ao longo da história estivemos integradas em impérios, estados e regimes, aos quais sobrevivemos, como centros de vida social, suportes da economia, guardiães da cultura, do património e da tradição. As cidades com as famílias e as comunidades vizinhas, têm sido os pilares das nossas sociedades e Estados, bem como os centros de indústria, artesanato, comércio, educação e administração.

Compreendemos que o actual modo de vida urbano, particularmente as nossas estruturas-repartição do trabalho e funções, ocupação dos solos, transportes, produção industrial, agricultura, consumo e actividades recreativas nos responsabiliza maioritariamente pelos numerosos problemas ambientais com os quais a humanidade se confronta. Este facto é extremamente relevante, pois 80% da população europeia vive nas zonas urbanas.

Tomamos consciência que os actuais níveis de consumo dos países industrializados não podem ser alcançados por todos os povos que hoje vivem



na Terra, e, muito menos, pelas gerações futuras, sem destruição do capital natural.

Estamos convencidas que uma vida humana sustentável na terra, não pode existir sem comunidades locais também elas sustentáveis. A autoridade local está consciente dos problemas ambientais dos cidadãos, partilhando as responsabilidades a todos os níveis com as autoridades competentes de modo a alcançar o bem-estar do homem e da natureza. Deste modo as cidades desempenham um papel essencial no processo evolutivo dos hábitos de vida, da produção, do consumo e das estruturas ambientais.

## I.2 Conceito e Princípios de Sustentabilidade

Nós, cidades, compreendemos que o conceito de desenvolvimento sustentável nos ajuda a adoptar um modo de vida baseado no capital da natureza. Esforçamo-nos para alcançar a justiça social, economias sustentáveis e sustentabilidade ambiental. A justiça social terá que assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental.

Sustentabilidade ambiental significa manutenção do capital natural. Exige que a taxa de consumo de recursos renováveis, nomeadamente água e energia, não exceda a respectiva taxa de reposição e que o grau de consumo de recursos não-renováveis não exceda a capacidade de desenvolvimento de recursos renováveis sustentáveis. Sustentabilidade ambiental significa também, que a taxa de emissão de poluentes não deve ser superior à capacidade de absorção e transformação, por parte do ar, da água e do solo.

Além disso, a sustentabilidade ambiental garante a preservação da biodiversidade, da saúde humana e da qualidade do ar, da água e do solo, a níveis suficientes para manter a vida humana e o bem estar das sociedades, bem como a vida animal e vegetal para sempre.

## I.3 Estratégias Locais para a Sustentabilidade

Estamos convencidas que a cidade é a maior unidade com capacidade para gerir os numerosos desequilíbrios urbanos que afectam o mundo moderno: arquitectónicos, sociais, económicos, políticos, recursos naturais e ambientais, mas é também a menor unidade na qual se poderão resolver estes problemas, duma forma eficaz, integrada, global e sustentável. Uma vez que todas as cidades são diferentes, é necessário que cada uma encontre o seu próprio

caminho para alcançar a sustentabilidade. Devem-se integrar os princípios da sustentabilidade em todas as políticas e fazer das especificidades de cada cidade a base das estratégias locais adequadas.

#### I.4 A Sustentabilidade como um Processo Criativo, Local e Equilibrado

Nós, cidades reconhecemos que a sustentabilidade não é uma simples perspectiva, nem um estado imutável, mas sim um processo criativo, local e equilibrado alargado a todas as áreas da administração local. A sustentabilidade permite a obtenção duma informação permanente sobre as actividades que favorecem o equilíbrio do ecossistema urbano, ou sobre aquelas que o afastam. Ao basear a gestão urbana na informação alcançada ao longo deste processo, a cidade é encarada como um conjunto orgânico, tornando-se visíveis os efeitos das suas acções significativas. Através deste processo, a cidade e os cidadãos podem fazer escolhas reflectidas. Um sistema de gestão assente na sustentabilidade, leva a que as decisões tomadas tenham em conta, não só, os interesses das partes respeitantes, mas também os das gerações futuras.

#### I.5 A Negociação Aberta como Método de Resolução de Problemas

Nós, cidades, reconhecemos que não podemos permitir a transferência dos nossos problemas, nem às comunidades mais alargadas, nem às gerações futuras. Logo, devemos resolver as nossas dificuldades e desequilíbrios quer por nós mesmos, quer com a ajuda duma maior entidade nacional ou regional. Este é o princípio da negociação aberta, cuja implementação dará a cada cidade uma maior liberdade na escolha do tipo de actividades a estabelecer.

#### I.6 A Economia Urbana para a Sustentabilidade

Nós, cidades, compreendemos que o factor limitativo do nosso desenvolvimento económico é o capital natural, isto é, a atmosfera, o sol, a água e as florestas. Logo devemos investir neste capital, respeitando a ordem de prioridade seguinte:

- investir na conservação do capital natural restante (reservas de água subterrânea, solos, habitats de espécies raras);
- encorajar o crescimento do capital natural, através da redução dos níveis actuais de exploração (por exemplo, as energias não-renováveis);

- investimentos em projectos que reduzam a pressão nas reservas de capital natural (por exemplo sob a forma de parques recreativos para aliviar a pressão sobre as florestas naturais);
- aumentar o rendimento final dos produtos (por exemplo, através de edifícios energeticamente eficientes, e transportes urbanos ecológicos).

### I.7 Equidade Social para a Sustentabilidade Urbana

Nós, cidades, estamos conscientes que as populações pobres são as mais afectadas pelos problemas ambientais (ruído, poluição atmosférica proveniente do tráfego, falta de amenidades, alojamentos insalubres, falta de espaços verdes) e as menos aptas em os resolverem. A desigualdade das riquezas está na origem de comportamentos insustentáveis, tornando a evolução mais difícil. Nós pretendemos integrar na protecção ambiental as necessidades sociais básicas das populações, bem como programas de acção sanitária, de emprego e habitação. Nós desejamos aprender com as primeiras experiências sobre modos de vida sustentáveis, de maneira a podermos melhorar a qualidade de vida dos cidadãos em vez de simplesmente optimizarmos o consumo.

Tentaremos criar empregos que favoreçam a sustentabilidade das comunidades, no sentido de reduzir o desemprego. Ao procurarmos atrair ou criar empregos, avaliaremos os seus efeitos de oportunidade em termos de sustentabilidade, de modo a encorajar a criação de empregos e de produtos viáveis de acordo com os princípios da sustentabilidade.

### I.8 Padrões de Uso Sustentável do Território

Nós, cidades, reconhecemos que as autoridades locais devem estabelecer políticas de ordenamento do território que integrem uma avaliação estratégica dos efeitos de todas as iniciativas ambientais. Devemos tirar partido das possibilidades oferecidas pelas grandes concentrações urbanas, em matéria de serviços públicos de transporte e abastecimento de energia. Lançando programas de renovação urbana e de planeamento de novas áreas urbanas periféricas, esforçar-nos-emos para combinar diferentes funções, de modo a reduzir as necessidades de mobilidade. O conceito de interdependência regional equitativa deverá permitir o equilíbrio dos fluxos entre a cidade e o campo dissuadindo as cidades de explorarem simplesmente os recursos das áreas periféricas.

### I.9 Padrões de Mobilidade Urbana Sustentável

Nós, cidades, esforçar-nos-emos para melhorar a nossa acessibilidade, promover e manter o bem-estar social e os modos de vida urbanos, diminuindo a necessidade de mobilidade. Sabemos que é indispensável para uma cidade sustentável, a redução da mobilidade forçada e o uso desnecessário de veículos motorizados. Daremos a prioridade aos meios de transporte ecológicos (em particular andar a pé, ciclismo, transportes públicos) e colocaremos no centro dos nossos esforços de planificação a associação dos diferentes meios de transporte. Os veículos privados motorizados deverão ter progressivamente uma função acessória, facilitando o acesso aos serviços públicos e mantendo a actividade económica das áreas urbanas.

#### I.10 Responsabilidade pelo Clima Mundial

Nós, cidades, compreendemos que as ameaças provenientes do aquecimento global do planeta sobre o ambiente natural e urbano, bem como sobre as gerações futuras, exigem uma resposta suficiente para estabilizar e, posteriormente, reduzir as emissões, para a atmosfera, dos poluentes com efeito de estufa. É igualmente importante proteger os recursos mundiais em biomassa, como as florestas e o fitoplâncton, os quais desempenham um papel essencial no ciclo terrestre do carbono. A redução de emissões dos combustíveis fósseis requer políticas e iniciativas baseadas no conhecimento aprofundado do ambiente urbano, enquanto sistema energético. As únicas soluções viáveis encontram-se nas fontes de energia renováveis.

#### I.11 Prevenção da Intoxicação dos Ecossistemas

Nós, cidades, estamos conscientes que as substâncias tóxicas e perigosas se encontram cada vez mais na atmosfera, na água, no sol e nos alimentos, tornando-se numa ameaça crescente para a saúde pública e ecossistemas. Desenvolveremos esforços para evitar a poluição e preveni-la na fonte.

#### I.12 A Auto Gestão no plano local, condição necessária da Sustentabilidade

Nós, cidades, estamos convencidas de termos a vontade, o conhecimento e as ideias necessárias para desenvolver modos de vida sustentáveis e criar e gerir cidades sustentáveis. Os representantes democraticamente eleitos, das nossas comunidades locais, devem estar aptos a assumir a responsabilidade da reorganização das cidades, tendo em vista a sustentabilidade. Os direitos de autogestão conferidos às cidades, em virtude do princípio da subsidiariedade determinarão as suas capacidades em responder a este desafio. É

indispensável que as autoridades locais tenham suficientes poderes e uma base financeira sólida.

#### I.13 Os Cidadãos como Protagonistas da Sustentabilidade e o Envolvimento da Comunidade

Nós, cidades, comprometemo-nos, de acordo com o mandato conferido pela Agenda 21, o documento chave aprovado na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, a colaborar com todos os parceiros das nossas comunidades – cidadãos, empresários, grupos de interesses – no desenvolvimento dos Planos Locais da Agenda 21. Estamos também conscientes do apelo contido no Quinto Programa de Acção Ambiental da Comissão Europeia, “Rumo à Sustentabilidade”, incitando a partilha de responsabilidades entre todos os sectores das comunidades locais. Logo, apoiaremos os nossos esforços na cooperação entre todos os actores concertados, uma vez que desejamos assegurar a todos os cidadãos e grupos de interesse, o acesso à informação, bem como a oportunidade de participarem nos processos de decisão local. Paralelamente, promoveremos a educação e formação com vista à sustentabilidade, não só para a população em geral, mas também para os representantes eleitos e funcionários da administração local.

#### I.14 Meios e Instrumentos da Gestão Urbana, orientados para a Sustentabilidade

Nós, cidades, comprometemo-nos a utilizar os instrumentos políticos e técnicos disponíveis para uma abordagem ecossistémica da gestão urbana. Devemos tirar proveito dos instrumentos existentes, incluindo os que estão relacionados com a recolha e processamento de dados ambientais; regulamentos, instrumentos económicos e de comunicação, como as directivas, taxas e multas; e também dos mecanismos de incremento da consciencialização, em geral, incluindo a participação do público. Procuraremos estabelecer novos sistemas orçamentais ambientais que disponibilizem meios para a gestão dos recursos naturais, em moldes análogos aos que se aplicam a outros tipos de recursos, nomeadamente financeiros.

Sabemos que as nossas decisões e políticas de controlo, nomeadamente a vigilância do ambiente, avaliação de impactos, contabilidade, balanços e relatórios parciais ou globais, devem ser baseadas em diferentes tipos de indicadores, tais como, os de qualidade ambiental, fluxos urbanos, e, acima de tudo, indicadores de sustentabilidade dos sistemas urbanos.

Nós, cidades, reconhecemos que um conjunto de políticas e actividades, com consequências ecológicas positivas, foram já aplicadas, com sucesso, em numerosas cidades europeias. Contudo, enquanto estes instrumentos forem considerados somente como meios disponíveis para reduzir o ritmo e a pressão da insustentabilidade, não serão suficientes para inverter essa mesma insustentabilidade na sociedade. De qualquer modo, com a importante base ecológica já existente, as cidades estão em excelente posição para efectivarem a integração das suas políticas e actividades no processo de administração e gestão das economias urbanas numa forma sustentável. Neste processo todos somos chamados a desenvolver e a aplicar estratégias próprias, bem como a partilharmos a experiência adquirida.

## PARTE II

### CAMPANHA DAS CIDADES EUROPEIAS SUSTENTÁVEIS

Nós, cidades europeias, signatárias da presente carta, trabalharemos em conjunto para alcançarmos a sustentabilidade, aprendendo com a experiência passada e com os sucessos realizados no plano local. Encorajamo-nos mutuamente a conceber planos de acção local, a longo prazo (planos locais da agenda 21), reforçando assim a cooperação entre as autoridades e enquadrando este processo na política da União Europeia, no âmbito do ambiente urbano.

Iniciámos a denominada "Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis", para encorajar e ajudar as cidades no desenvolvimento da sustentabilidade. A fase inicial desta Campanha durará dois anos, e os progressos conseguidos serão avaliados na Segunda Conferência sobre Cidades Sustentáveis, a realizar em 1996.

Convidamos todas as autoridades locais (cidades ou simplesmente sedes de municípios) e todas as redes de autoridades locais da Europa a participarem nesta Campanha, adoptando e subscrevendo a presente carta.

Convidamos todas as redes das autoridades locais activas na Europa a coordenarem a campanha. Será criado um comité de coordenação, constituído por representantes dessas mesmas redes. As disposições serão previstas pelas autoridades locais não integradas em qualquer rede.

Os principais objectivos desta Campanha serão os seguintes:

- recrutar novos signatários da carta;

- organizar cada ano o “prémio da cidade sustentável”;
- formular recomendações à Comissão Europeia;
- fornecer uma contribuição ao grupo de peritos do ambiente urbano, sobre as cidades sustentáveis;
- ajudar os decisores locais a implementar as recomendações e legislações da União Europeia;
- publicar um boletim de informação sobre a campanha.

Estas acções necessitarão dum coordenador de campanha.

Convidamos outras organizações a participarem nesta campanha.

### PARTE III

#### PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO LOCAL DA AGENDA 21: PLANOS DE ACÇÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Nós, cidades europeias, signatárias da presente carta, comprometemo-nos a participar na campanha das cidades europeias sustentáveis, fazendo todos os esforços para atingir um consenso nas comunidades locais, relativamente aos Planos de Acção Local para a Sustentabilidade da Agenda 21 até 1996. Cumpriremos assim o mandato estabelecido no Capítulo 28 da Agenda 21, adoptado no plenário da Cimeira da Terra no Rio de Janeiro, em Junho de 1992. Através destes Planos de Acção Local, contribuiremos para a implementação, do Quinto Programa de Ambiente da União Europeia, “Rumo à Sustentabilidade”. Os Planos de Acção Local deverão ser desenvolvidos com base na primeira parte da presente carta.

Para preparar os Planos de Acção Local, sugerimos o seguinte procedimento:

- conhecer os métodos de planificação e os mecanismos financeiros existentes, bem como os outros planos e programas;
- identificar sistematicamente os problemas e as suas causas, através da consulta ao público;

- definir o conceito de colectividade sustentável, com a participação de todos os seus membros;
- examinar e avaliar as estratégias alternativas do desenvolvimento;
- estabelecer um plano local de acção a longo prazo para a sustentabilidade, o qual deverá incluir objectivos avaliáveis;
- planificar a implementação do plano, preparando um calendário e precisando a repartição de responsabilidades entre os membros.

Deveremos verificar se as condições institucionais, referentes à estrutura interna das autoridades locais, são apropriadas e eficientes para garantir o estabelecimento e implementação dos Planos de Acção Local para a sustentabilidade, a longo prazo. Poderão ser necessários esforços para melhorar a capacidade de organização das nossas colectividades, nomeadamente no que diz respeito às disposições políticas, aos processos administrativos, aos métodos de trabalho colectivos e interdisciplinares, aos recursos humanos disponíveis e à cooperação entre as diferentes autoridades, incluindo as associações e as redes.



## Concelhos abrangidos pela Rede Social, segundo a NUT II, por Distrito

NUTSII Concelhos  
 Total Continente 276  
 Norte 86  
 Centro 77  
 LVT 50  
 Alentejo 47  
 Algarve 16

NUTSII Distrito	Concelhos	Ano de Adesão
Total Continente	276	
Norte	Aveiro	Espinho 2000
		Sta Maria da Feira 2000
		Castelo de Paiva 2001
		São João da Madeira 2001
		Vale de Cambra 2001
		Oliveira de Azeméis 2002
		Arouca 2005
	Braga	Vila Nova de Famalicão 2000
		Braga 2001
		Esposende 2001
		Guimarães 2001
		Póvoa de Lanhoso 2001
		Amares 2002
		Cabeceiras de Basto 2002
		Celorico de Basto 2002
		Vila Verde 2002
		Vizela 2002
		Vieira do Minho 2003
		Terras de Bouro 2003
		Fafe 2003
		Barcelos 2004
	Bragança	Macedo de Cavaleiros 2000
		Vila Flor 2001
		Vinhais 2001
		Mogadouro 2003
		Vimioso 2003
		Carrazeda de Ansiães 2003
		Alfândega da Fé 2004
		Freixo de Espada a Cinta 2004
		Miranda do Douro 2004
		Torre de Moncorvo 2004
		Bragança 2005
		Mirandela 2005
	Guarda	Vila Nova de Foz Côa 2004
	Porto	Matosinhos 2000
		Vila Nova de Gaia 2000
		Gondomar 2001
		Santo Tirso 2001
		Trofa 2001
		Amarante 2002
		Baião 2002
		Felgueiras 2002
		Lousada 2003
		Póvoa de Varzim 2003
		Paços de Ferreira 2003

		Valongo 2003	
		Porto 2003	
		Maia 2004	
		Paredes 2004	
		Penafiel 2004	
		Marco de Canaveses 2005	
		Vila do Conde 2005	
	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez 2000	
		Viana do Castelo 2000	
		Melgaço 2001	
		Vila Nova de Cerveira 2002	
		Monção 2003	
		Ponte de Lima 2003	
		Valença 2003	
		Ponte da Barca 2003	
		Caminha 2004	
		Paredes de Coura 2004	
	Vila Real	Mesão Frio 2000	
		Peso da Régua 2000	
		Montalegre 2001	
		Boticas 2002	
		Sabrosa 2002	
		Vila Real 2002	
		Alijó 2003	
		Chaves 2004	
		Mondim de Basto 2004	
		Murça 2004	
		Ribeira de Pena 2004	
		Santa Marta de Penaguião 2004	
		Vila Pouca de Aguiar 2004	
		Valpaços 2005	
	Viseu	Sernancelhe 2002	
		Resende 2002	
		São João da Pesqueira 2003	
		Cinfães 2004	
		Moimenta da Beira 2004	
		Tabuaço 2004	
		Tarouca 2004	
		Mangualde 2005	
		Nelas 2005	
		Satão 2005	
	Centro Aveiro	Águeda 2000	
		Aveiro 2000	
		Ílhavo 2000	
		Oliveira do Bairro 2000	
		Ovar 2000	
		Vagos 2000	
		Albergaria-a-Velha 2002	
		Mealhada 2002	
		Sever do Vouga 2003	
		Anadia 2004	
		Estarreja 2005	
		Murtosa 2005	
	Castelo Branco	Fundão 2001	
		Proença-a-Nova 2001	
		Idanha-a-Nova 2003	
		Belmonte 2004	
		Castelo Branco 2004	
		Covilhã 2005	
		Oleiros 2005	

		Penamacor	2005	
		Sertã	2005	
		Vila de Rei	2005	
		Vila Velha de Rodão	2005	
	Coimbra	Figueira da Foz	2000	
		Góis	2000	
		Tábua	2000	
		Lousã	2001	
		Montemor-o-Velho	2001	
		Penacova	2001	
		Cantanhede	2002	
		Oliveira do Hospital	2002	
		Vila Nova de Poiares	2002	
		Mira	2003	
		Arganil	2003	
		Soure	2003	
		Pampilhosa da Serra	2003	
		Condeixa-a-Nova	2004	
		Coimbra	2004	
		Miranda do Corvo	2004	
		Penela	2004	
	Guarda	Gouveia	2001	
		Manteigas	2002	
		Celorico da Beira	2003	
		Seia	2003	
		Fornos de Algodres	2003	
		Figueira de Castelo Rodrigo	2003	2003
		Aguiar da Beira	2003	
		Pinhel	2003	
		Meda	2003	
		Almeida	2004	
		Guarda	2004	
		Sabugal	2004	
		Trancoso	2004	
	Leiria	Figueiró dos Vinhos	2001	
		Leiria	2002	
		Marinha Grande	2002	
		Porto de Mós	2002	
		Castanheira de Pera	2003	
		Pombal	2003	
		Ansião	2004	
		Pedrogão Grande	2004	
		Batalha	2005	
		Alvaiázere	2005	
	Santarém	Mação	2002	
	Viseu	Mortágua	2001	
		São Pedro do Sul	2002	
		Vila Nova de Paiva	2002	
		Santa Comba Dão	2003	
		Tondela	2003	
		Vouzela	2003	
		Carregal do Sal	2004	
		Castro d'Aire	2004	
		Oliveira de Frades	2004	
		Penalva do Castelo	2004	
		Armamar	2005	
		Lamego	2005	
		Penedono	2005	
LVT	Leiria	Óbidos	2000	
		Peniche	2000	

	Nazaré	2003	
	Bombarral	2003	
	Alcobaça	2005	
	Caldas da Rainha	2005	
Lisboa	Cascais	2000	
	Loures	2000	
	Sintra	2000	
	Sobral de Monte Agraço	2000	
	Vila Franca de Xira	2000	
	Amadora	2002	
	Oeiras	2002	
	Cadaval	2003	
	Odivelas	2003	
	Torres Vedras	2003	
	Arruda dos Vinhos	2003	
	Lourinhã	2003	
	Lisboa	2004*	
	Alenquer	2005	
	Azambuja	2005	
	Mafra	2005	
Santarém	Abrantes	2000	
	Santarém	2000	
	Alcanena	2002	
	Alpiarça	2002	
	Benavente	2002	
	Constância	2002	
	Coruche	2002	
	Rio Maior	2002	
	Torres Novas	2003	
	Sardoal	2003	
	Almeirim	2003	
	Vila Nova da Barquinha	2003	
	Chamusca	2003	
	Cartaxo	2004	
	Entrocamento	2004	
	Ourém	2004	
	Salvaterra de Magos	2004	
	Ferreira do Zêzere	2005	
	Golegã	2005	
Setúbal	Almada	2000	
	Montijo	2001	
	Moita	2002	
	Palmela	2002	
	Barreiro	2003	
	Sesimbra	2003	
	Setúbal	2004	
	Seixal	2004	
	Alcochete	2004	
Alentejo Beja	Beja	2000	
	Moura	2001	
	Serpa	2001	
	Castro Verde	2002	
	Ferreira do Alentejo	2002	
	Barrancos	2003	
	Mértola	2003	
	Vidigueira	2003	
	Aljustrel	2004	
	Almodovar	2004	
	Alvito	2004	
	Odemira	2004	

	Ourique	2004	
	Cuba	2005	
Évora	Évora	2000	
	Reguengos de Monsaraz	2000	
	Borba	2001	
	Portel	2001	
	Vendas Novas	2001	
	Alandroal	2002	
	Arraiolos	2002	
	Vila Viçosa	2002	
	Mourão	2003	
	Montemor-o-Novo	2003	
	Estremoz	2003	
	Redondo	2004	
	Viana do Alentejo	2005	
	Mora	2005	
Portalegre	Campo Maior	2002	
	Portalegre	2002	
	Sousel	2003	
	Nisa	2003	
	Marvão	2003	
	Avis	2003	
	Ponte de Sor	2003	
	Castelo de Vide	2004	
	Crato	2004	
	Elvas	2004	
	Fronteira	2004	
	Monforte	2004	
	Alter do Chão	2005	
	Arronches	2005	
	Gavião	2005	
Setúbal	Grândola	2000	
	Santiago do Cacém	2001	
	Sines	2004	
	Alcácer do Sal	2005	
Algarve Faro	Faro	2000	
	Portimão	2000	
	Vila Real de Sto. António	2000	
	Monchique	2001	
	Loulé	2002	
	Silves	2002	
	Tavira	2002	
	Albufeira	2004	
	Alcoutim	2004	
	Castro Marim	2004	
	Lagoa	2004	
	Lagos	2004	
	São Brás de Alportel	2004	
	Aljezur	2005	
	Olhão	2005	
	Vila do Bispo	2005	

\* Concelho sem candidatura.

## Questionário Agenda Local

Data da Entrevista    /    / 200

Nome:

Cargo:

1 - O que entende por Agenda Local 21?

2 - Qual a sua origem?

---

---

3 - Existem apoios para a implementação da Agenda Local?

☐ Não

☐ Sim . Quais?

---

4 - Quais os principais factores para o sucesso de uma Agenda Local?

☐ Apoio Governamental

☐ Apoio Financeiro

☐ Legislação específica

☐ Apoio das autarquias

☐ Outros :

---

5 - Na sua opinião, a Agenda 21 é prioridade do governo e da autarquia?

☐ Sim

☐ Não

6 - Acha que a metodologia definida é a mais adequada para a aplicação correcta de uma Agenda Local?

☐ Sim. Porquê ? \_\_\_\_\_

---

☐ Não Porquê ? \_\_\_\_\_

---

7 - Houve envolvimento da comunidade na discussão e preparação da Agenda Local?

☐ Sim . Como?

---

☐ Não. Porquê?

---

8 - Acha importantes as parcerias e participação pública em todo o processo da Agenda Local?

---

---

9 - Quais as estratégias utilizadas para envolver a sociedade para participar no processo da Agenda Local?

---

10 - Qual o ponto mais crítico em todo o processo?

---

11 - Qual a origem a metodologia aplica?

---

---

12 - Em que estágio está hoje (2007) a Agenda Local no(s) município(s)?

---

13 - Tem conhecimento da existência da Rede Social?

☐ Não

☐ Sim. Como teve conhecimento?

---

14 - Como vê a possibilidade de existir uma ligação do programa da Rede Social com a Agenda Local 21?

---

---

15 - Acha possível que exista uma única política em que abranja a área social e o ambiente?

☐ Sim

☐ Não

16 - Qual o grau de importância entre estes dois processos (1 a 5)?

Agenda Local 21 ( )

Rede Social ( )

17 - Das estratégias abaixo mencionadas qual(ais) as que considera as mais eficazes ou que funciona?

☐ Reuniões informativas

☐ Palestras

☐ Fóruns comunitários

☐ Debates públicos

☐ Questionários

☐ Workshops

☐ Formação de grupos de trabalho

☐ Seminários técnicos

☐ Planeamento intersectorial com a participação da comunidade

☐ Planeamento intersectorial sem a participação da comunidade

☐ Outros : \_\_\_\_\_

*Obrigado. Foi muito importante a sua participação nesta pesquisa*

## Questionário Rede Social

Data da Entrevista     /     / 200

Nome:

Cargo:

1 - O que entende por Rede Social?

2 - Qual a origem da “Rede Social” de Cascais?

---

---

3 - Existem apoios para a implementação da Rede Social?

☐ Não

☐ Sim . Quais?

---

4 - Quais os principais factores para o sucesso da Rede Social?

☐ Apoio Governamental

☐ Apoio Financeiro

☐ Legislação específica

☐ Apoio das autarquias

5 - Qual a razão para que o programa Rede Social só se possa encontrar em Portugal?

---

6- Conhece outros programas semelhantes?

☐ Sim. Quais ? \_\_\_\_\_

☐ Não

7 - Acha que a metodologia definida é a mais adequada para a aplicação correcta de uma Rede Social?

☐

Sim.Porquê?\_\_\_\_\_

---

☐ Não

8 - Houve envolvimento da comunidade na discussão e preparação da Rede Social?

☐ Sim . Como?

---

☐ Não. Porquê?

---

---

9 - Acha importantes as parcerias e participação pública em todo o processo da Rede Social?

---

---

10 - Quais as estratégias utilizadas para envolver a sociedade para participar no processo da Rede Social?



---

---

11 - Qual o ponto mais crítico em todo o processo?

---

12 - Qual a origem a metodologia aplica?

---

---

13 - Em que estágio está hoje (2007) a Rede Social no(s) município(s)?

---

14 - Tem conhecimento da existência da Agenda 21?

☐ Não

☐ Sim. Como teve conhecimento?

---

15 - Como vê a possibilidade de existir uma ligação do programa da Rede Social com a Agenda Local 21?

---

---

---

16 - Acha possível que exista uma única política em que abranja a área social e o ambiente?

☐ Sim

☐ Não

17 - Qual o grau de importância entre estes dois processos (1 a 5)?

Agenda Local 21 ( )

Rede Social ( )

18 - Das estratégias abaixo mencionadas qual(ais) as que considera as mais eficazes ou que funciona?

☐ Reuniões informativas

☐ Palestras

☐ Fóruns comunitários

☐ Debates públicos

☐ Questionários

☐ Workshops

☐ Formação de grupos de trabalho

☐ Seminários técnicos

☐ Planeamento intersectorial com a participação da comunidade

☐ Planeamento intersectorial sem a participação da comunidade

☐ Outros : \_\_\_\_\_

*Obrigado. Foi muito importante a sua participação nesta pesquisa*

## **Resumo Executivo PDS**

# **Plano de Desenvolvimento Social**

## **Resumo Executivo**

### **VII Plenário do CLAS- Conselho Local de Acção Social do concelho de Cascais**

Cascais , 28 de Outubro de 2004

O CONCELHO DE CASCAIS:

A CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Com a conclusão do Plano de Desenvolvimento Social – PDS – terminamos uma longa e rica caminhada.

Tratou-se de uma experiência nem sempre fácil, nem sempre tão produtiva e célere como desejaríamos, mas sempre enriquecedora, mesmo nos momentos em que mais parecia haver recuos ou paragens.

Este exercício permitiu-nos crescer, enriquecer a nossa própria identidade pessoal e institucional, e construir algo de muito importante em conjunto.

Não somos individualmente detentores de qualquer verdade absoluta ou conhecedores de quaisquer fórmulas mágicas.

Mas, na construção do PDS, demonstrámos uma vontade colectiva de fazer dos problemas oportunidades e, com os recursos disponíveis, por poucos que sejam, chegar a resultados concretos.

Uma intervenção social comprometida, que todos assumimos em conjunto, passa, sem dúvida, pela satisfação dos direitos, necessidades e aspirações das pessoas, bem como pela qualidade de vida das comunidades.

Reserva-nos o futuro um trabalho árduo, no sentido do desenvolvimento social do Concelho, o qual apela à participação de todos no planeamento estratégico de uma intervenção territorial integrada e sustentável.

**António d'Orey Capucho**

Presidente do Conselho Local de Acção Social

## Resumo Executivo

A implementação da Rede Social, com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro, vem permitir pôr em prática e enquadrar o **conceito de efectiva parceria**, sustentada em **objectivos estratégicos comuns** para os territórios.

Este desafio agora lançado, veio convergir na cultura de parceria do Concelho de Cascais, que conta já com uma longa história.

A Rede Social entendida como uma medida de política social, tem dois objectivos fundamentais:

- **combate à pobreza e à exclusão social**
- **promoção do desenvolvimento social local**

e orienta-se por princípios pré-definidos na resolução ministerial, que são: a **integração**, a **articulação**, a **subsidiariedade** e a **inovação**.

No processo de consolidação do Conselho Local de Acção Social do Concelho de Cascais (CLAS) sentiu-se a necessidade de definir **orientações estratégicas** que contribuíssem de forma mais efectiva para a implementação da Rede Social no Concelho, que a seguir se identificam:

- **o desenvolvimento local**, assente na potencialidade da proximidade ao território;
- **o apelo à participação de todos** nas diferentes fases da construção do desenvolvimento social de base territorial;
- **a Rede Social como um meio para influenciar as políticas nacionais**, através do seu conhecimento privilegiado das realidades;
- **um desafio inovador para romper com as formas tradicionais de entender a intervenção social**, ou seja, incorporar as políticas sociais nas políticas económicas, urbanas, educação, ambiente, etc.

De todo este enquadramento **era também necessário fixar**, de acordo com as orientações do programa da Rede Social, **os produtos e resultados pretendidos**. Assim através deste percurso reflexivo, determinámos os seguintes produtos:

1. **Construção de um instrumento de planeamento e gestão** – Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Cascais - PDS.
2. **Produção de um modelo de funcionamento e organização** – uma nova forma de fazer, conjugada com uma nova organização: o Conselho Local de Acção Social (CLAS) e as Comissões Sociais de Freguesia (CSF's).
3. **Produção de um sistema de comunicação e informação local.**

Assim, o CLAS implementa uma **metodologia participativa** para a elaboração do PDS, de base territorial, estruturada em dois níveis de parceria – **estratégico e operacional**.

Esta metodologia aprovada no seu 3º plenário, assenta na realização de **workshops de freguesia e workshops temáticos concelhios**, com a participação dos mais variados agentes sociais locais. Estes workshops foram geridos por facilitadores, tendo-se utilizado técnicas de visualização, espaços de discussão e reflexão, com vista à elaboração e validação de propostas, utilizando sempre grelhas comuns a todos os grupos.

Aos diferentes níveis foram definidos, nos vários workshops, os objectivos estratégicos de intervenção para combater os problemas identificados, e os factores determinantes dos mesmos problemas.

Com base nos resultados de cada um dos workshops temáticos, e particularmente a partir das grelhas que cruzam os problemas com os respectivos factores determinantes, construiu-se uma grelha conjunta na qual todos os problemas, organizados por áreas temáticas, foram relacionados com os respectivos factores determinantes, associados em categorias, mais tarde identificadas como eixos estratégicos.

Esta mesma grelha permitiu cruzar todos os factores determinantes com os problemas identificados em todas as áreas temáticas, o que implicou um trabalho de análise e síntese da informação produzida. Simultaneamente conduziu a uma integração dinâmica dos conteúdos, potenciando mais-valias, obtendo um todo coerente, do qual foi possível projectar eixos estratégicos de intervenção.

Assim, resultaram os seguintes **eixos estratégicos de intervenção**: I – Planeamento, Gestão e Cultura Organizacional, II - Educação/Formação ao Longo da Vida, III - Urbanismo e Ambiente, IV – Cidadania, V - Atitudes e Comportamentos, VI -

De seguida, foram analisados e sintetizados os objectivos de impacte formulados para os problemas identificados em cada uma das áreas temáticas.

Para cada um dos objectivos de impacte, num total de 27, foram elaborados quadros que constituem guiões para a intervenção, que relacionam os objectivos com os problemas, com os eixos estratégicos de intervenção e respectivos factores condicionantes dos problemas.

Através destes quadros/ guiões é possível observar que um objectivo de impacte, criado para combater um determinado problema, também tem incidência sobre outros problemas. Por outro lado, pode-se verificar que o objectivo de impacte surge incorporado nos eixos estratégicos, ou seja, a intervenção deve incidir sobre os factores determinantes dos eixos estratégicos identificados.

Da análise de todos instrumentos produzidos neste processo, concluímos que o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho - PDS - estrutura-se sobre **7 eixos estratégicos de intervenção** e **27 objectivos de impacte**. Assim, à luz deste Plano, deverão ser equacionadas as actuais e futuras intervenções, bem como o papel a assumir pelo CLAS e pelas CSF na sua implementação.

## OBJECTIVOS DE IMPACTE

### 1º GRUPO:

▪ Os espaços públicos estarão mais qualificados, inclusivos e sem barreiras arquitectónicas em 2010	1 A
▪ Aumentar o nº de pessoas inseridas no mercado de trabalho de forma sustentável até 2010	2 A
▪ Aumentar em 20% a participação social nas actividades culturais, desportivas e juvenis promovidas no Concelho de Cascais até 2010	3 A
▪ Reduzir o risco e romper o ciclo de reprodução da pobreza intergeracional até 2010	4 A
▪ Promover a criação, adequação ou reformulação de estruturas de acolhimento para pessoas sem autonomia (infância, idosos, deficientes) até 2007	4 B
▪ Aumentar a qualidade de vida das pessoas idosas em situação de dependência e diminuir o isolamento até 2007	4 D
▪ Aumento da taxa de cobertura das respostas adequadas para pessoas com deficiência até 2007	4 E
▪ Reduzir o abandono e o insucesso escolar até 2010	5 A
▪ Situar a taxa de prevalência da depressão em 15,3 pontos por cada 100 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	6 A
▪ Situar a taxa de mortalidade das doenças cancro, acidente vascular cerebral e enfarte de miocárdio, respectivamente em 72.2, 14.5 e 14.9 pontos por cada 100 000 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	6 B
▪ Situar a taxa de prevalência de consumo de drogas canabinoídes/sintéticas em 9 pontos por cada 100 indivíduos com idade inferior a 35 anos até 2007	6 C
▪ Situar a taxa de bebedores excessivos de álcool nos 8,75 por cada 100 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	6 D
▪ Situar a taxa de mortalidade devido a lesões externas em 15 pontos por cada 100.000 indivíduos de idade inferior a 65 anos até 2007	6 F

## OBJECTIVOS DE IMPACTE

### 2º GRUPO:

▪ Os espaços públicos, escolas e espaços envolventes serão mais seguros em termos viários e criminais em 2007	1 B
▪ A partir de 2004 os equipamentos educativos a projectar serão implantados em locais de acessibilidade e de referência no tecido urbano	1 C
▪ Em 2007 existirá uma rede de transportes públicos eficiente, e será priorizado o transporte público e o peão nas áreas centrais	1 D
▪ Em 2010 não existirão edifícios e terrenos abandonados nos centros urbanos	1 E
▪ Em 2010 existirá mercado de habitação para os diferentes grupos sócio-económicos do concelho	1 F
▪ Em 2010 o parque habitacional do Concelho encontrar-se-á em bom estado de conservação com o apoio de programas de reabilitação adequados	1 G
▪ Aumentar em 20% a participação nas estruturas promotoras de actividades até 2010	3 B
▪ Aumentar em 10 % o número de equipamentos e requalificar, modernizar e reconverter todos os outros que revelem necessidades de intervenção	3 C
▪ Aumentar a participação na vida comunitária numa lógica de inter-ajuda até 2007	4 C
▪ Diminuir as situações de violência doméstica e minorar os seus efeitos até 2010	4 F
▪ Aumentar a colocação profissional à saída da escola até 2010	5 B
▪ Aumentar a taxa de cobertura do ensino pré-escolar (rede oficial e solidária) até 2010	5 C
▪ Aumentar o grau de qualidade e satisfação profissional dos docentes até 2010	5 D